

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2016

Relatório de Atividades de 2016

31 março 2017

Sociedade Ponto Verde

O Relatório de Atividades da Sociedade Ponto Verde é elaborado de modo a dar resposta ao definido no despacho conjunto n.º 316/99, de 15 de abril de 1999, que estabelece as linhas da elaboração do reporte anual a que esta entidade se encontra obrigada. Este relatório contempla informação nas suas diversas vertentes da atividade desenvolvida pela Sociedade Ponto Verde.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	9
ENQUADRAMENTO	12
O ANO EM REVISTA	14
1. A ORGANIZAÇÃO	21
1.1. VISÃO E MISSÃO	21
1.2. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO	21
1.3. STAKEHOLDERS	21
1.3.1. Colaboradores	22
1.3.2. Acionistas	24
1.4. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES	25
1.4.1. Participação na Pro-Europe	25
1.4.2. Participação em Organizações Sectoriais	26
1.4.3. Parcerias	28
2. POLÍTICA DE QUALIDADE E AMBIENTE	31
3. INDICADORES DE ATIVIDADE	33
4. DESEMPENHO ECONÓMICO	35
4.1. VALORES UNITÁRIOS	37
4.1.1. Valor Ponto Verde (VPV)	37
4.1.2. Valor de Retoma (VR)	37
4.1.3. Valores de Contrapartida	38
4.1.3.1. Valor de Contrapartida (VC)	38
4.1.3.2. Valor de Contrapartida (Escórias metálicas com garantia de retoma)	39
4.1.4. Valor de Informação Complementar (VIC)	39
4.1.5. Valor de Informação e Motivação (VIM)	40
5. ENQUADRAMENTO CONTRATUAL	42
6. GESTÃO DO FLUXO URBANO	44
6.1 OPERADORES DE RECOLHA	44
6.1.1. Sistemas Municipais	44
6.2 RETOMADORES	48
6.3 RETOMAS	52
6.3.1 Retomas por Material	52
6.3.2. Retomas por SGRU	54

6.3.3. Retomas por Retomador	64
6.3.3.1 VIDRO	64
6.3.3.2. PAPEL/CARTÃO	64
6.3.3.3. PLÁSTICO	65
6.3.3.4. AÇO	68
6.3.3.5. ALUMÍNIO	68
6.3.3.6. MADEIRA	69
6.4 MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS RESÍDUOS ENTREGUES PARA RETOMA	70
6.4.1. Monitorização pelos parceiros (Retomadores e SGRU)	70
6.4.2. Monitorização pela SPV	72
7. GESTÃO FLUXO NÃO URBANO	77
7.1 OPERADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS	77
7.2 REPORTE DE INFORMAÇÃO	81
7.2.1. Comparação Anual por Material	81
7.2.2. Reporte de OGR por Material em 2016	82
7.2.2.1. VIDRO	82
7.2.2.2. PAPEL/CARTÃO	83
7.2.2.3. PLÁSTICO	84
7.2.2.4. METAL	85
7.2.2.5. MADEIRA	86
8. VERDORECA	89
8.1 ADESÕES	89
8.2 TAXA DE ADESÃO	90
8.3 MISSÃO RECICLAR HORECA	90
9. EMBALADORES/IMPORTADORES	95
9.1 QUANTIDADES DE EMBALAGENS DECLARADAS	95
9.2 CONTRATOS CELEBRADOS	95
9.3 PESO DOS EMBALADORES/IMPORTADORES	97
9.4 MARCAÇÃO ABUSIVA DE EMBALAGENS COM O SÍMBOLO PONTO VERDE	99
9.5 AUDITORIAS	99
9.6 PORTAL SPVnet	100
9.7 ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES GESTORAS	100
10. COMUNICAÇÃO	102

10.1	COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO	102
10.1.1.	Festas Cidade Lisboa/ Eco eventos	102
10.1.2.	Eventos Desportivos	103
10.2	REVISTA RECICLA	103
10.3	ZOO	103
10.4	RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS	104
10.4.1.	Relações de Imprensa	104
10.4.2.	Redes Sociais	105
10.4.3.	Site SPV	105
10.5.4.	Institucional	105
11.	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	110
12.	AÇÕES PLANEADAS PARA 2017	112
13.	DESEMPENHO AMBIENTAL	114
13.1	SISTEMA INTEGRADO DE QUALIDADE E AMBIENTE	114
13.2	CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO	115
13.3	INDICADORES AMBIENTAIS	115
13.3.1.	Materiais	115
13.3.2.	Energia	115
13.3.3.	Água	117
13.3.4.	Biodiversidade	117
13.3.5.	Resíduos	117
14.	DESEMPENHO SOCIAL	120
14.1	RECURSOS HUMANOS	120
14.1.1.	Saúde, Higiene e Segurança no trabalho	120
14.1.2.	Formação de colaboradores	121
14.1.3.	Ações Empresa	122
	GLOSSÁRIO	124
	ABREVIATURAS	127
	QUADRO CORRESPONDÊNCIA	128
	ANEXOS	130

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Corpo Acionista da Sociedade Ponto Verde.....	24
Figura 2. Países Membros da Pro-Europe.....	26
Figura 3. Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) para o Fluxo Urbano (Recolha Seletiva)	35
Figura 4. Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) para o Fluxo não Urbano ..	36
Figura 5. Modelo gráfico de aplicação dos valores de contrapartida	38
Figura 6: % de Cobertura do território Nacional.....	45
Figura 7: Mapa da Cobertura Territorial a 31-12-2016	47
Figura 8: Distribuição geográfica das unidades fabris e locais de descarga dos diversos Retomadores ..	51
Figura 9: Evolução das quantidades (t) retomadas por material no fluxo urbano, por origem	52
Figura 10: Evolução das quantidades retomadas (t) por material, no fluxo urbano.....	53
Figura 11: Evolução das quantidades retomadas (t) por material, no fluxo urbano recolha seletiva.....	53
Figura 12: Distribuição percentual dos resíduos urbanos retomados em 2015 e 2016, por material	54
Figura 13: Distribuição percentual das retomas totais (recolha seletiva) por SGRU	54
Figura 14: Quantidades totais (t.) por SGRU encaminhadas para reciclagem em 2016 (recolha seletiva, tratamento mecânico-biológico e incineração).....	55
Figura 15: Quantidades totais (t) por SGRU encaminhadas para reciclagem em 2016 (recolha seletiva).....	56
Figura 16: Retomas per capita de vidro e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU do continente	57
Figura 17: Retomas per capita de vidro e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.....	57
Figura 18: Retomas per capita de papel cartão e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU do continente.....	58
Figura 19: Retomas per capita de papel cartão e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e Açores.....	59
Figura 20: Retomas per capita de ECAL e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU do continente	59
Figura 21: Retomas per capita de ECAL e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e Açores	60
Figura 22: Retomas per capita de plástico (exceto mistos e outros plásticos) e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU do continente	60
Figura 23: Retomas per capita de plástico (exceto mistos e outros plásticos) e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU das Regiões Autónomas Madeira e Açores	61
Figura 24: Retomas per capita de aço e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU do continente	62
Figura 25: Retomas per capita de aço e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e Açores	62
Figura 26: Retomas per capita de alumínio e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU do continente.....	63
Figura 27: Retomas per capita de alumínio e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e Açores	63
Figura 28: Retomas de Vidro, em 2016, por Retomador	64
Figura 29: Retomas de Papel/Cartão, em 2016, por Retomador.....	65
Figura 30: Retomas de Ecal, em 2016, por Retomador.....	65

Figura 31: Retomas de Polietileno (PEAD+Filme), em 2016, por Retomador	66
Figura 32: Retomas de PET, em 2016, por Retomador	67
Figura 33: Retomas de EPS, em 2016, por Retomador	67
Figura 34: Retomas de Aço, em 2016, por Retomador	68
Figura 35: Retomas de Alumínio, em 2016, por Retomador	69
Figura 36: Retomas de madeira, em 2016, por Retomador	69
Figura 37: Proporção das quantidades retomadas face às quantidades alvo de Ocorrências	70
Figura 38: Reclamações de 2016	71
Figura 39: Oportunidades de Melhoria de 2016	71
Figura 40: Caracterizações realizadas em 2016, por material, exceto Vidro	72
Figura 41: Análise de conformidade das caracterizações realizadas	73
Figura 42: Caracterizações de vidro em 2016	73
Figura 43: Média de “Teor de Produto”, dos lotes de plásticos mistos, por SMAUT	74
Figura 44: Constituição Média das Não Conformidades de plásticos mistos em 2016	75
Figura 45: Evolução do n.º de OGR no fluxo Não Urbano	78
Figura 46: Distribuição dos locais de carga dos OGR no fluxo não urbano, por distrito	79
Figura 47: Evolução das quantidades reportadas no fluxo não urbano entre 2015 e 2016, por material	81
Figura 48: Proporção entre materiais dos resíduos perigosos de embalagem	82
Figura 49: Vidro reportado em 2016 por OGR	82
Figura 50: Os 5 maiores OGR em termos de reporte de papel/cartão em 2016	83
Figura 51: Papel/Cartão reportado em 2016 por OGR	83
Figura 52: Os 5 maiores OGR em termos de reporte de plástico em 2016	84
Figura 53: Plástico reportado em 2016 por OGR	84
Figura 54: Os 5 maiores OGR em termos de reporte de metal em 2016	85
Figura 55: Metal reportado em 2016 por OGR	86
Figura 56: Os 5 maiores OGR em termos de reporte de madeira em 2016	86
Figura 57: Madeira reportada em 2016 por OGR	87
Figura 58: Número de estabelecimentos visitados, por SMAUT	90
Figura 59: % de Estabelecimentos que separam as embalagens	91
Figura 60: % de Estabelecimentos que separam todos os materiais	91
Figura 61: % de separadores em Estabelecimentos VERDORECA e em Estabelecimentos Não VERDORECA	92
Figura 62: Razões da não separação	92
Figura 63: Distância do Estabelecimento ao Ecoponto	93
Figura 64: Interesse em separar	93
Figura 65: Evolução Anual dos Novos Contratos Celebrados e dos Aderentes com Contrato Ativo	96
Figura 66: Modalidades de Declaração, por Número de Aderentes, em 2016	97
Figura 67: Modalidades de declaração, por Quantidades Declaradas, em 2016	97
Figura 68: Distribuição dos Aderentes por valor da Contribuição Ponto Verde Relativa ao Ano de 2016	98
Figura 69: Distribuição das Quantidades Declaradas por Sector de Atividade, em 2016	99
Figura 70: Número de notícias por tipologia dos meios	104
Figura 71: Certificado NP EN ISO9001:2015 e Certificado NP EN ISO14001:2015	114
Figura 72: Consumo de eletricidade nas instalações da SPV, total e mensal, desde 2005	116
Figura 73: Mix médio de fontes de energia (dados de dezembro de 2016)	116

Figura 74. Consumo de água nas instalações da SPV, total e mensal, de 2005 a 2016.....	117
Figura 75. Evolução da produção diária de resíduos, para cada fração.	118
Figura 76. Distribuição dos colaboradores da SPV por área funcional e por género.....	120
Figura 77. Horas de formação.....	121

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Tabela de VPV para 2016	37
Tabela 2. Valores de Contrapartida aplicados em 2016	39
Tabela 3. Valores de Contrapartida financeira para escórias metálicas de incineração com garantia de retoma para 2016.....	39
Tabela 4. Valores de VIC para 2016.....	39
Tabela 5. Valores aplicados a partir de 01/09/2015	40
Tabela 6. Valores de VIM para 2016.....	40
Tabela 7. Quantidades Declaradas à SPV em 2015 e 2016	95

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA INTRODUTÓRIA

Os resultados alcançados no ano de 2016, acompanharam a tendência verificada já em 2015, refletindo a ligeira retoma da atividade económica verificada a nível nacional e que essencialmente se traduziu, em termos de implicações na atividade da Sociedade Ponto Verde (SPV), num acréscimo do consumo de produtos embalados, com o consequente aumento das quantidades declaradas, que financiaram os custos decorrentes das quantidades de materiais provenientes dos Sistemas Municipais que, no caso da recolha seletiva, são encaminhadas para reciclagem através da SPV e no caso dos fluxos complementares, são apenas reportadas a esta entidade gestora.

O ano de 2016 pautou-se na maior parte do período, no exercício da atividade, tal como em exercícios anteriores, por um conjunto de incertezas face à indefinição quanto ao conteúdo de uma futura Licença e à data de entrada em vigor da mesma, o que só se veio a conhecer a 25 de novembro de 2016 com a publicação do Despacho da Licença. Estas incertezas não impediram, no entanto, a nossa determinação de continuar a nossa missão e de contribuir, em articulação com todos os nossos *stakeholders*, para a reciclagem dos resíduos de embalagens a um custo sustentável, assumindo a nossa quota-parte, de forma significativa, para que Portugal continue a cumprir as metas a que se encontra obrigado.

O ano de 2016 foi assim um ano de continuidade, tendo a atividade da SPV tido como referencial uma Licença sucessivamente prorrogada trimestralmente e que continuou a exigir um esforço suplementar na concretização de adesões, retomas, ações de comunicação, que permitiram que a Sociedade Ponto Verde, se continuasse a afirmar no universo das Sociedades Gestoras de Fluxos Específicos de Resíduos e nomeadamente no dos resíduos de embalagens, como entidade relevante para a prossecução das políticas de Ambiente em Portugal.

As sucessivas alterações aos instrumentos legislativos e regulamentares que juridicamente enquadram o SIGRE levaram, contudo, a um agravamento da situação económica da sociedade em 2016, tendo a Administração da SPV sido forçada a desencadear as diligências necessárias a dar cumprimento ao disposto no número 1 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC). No entanto, no final do ano a situação foi revertida, tendo a Sociedade Ponto Verde deixado de estar abrangida pelo disposto no referido artigo 35.º do CSC – muito embora se mantenha, a curto prazo, o risco eminente de voltar a ficar a ele sujeita.

No início de 2016, e tendo já no ano transato sido detetados fortes indícios de que os materiais reportados provenientes de estações de tratamento mecânico e tratamento mecânico e biológico não seriam efetivamente resíduos de embalagem e/ou não estariam efetivamente a ser reciclados/encaminhados para reciclagem, e dadas, ainda, as questões de legalidade associadas aos valores determinados administrativamente para os resíduos daquela proveniência, para não agravar ainda mais a situação económica e financeira da sociedade, foi decidido deixar de aceitar o reporte desses materiais.

Apesar das dificuldades de contexto, atrás assinaladas, os resultados obtidos garantem e demonstram que a Sociedade Ponto Verde continua a afirmar-se como a solução mais adequada para a gestão do SIGRE, dando cumprimento às obrigações legais dos embaladores/importadores de produtos embalados bem como dos restantes *stakeholders*, em alinhamento com os objetivos do PERSU 2020 e as metas previstas nas propostas de diretivas que fazem parte do pacote de Economia Circular.

Igualmente condicionante da nossa atividade, em grande parte do ano de 2016, continuou a ser a possibilidade de virem a coexistir mais do que uma entidade gestora, para gerir o universo das embalagens e resíduos de embalagem até agora geridas pela Sociedade Ponto Verde, sem uma adaptação do SIGRE, ao longo de toda a cadeia de valor, a esta mudança de paradigma.

Os resultados obtidos, são uma tradução do trabalho desenvolvido pela SPV em articulação com os seus parceiros do SIGRE, pugnando sempre por uma clara otimização dos meios disponíveis e dos recursos

humanos, financeiros e tecnológicos, tirando partido da larga experiência e maturidade do SIGRE, de forma a minimizar os custos no âmbito do mesmo.

A SPV continua a implementar procedimentos de melhoria contínua no âmbito da Certificação em Qualidade e Ambiente obtida em 2007, a qual confirmou que a Sociedade Ponto Verde, dando cumprimento a uma das obrigações da Licença, garante o melhor serviço a todos os seus clientes e assegura, quer interna quer externamente, a observância dos requisitos ambientais decorrentes da Legislação.

As retomas totais de materiais para encaminhamento para valorização através da reciclagem decresceram substancialmente relativamente a 2015, sendo a redução em causa atribuível a menores quantidades de resíduos reportados à SPV através do fluxo não urbano de resíduos de embalagens, resultante da tomada de posição da SPV em não aceitar este reporte. No fluxo urbano, as quantidades retomadas aumentaram, com especial destaque para a recolha seletiva, com um crescimento de 4,7%. A SPV continua assim a manter o seu posicionamento como o *player* mais importante no mercado dos resíduos pela representatividade que continua a assumir no contexto da reciclagem de embalagens a nível nacional.

Apesar do impasse verificado relativamente à atribuição da nova Licença, a SPV prosseguiu com a plataforma Ponto Verde Open Innovation, projeto de inovação que tem como objetivos a criação de valor económico e ambiental e capitalizar o potencial de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e a criação de negócio, em especial na área dos resíduos de embalagens e dos resíduos de outros fluxos de materiais.

Mensagem do Conselho de Administração

ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO

Este relatório foi elaborado de modo a dar resposta ao definido no despacho conjunto n.º 316/99, de 15 de abril de 1999, diploma que estabelece as linhas da elaboração do reporte anual a que esta entidade se encontra obrigada, sendo que se apresenta na pág. 129 e 130, o quadro de correspondência entre o relatório e o conteúdo definido no despacho.

O relatório contempla informação nas suas diversas vertentes da atividade desenvolvida pela Sociedade Ponto Verde, traduzindo o esforço para uma partilha transparente e completa da sua atividade ao longo do ano civil de 2016.

Para complementar a informação constante no presente relatório pode ser consultada a página na internet www.pontoverde.pt, onde para além de informação detalhada sobre a atividades e projetos da empresa, ao longo do ano, é possível encontrar os relatórios relativos a anos anteriores.

Para outras informações ou dúvidas sobre o conteúdo de presente relatório, por favor, contacte a empresa.

Departamento de Planeamento e Projetos

Tel.: 210 102 400

Fax: 210 102 499

E-mail: i.d@pontoverde.pt

O ANO EM REVISTA

O ANO EM REVISTA



16 dez 2016

Dicas da Sociedade Ponto Verde para um natal amigo do ambiente

Todas as ocasiões são boas para reciclar, mas há alturas mais especiais do que outras: o Natal e o Ano Novo são um bom exemplo disso. Conheça as dicas da Sociedade Ponto Verde para reduzir a produção de resíduos nesta época festiva. E não se esqueça: “Não desperdice este Natal”.



29 nov 2016

Sociedade Ponto Verde é a primeira entidade gestora a renovar duas das mais importantes certificações

A Sociedade Ponto Verde viu agora renovada, pela SGS Portugal, a certificação do seu sistema de gestão integrado com o âmbito “Gestão Administrativa do Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos de Embalagens”, pelos referenciais ISO em matéria de ambiente e de qualidade.



19 nov 2016

Reciclagem faz 20 anos em Portugal

Há precisamente 20 anos, com a constituição da Sociedade Ponto Verde, arrancava em Portugal a reciclagem de resíduos de embalagens, marcando de forma definitiva uma mudança na política de ambiente no País.



25 out 2016

Sociedade Ponto Verde apoia o novo jogo ECOHERO da Majora

ECOHERO, o jogo da Majora que ensina as crianças a recolher e separar os seus resíduos, enquanto se divertem.



01 set 2016

Dicas da Sociedade Ponto Verde para um regresso às aulas mais amigo do ambiente

A Sociedade Ponto Verde ajuda os alunos a terem um regresso às aulas mais amigo do ambiente dando-lhes algumas dicas fáceis de seguir e que podem fazer toda a diferença.



08 ago 2016

#faceforgreen vai ao Festival Sol da Caparica sensibilizar para festivais mais sustentáveis

Lançado pela Sociedade Ponto Verde (SPV), o movimento #faceforgreen continua a marcar presença nos principais festivais de música e não podia faltar no Festival Sol da Caparica.



04 ago 2016

Sony Pictures Television Networks anuncia júri do Festival Picture This a favor do ambiente

Mário Raposo, Diretor de Marketing da Sociedade Ponto Verde; Paulo Leite, Professor da Escola Superior de Teatro e Cinema; e o realizador Pedro Varela são os jurados portugueses do Festival.



03 ago 2016

#faceforgreen vai ao MEO Sudoeste sensibilizar para festivais mais sustentáveis

O objetivo desta presença é convidar os festivaleiros a aderir ao movimento, pintando a cara de verde, tirando uma foto, e partilhando-a nas redes sociais com a hashtag #faceforgreen.



02 ago 2016

Candidaturas ao Ponto Verde Open Innovation já se encontram em fase de avaliação pelo Advisory Board e entidades parceiras

Os projetos candidatos ao Ponto Verde Open Innovation já se encontram a ser avaliados pelo Advisory Board e entidades parceiras. Estão em avaliação 39 projetos.



21 jul 2016

#faceforgreen faz ação para sensibilizar participantes do Santa Cruz Ocean Spirit para festivais mais verdes

Com o intuito de mobilizar cada vez mais pessoas, o movimento #faceforgreen irá estar na Praia de Santa Cruz, no âmbito do Festival Internacional Santa Cruz Ocean Spirit.



13 jul 2016

#faceforgreen faz ação na entrada do MEO Marés Vivas para sensibilizar jovens para festivais mais verdes

Com o intuito de mobilizar cada vez mais pessoas, o movimento #faceforgreen irá estar em Vila Nova de Gaia, no Cabedelo junto à entrada do festival MEO Marés Vivas, nos dias 14 e 15 de julho.



07 jul 2016

Na edição deste ano do NOS Alive a SPV terá 42 mesas no espaço de refeição resultado da reciclagem da edição anterior

36% do total dos resíduos gerados na edição anterior do NOS Alive foram para reciclagem e os resultados já começam a ser visíveis.



06 jul 2016

#faceforgreen vai ao NOS Alive desafiar os festivaleiros a mobilizarem-se por festivais mais verdes

Movimento lançado pela Sociedade Ponto Verde começou nas redes sociais, passou pelo Rock in Rio e agora marcará presença no NOS Alive.



28 jun 2016

#faceforgreen faz ação de rua para sensibilizar jovens para festivais mais verdes

Com o intuito de mobilizar cada vez mais pessoas, o movimento #faceforgreen irá realizar várias ações, convidando todos a aderir ao movimento, pintando a cara de verde, tirando uma foto e partilhando-a nas redes sociais com a hashtag #faceforgreen.



09 jun 2016

Ecoeventos nas festas da cidade de Lisboa

Durante as festas de Lisboa a Direção Municipal de Higiene Urbana/ Câmara Municipal de Lisboa em parceria com a Valorsul, Sociedade Ponto Verde e com o apoio da EGEAC, entidade promotora das Festas, desenvolverá uma série de ações para tornar as festas da cidade mais amigas do ambiente.



02 jun 2016

Movimento #faceforgreen da Sociedade Ponto Verde também nos cinemas

A par do sucesso no Rock in Rio Lisboa 2016, o movimento #faceforgreen tem a decorrer uma campanha nos cinemas de Norte a Sul de Portugal.



02 jun 2016

Sociedade Ponto Verde e Jardim Zoológico de Lisboa ensinam crianças a serem mais amigas do ambiente

O Bosque Encantado do Jardim Zoológico de Lisboa conta já com equipamento produzido a partir de 20 toneladas de resíduos de embalagem.



10 mai 2016

#FACEFORGREEN desafia jovens a mobilizarem-se por festivais mais verdes

Movimento lançado pela Sociedade Ponto Verde começou nas redes sociais e estará presente no Festival Rock in Rio Lisboa.



03 mai 2016

AXN apresenta em Portugal a campanha mundial Picture This

Em parceria com a Sociedade Ponto Verde, uma iniciativa de responsabilidade social destinada a sensibilizar os espetadores AXN para a proteção do ambiente.



20 abr 2016

O AXN, em parceria com a Sociedade Ponto Verde, volta a sensibilizar os seus espetadores para a proteção do ambiente

1 Foto = 1 Árvore é um concurso integrado na campanha de responsabilidade social corporativa Picture This.



20 abr 2016

Ponto Verde premeia Inovação Social nos Green Project Awards 2016

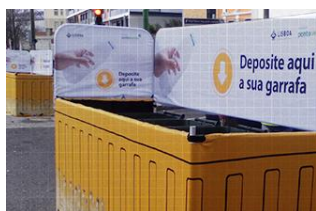
A iniciativa vai distinguir projetos que contribuam para uma sociedade mais eficiente e sustentável. As candidaturas ao novo prémio, criado no âmbito do Green Project Awards, decorrem até 31 de maio.



08 abr 2016

Guia Boa Cama Boa Mesa 2016

O Indicador de Sustentabilidade Ambiental, desenvolvido, pela primeira vez, em 2014 pela Sociedade Ponto Verde, em exclusivo para o guia Boa Cama Boa Mesa, vem reconhecer, pelo terceiro ano consecutivo, os restaurantes e hotéis nacionais que promovem, no exercício da sua atividade, práticas ambientais sustentáveis.



07 abr 2016

SPV e CML encaminham para reciclagem 5 toneladas de garrafas na Meia-maratona de Lisboa

A Sociedade Ponto Verde e a Câmara Municipal de Lisboa colocaram nos pontos de abastecimento da Meia-maratona de Lisboa diversas estruturas para os atletas depositarem as garrafas de água vazias com que se hidrataram durante o percurso.



16 fev 2016

Reciclagem de embalagens cresce 5% nos lares portugueses e no pequeno comércio, atingindo as 442 mil toneladas

Portugal, através da SPV, reciclou, em 2015, mais 5% de embalagens recolhidas através da recolha seletiva (ecopontos e porta-a-porta).



04 fev 2016

Ponto Verde Open Innovation apoia projetos de I&D e ideias de negócio que promovam a economia circular

Abrem hoje as candidaturas ao Ponto Verde Open Innovation, uma iniciativa promovida pela Sociedade Ponto Verde e que se propõe a apoiar projetos de Investigação & Desenvolvimento (I&D), modelos e projetos de negócio impulsionadores e dinamizadores da economia circular.



01 fev 2016

Jornadas Técnicas 2016 – Porto

Pelo 4º ano consecutivo, realizaram-se a 28 de janeiro na Lipor, no Porto, as Jornadas Técnicas da Sociedade Ponto Verde. O grande objetivo deste evento foi o de guiar os clientes no preenchimento da Declaração Anual, mas houve ainda oportunidade para serem apresentados os projetos de Sensibilização Ambiental da Sociedade Ponto Verde ou o renovado “Pack4Recycling – projetar para a



29 jan 2016

Jornadas Técnicas 2016 – Lisboa

Pelo 4º ano consecutivo, realizaram-se a 21 de janeiro na Fundação Museu Oriente, em Lisboa, as Jornadas Técnicas da Sociedade Ponto Verde. O grande objetivo deste evento foi o de guiar os clientes no preenchimento da Declaração Anual, mas houve ainda oportunidade para serem apresentados os projetos de Sensibilização Ambiental da Sociedade Ponto Verde ou o renovado “Pack4Recycling – projetar para a reciclagem”.



27 jan 2016

Ponto Verde Open Innovation: «Acelerar rumo à Economia Circular»

A Sociedade Ponto Verde organiza no próximo dia 2 de fevereiro o evento «Acelerar rumo à Economia Circular», que assinala a abertura das candidaturas ao Ponto Verde Open Innovation. A iniciativa terá início às 10h30, no Centro Cultural de Belém, e traz a Lisboa duas referências internacionais com projetos na área da economia circular e reaproveitamento de resíduos.



11 jan 2016

Dia Internacional do Obrigado

Sociedade Ponto Verde agradece aos consumidores e *stakeholders* contributo para o crescimento da reciclagem.

A ORGANIZAÇÃO

1. A ORGANIZAÇÃO

A Sociedade Ponto Verde é uma entidade privada, sem fins lucrativos, constituída em novembro de 1996, com a missão de promover a recolha seletiva, a retoma e a reciclagem de resíduos de embalagens, a nível nacional.

De acordo com a legislação comunitária transposta para o ordenamento jurídico nacional, a responsabilidade pela gestão e destino final dos resíduos de embalagens cabe aos operadores económicos que colocam embalagens no mercado. Contudo, essa responsabilidade pode, nos termos da lei, ser delegada numa entidade devidamente licenciada para o efeito.

O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), é gerido pela Sociedade Ponto Verde (SPV), de forma a dar cumprimento às obrigações ambientais e legais, através da organização e gestão de um circuito que garante a retoma, valorização e reciclagem de resíduos de embalagens não-reutilizáveis.

1.1. VISÃO E MISSÃO

A Sociedade Ponto Verde é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que assume uma missão crucial para um futuro sustentável: promover a recolha seletiva, a retoma e a reciclagem de embalagens em Portugal.

A Sociedade Ponto Verde assume a responsabilidade transferida pelos embaladores e outros responsáveis pela colocação de produtos acondicionados, no mercado nacional.

A SPV liderará o processo de valorização dos resíduos em Portugal. Transmitirá segurança, tornará transparente todo o processo de reciclagem. Será a primeira marca quando as pessoas pensarem em ambiente e a marca de referência na reciclagem.

1.2. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

A atividade da Sociedade Ponto Verde assenta na articulação entre um alargado leque de parceiros, visando valorizar e reciclar os resíduos de embalagens contribuindo para a diminuição do volume de resíduos depositados em aterro e para a economia de recursos naturais existentes, no âmbito de uma economia circular.

1.3. STAKEHOLDERS

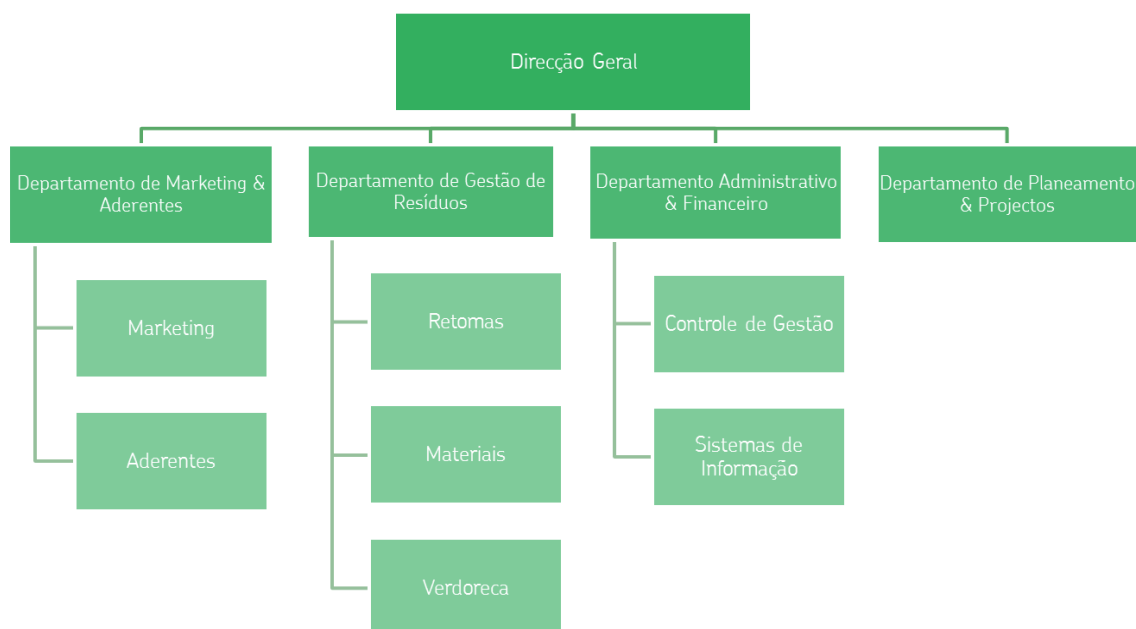
As operações do SIGRE são articuladas através da SPV, o que não invalida a partilha de experiência e conhecimento específico dos acionistas e demais parceiros do SIGRE no que toca aos contributos sobre a experiência relativa às várias operações relacionadas quer com o ciclo de vida das embalagens, quer com os fluxos da gestão de resíduos.

O presente relatório pretende ser um documento de avaliação do desempenho da Sociedade Ponto Verde, nas suas vertentes económica, ambiental e social, na prossecução do seu objetivo de comunicação e de desenvolvimento sustentável e na sua adaptação a cada um dos diferentes grupos de interesse.

1.3.1. Colaboradores

A SPV detém hoje um capital humano que deriva da experiência acumulada de 20 anos de atividade. A Sociedade Ponto Verde assume como compromisso estratégico o desenvolvimento de competências dos seus colaboradores para um bom desempenho da atividade na empresa.

A estrutura funcional da Sociedade Ponto Verde encontra-se definida de acordo com o seguinte organograma:



Cada departamento desenvolve a sua atividade dando resposta às seguintes ações principais:

Departamento de Marketing e Aderentes (DMA)

Aderentes

No âmbito da prestação de serviços aos seus clientes salienta-se:

Celebração de contratos de transferência de responsabilidades com embaladores/importadores;

Gestão de contratos (esclarecimento dúvidas, cobrança Valor Ponto Verde (VPV), controlo quantidades declaradas);

Gestão e otimização das interfaces com os clientes (kit adesão, plataforma e-cliente, impressos, site, brochuras);

Gestão de projetos (angariação de clientes e Detecção de *Free-Riders*, Fornecedores de Embalagens de Serviço (FESA), Marcas Próprias ou Insígnia (MPI), Franchising).

Marketing

Promover a sensibilização e educação ambiental junto dos consumidores, através de campanhas nos meios de comunicação social e através de apoio financeiro aos planos de comunicação dos SGRU – Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos – para contacto com a população local.

A proximidade e contacto com o público em geral tal como com a comunidade empresarial é visível através da gestão diária das diversas redes sociais onde está presente, bem como do site institucional,

presença em eventos e feiras diversos e ações publicitárias nos meios de comunicação assim como ações de terreno de contacto direto.

Departamento de Gestão de Resíduos (DGR)

Assegurar a interface entre os operadores de recolha e triagem e as empresas gestoras de resíduos que providenciam a reciclagem dos resíduos retomados.

Gerir o relacionamento com os Retomadores, SGRU, Operador de Gestão de Resíduos (OGR) e estabelecimentos HORECA (hotéis, restaurantes e cafés), bem como angariação de novos OGR, Retomadores e HORECA;

Potenciar a recolha de resíduos de embalagens para reciclagem a nível urbano, tanto na recolha seletiva que constitui o principal pilar das retomas, como nos fluxos complementares. Os aumentos desejados, não se traduzem só em quantidades, pois pretende-se também explorar aumentos de eficiência que possam aportar sustentabilidade às operações;

Potenciar as retomas no fluxo não urbano, sem perder de vista os necessários aumentos de eficiência das operações;

Contribuir para o aumento das retomas do SIGRE, também por via da participação dos estabelecimentos HORECA nos esforços de recolha seletiva, para que estes estabelecimentos passem a separar, para além dos resíduos de embalagens obrigatórios por lei (3 categorias de bebidas), todos os restantes resíduos de embalagens.

Departamento Administrativo e Financeiro (DAF)

Controlar os processos de gestão da atividade em geral e Gestão dos fluxos financeiros em particular de modo a garantir o correto funcionamento da empresa, bem como o seu equilíbrio financeiro, assegurando a sustentabilidade global do SIGRE.

A responsabilidade do Controlo de Gestão passa pelas seguintes ações:

- Elaboração do orçamento;
- Execuções mensais, trimestrais e anuais;
- Análise e identificação de desvios; Gestão de Tesouraria (cobranças, pagamentos e obrigações fiscais); Previsões de fechos de Contas anuais; Gestão de processos de compra;
- Gestão de Recursos Humanos, vencimentos, controlo de acessos e férias/ausências, questões laborais e de cadastro dos colaboradores;
- Apuramento dos Indicadores de Desempenho;
- Criar um ambiente informático adequado às necessidades da empresa;
- Coordenar o desenvolvimento e implementação de aplicações informáticas (desenvolvidas à medida das necessidades da empresa);
- Garantir a qualidade e manutenção do *software* e *hardware* ao serviço da empresa.

Departamento de Planeamento e Projetos (DPP)

Planear atividades da empresa, desenvolver competências e fomentar sinergias internas e externas;

Gerir projetos de I&D: avaliação e acompanhamento de projetos;

Coordenar estudos internos/externos;

Negociar e fornecer informação às entidades institucionais;

Gerir o Sistema de Gestão Integrado;

Coordenar a Elaboração de Planos anuais e de longo prazo;

Contactar com organizações congéneres;

Participar na elaboração de propostas de Valores de Contrapartida (VC).

Acompanhar as negociações referentes ao licenciamento da empresa.

1.3.2. Acionistas

A Sociedade Ponto Verde tem a seguinte estrutura acionista:

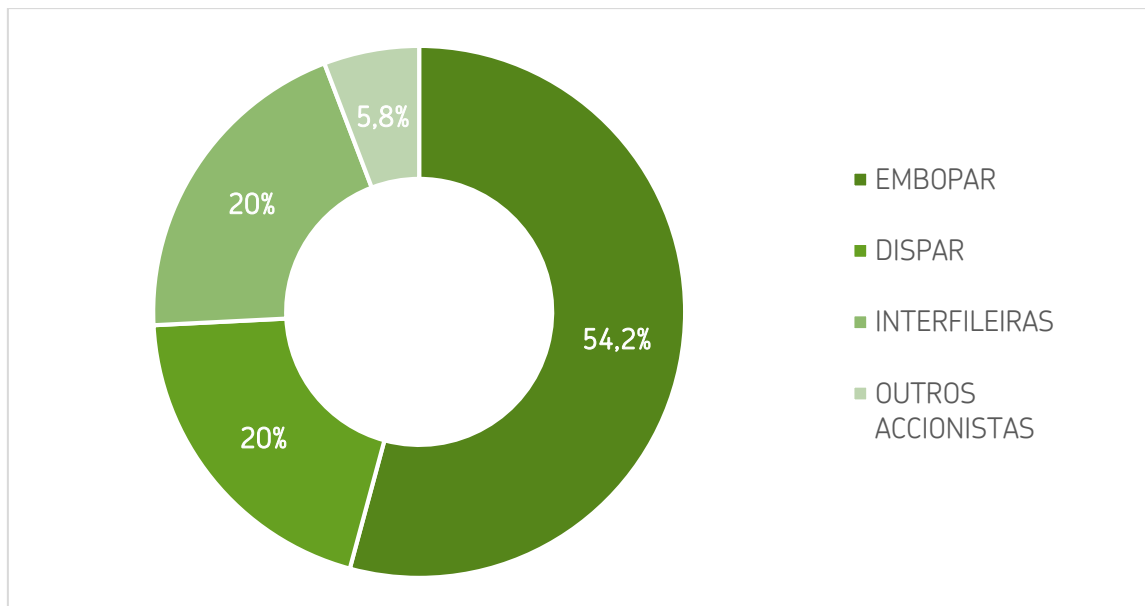


Figura 1. Corpo Acionista da Sociedade Ponto Verde

A Embopar com 54,2% representa as empresas embaladoras/importadoras, a Dispar com 20% representa as empresas do comércio e da distribuição e a Interfileiras também com 20% representa as empresas de produção de embalagens e de materiais de embalagens. Existem ainda outros acionistas com 5.8% do capital social, nos quais se encontram a Logoplaste o INESC e 14 Câmaras Municipais.

Capital Social

O capital social da Sociedade Ponto Verde de 250.000€, encontra-se totalmente realizado e é representado por 5.000 ações, no valor nominal de 50 Euros cada.

A distribuição das ações tem a seguinte composição:

2 710 Ações da Embopar; 1 000 Ações da Dispar; 1 000 Ações da Interfileiras; 100 Ações do INESC; 50 Ações da Logoplaste; 10 Ações da Câmara Municipal da Guarda; 10 Ações da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim; 10 Ações da Câmara Municipal de Abrantes. 10 Ações da Câmara Municipal de Avis; 10 Ações da Câmara Municipal de Belmonte; 10 Ações da Câmara Municipal de Câmara de Lobos; 10 Ações da Câmara Municipal de Carregal do Sal; 10 Ações da Câmara Municipal de Lousada; 10 Ações da Câmara Municipal de Moura; 10 Ações da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; 10 Ações da Câmara Municipal de Paredes; 10 Ações da Câmara Municipal de Sousel; 10 Ações da Câmara Municipal de Vieira do Minho; 10 Ações da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo;

Corpos Sociais

Os órgãos de decisão da Sociedade Ponto Verde são compostos pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e uma Comissão Executiva (CE) com a seguinte composição.

Assembleia Geral	• Paulo Olavo Cunha Presidente • Mónica Vicente Julio Franco Jorge Secretário
Conselho Fiscal	• Patrícia Manuela dos Santos Vasconcelos Presidente • KPMG & Associados – SROC S.A. • Nuno Maria Mariano de Carvalho Jonet • Maria Cristina Santos Ferreira Suplente
Conselho de Administração	• António Augusto de Barahona Fernandes d'Almeida Presidente • Alexandra Maria Pinto dos Reis • Ana Isabel Trigo Morais Meireles e Vasconcelos • Ana Sofia de Melo Osório do Amaral Aparício Lopes • António Augusto de Andrade Tavares • António Carlos Alvarez Fernandes Henriques • António José Guimarães Barral • José de Brito Ribeiro • José Manuel Vale Pereira Cordeiro • Leonor Moreira Ribeiro Gonçalves Ferreira de Sottomayor • Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis • Manuel João Ribeiro Pinto de Mesquita • Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães • Rui Jorge Espírito Santo de Carvalho • Vítor Manuel de Lemos Martins
Comissão Executiva	• António José Guimarães Barral Presidente • Ana Isabel Trigo Morais Meireles e Vasconcelos • António Carlos Alvarez Fernandes Henriques • José de Brito Ribeiro • Vítor Manuel de Lemos Martins

1.4. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES

1.4.1. Participação na Pro-Europe



A *Packaging Recovery Organization Europe*, s.p.r.l., (Pro Europe), fundada em 1995, é a organização internacional, cuja função é coordenar e promover a articulação entre as Entidades Gestoras de sistemas integrados, presentes em 31 países e a ela aderentes.

Estas entidades levam em conta os interesses de todos os participantes de forma a completarem o ciclo de gestão de embalagens e seus resíduos da melhor forma, a nível económico e ecológico. Trata-se de entidades que podem utilizar o Símbolo Ponto Verde.

O símbolo Ponto Verde é uma marca registada internacionalmente em mais de 170 países, cujos direitos de utilização são geridos pela Pro-europe.

<http://www.pro-e.org/>



Figura 2. Países Membros da Pro-Europe

1.4.2. Participação em Organizações Sectoriais

A SPV mantém ligações com determinadas organizações, que permitem parcerias, envolvimento, troca de experiências e intervenção direta e indireta em determinadas áreas específicas bem como uma permanente atualização de conhecimentos.

BCSD



BCSD Portugal
Conselho Empresarial para o
Desenvolvimento Sustentável

Para mudar comportamentos e sair do "*business as usual*" para uma nova forma de trabalhar, fazendo a diferença, aprendendo com as boas práticas dos parceiros e até dos concorrentes, procurando o desejável e necessário em vez do inevitável, criou-se o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

Esta associação sem fins lucrativos, criada em Outubro de 2001, através dos seus membros Sonae, Cimpor e Soporcel, associados ao WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*, e em conjunto com 33 empresas de primeira linha da economia nacional tem vindo a desenvolver e promover uma forma diferente de trabalhar em Portugal.

Com cerca de 100 membros, entre os quais se encontram as maiores empresas nacionais, o BCSD tem ampla representação setorial. As empresas do BCSD representam 15% do PIB nacional, valor que se traduz em mais de 25 mil milhões de euros de volume de negócios e mais de 115.000 colaboradores.

A missão é acreditando no papel das empresas como parte integrante da sociedade, o BCSD Portugal procura que a ação liderada por estas seja catalisadora de uma mudança rumo ao Desenvolvimento Sustentável, promovendo nas empresas a ecoeficiência, a inovação e a responsabilidade social.

<http://www.bcsdportugal.org/>

APEMETA



A Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais – APEMETA, associação empresarial do setor ambiental, privada e sem fins lucrativos foi constituída em 1989, com o objetivo de apoiar a atividade empresarial do setor e representa atualmente cerca de 130 empresas associadas.

A APEMETA é a mais representativa do mercado nacional de ambiente em número de associados e tem por finalidade promover ações que visem o desenvolvimento das empresas associadas, disponibilizando serviços de consultoria, informação técnica especializada, formação profissional e divulgação das disponibilidades e competências dos associados quer a nível nacional, quer a nível europeu.

<http://www.apemeta.pt/>

OBSERVATÓRIO PONTO VERDE DO CICLO DE VIDA DA EMBALAGEM



O Observatório é composto pela Escola Superior de Comércio Internacional (ESCI), a SPV e a ECOEMBES e foi constituído para recolher, produzir e publicar informação científica sobre a sustentabilidade das embalagens em todo o seu ciclo de vida, servindo de plataforma de colaboração em projetos sobre estas temáticas.

Este Observatório com o intuito de investigar, formar e comunicar sobre gestão de embalagens e desenvolvimento sustentável, prevê atividades de comunicação ao nível de cooperação em formação superior universitária, participação em atividades de divulgação científica, transferência de conhecimentos a empresas e outros agentes mediante a organização de cursos, jornadas, seminários, redação de artigos em revistas científicas e técnicas e criação de um espaço web para divulgação das atividades do Observatório. Ao nível dos projetos prevê a participação em projetos de investigação conjunta relacionada com a gestão de embalagens e resíduos de embalagem, reciclagem e gestão da informação, desenvolvimento de ferramentas ambientais baseadas na análise de ciclo de vida e assessoria mútua em questões relacionadas com a atividade das 3 entidades.

<http://observatoriopuntoverde.com/>

ERP Club



O EPR Club reúne diferentes partes interessadas e permite um diálogo sobre a evolução da política da UE e a implementação técnica dos sistemas EPR em toda a Europa. Concentra-se tanto nos sistemas EPR existentes como nas perspetivas futuras.

<http://www.eprclub.eu/home>

SMART WASTE PORTUGAL



A SMART WASTE PORTUGAL é uma associação Cluster de Resíduos de Portugal, com o objeto de contribuir para a produção e divulgação de conhecimento no domínio da área dos resíduos, dinamizar ações que valorizem a cooperação entre as entidades com atuação na área dos resíduos e promover e apoiar atividades e projetos dos seus Associados que contribuam para a prossecução do objeto da Associação.

Tem por missão envolver todos os agentes do setor, potenciando e valorizando o resíduo como um recurso económico e social, e criando condições para uma maior capacidade de reagir a novos fatores nacionais e internacionais de uma forma competitiva, atuando em toda a cadeia de valor através de uma estratégia colaborativa, promovendo inovação, investigação, desenvolvimento e implementação de soluções.

<http://www.smartwasteportugal.com/>

FLUXOS – Associação das Entidades Gestoras de Resíduos

No final de 2016, foi constituída a Associação Fluxos. Esta organização representa 5 das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos e pretende contribuir para o desenvolvimento do setor da gestão de resíduos e promover e defender os interesses comuns das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos.

1.4.3. Parcerias

A Sociedade Ponto Verde, no desenvolvimento de uma estratégia de relação de proximidade com as mais diversas entidades tem vindo a fomentar a colaboração com organizações não-governamentais na área do ambiente e na área social, mantendo parcerias de colaboração e apoio a algumas organizações.

QUERCUS



A Sociedade Ponto Verde mantém com a Quercus, ao longo de vários anos, um protocolo de colaboração, que pretende estabelecer o desenvolvimento de um entendimento comum e concretização de esforços em diversos campos de atuação no âmbito da reciclagem, nomeadamente, a exploração de fluxos alternativos de resíduos (compostagem), a recolha porta-a-porta, entre outros.

APESB



A APESB é uma entidade não governamental, fundada em 1980, interessada no estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimento nos setores ambientais de águas e resíduos.

ECOXXI



O ECOXXI é um Programa de educação para a sustentabilidade, implementado em Portugal pela ABAE desde 2005, dirigido aos técnicos e decisores dos municípios considerados agentes privilegiados de promoção do desenvolvimento sustentável a nível local.

Este programa tem por objetivos:

- Motivar os municípios para a importância do seu papel como parceiros e como agentes do processo de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável formal e não formal;
- Envolver os municípios no apoio à implementação de programas de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável;
- Sensibilizar os municípios para a importância da parceria com os projetos escolares no âmbito da implementação da Agenda 21 Local;
- Sensibilizar os municípios para uma maior integração das preocupações ambientais nas políticas municipais;
- Reconhecer as iniciativas/políticas em desenvolvimento no concelho, em prol do ambiente/desenvolvimento sustentável;
- Contribuir para o aparecimento das Agendas 21 Locais e para o envolvimento de diversas entidades na elaboração e implementação da Agenda 21 e no cumprimento dos seus objetivos;
- Contribuir para a elaboração de indicadores de sustentabilidade local.
- Promoção de um mundo limpo (gestão de produtos químicos e de resíduos).



POLÍTICA DE QUALIDADE E AMBIENTE

2. POLÍTICA DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Sociedade Ponto Verde assume as responsabilidades legais dos embaladores pela gestão de resíduos de embalagens a qual se consubstancia na reciclagem e valorização dos respetivos resíduos de embalagem de acordo com os objetivos estabelecidos na sua Licença.

Perante os seus parceiros, a Sociedade Ponto Verde assume como um dos seus princípios de gestão o compromisso na prestação de um serviço de qualidade, implementando a melhoria contínua, respeitando os requisitos legais, regulamentares e estatutários estabelecidos, assim como os princípios e requisitos de gestão estabelecidos nas normas de referência.

Os colaboradores da organização são um ativo fundamental e a Sociedade Ponto Verde assume como compromisso estratégico o desenvolvimento das competências necessárias, nos seus colaboradores, para o bom desempenho da atividade da empresa.

A Sociedade Ponto Verde compromete-se em:

- Liderar o processo de valorização de resíduos em Portugal;
- Transmitir segurança na adoção de boas práticas ambientais nas atividades administrativas associadas à gestão do SIGRE, privilegiando a prevenção da poluição e a minimização dos riscos e impactos potenciais da sua atividade;
- Monitorizar a satisfação das partes interessadas compreendendo e assegurando as suas necessidades e expectativas, de forma a aumentar progressivamente a sua confiança na organização;
- Tornar transparente todo o processo da reciclagem e ser a marca de referência, partilhar a sua Política e objetivos para que sejam conhecidos, compreendidos e praticados por todos os seus parceiros, consciente da importância da sua atividade para a política nacional de gestão de resíduos.

A Direção Geral

Algés, 20 de junho de 2016

INDICADORES DE ATIVIDADE

3. INDICADORES DE ATIVIDADE

A atividade desenvolvida pela Sociedade Ponto Verde assenta em termos financeiros nos seguintes referenciais (Valor Ponto Verde-VPV, Valor de Retoma Líquido - VR, Contrapartidas Financeiras - VC, (Fluxo Urbano), Contrapartidas Financeiras - VIM, (Fluxo Não Urbano), Comunicação, Estudos e I&D e Funcionamento Interno - Gastos Gerais). Importa também referir que os objetivos estratégicos de atividade da SPV se resumem na sua taxa de adesão, taxa de valorização e na taxa de retoma.

INDICADORES ECONÓMICOS				
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	2016	2015	2014	(16-15)
Taxa de Adesão (%) ¹⁾	60%	59%	61%	1%
Taxa de Valorização (%) ²⁾	75%	78%	79%	1%
Quantidades valorizadas energeticamente (t) ²⁾	48 478	48 478	51 360	0
Taxa de Retoma (%)	38%	73%	74%	-35%
Taxa de Retoma Urbano	54%	64%	61%	-10%
Taxa de Retoma Não Urbano	3%	93%	104%	-90%
Taxa de Retoma Vidro	51%	51%	49%	0%
Taxa de Retoma Papel/Cartão (inclui ECAL)	30%	91%	100%	-61%
Taxa de Retoma Plástico	33%	76%	62%	-43%
Taxa de Retoma Metal	43%	113%	104%	-70%
Taxa de Retoma Madeira	14%	66%	95%	-52%
Taxa de adesão VERDORECA (%)	82%	79%	75%	3%
Novos Aderentes (n.º)	4 180	4 702	4 814	-522
Acumulado Estabelecimentos (n.º)	68 787	66 327	63 425	2 460
Potencial estabelecimentos HORECA (n.º) ³⁾	84 300	84 160	84 160	140
Estimativa qtd recolhidas HORECA (Total) (t)	157 754	145 460	137 903	12 294
Vidro (t)	114 438	106 832	100 737	7 606
Papel/cartão (t)	37 932	33 771	32 781	4 161
Plástico (t)	3 490	3 137	2 902	353
Metais (t)	1 894	1 720	1 483	174
Resultados (valores em K€)				
Volume Negócio	70670	66373	71482	4297
Resultado Líquido	-1061	-16178	-2737	15117
Valores Financeiros (valores em K€)				
Valor Ponto Verde	54 694	50 386	55 366	4308
Valor de Retoma Líquido	15 904	15 887	15 918	17
Contrapartidas Financeiras Fluxo Urbano	67 577	75 350	65 517	-7773
Valor Contrapartida	65 363	58 772	55 056	6591
Valor de Informação Complementar	1 380	15 905	9 817	-14525
STM	834	673	643	161
Contrapartidas Financeiras Fluxo Não Urbano	1	1 977	2 112	-1976
Marketing (Ações Comunicação)	1 290	2 021	2 119	-731
Estudos e I&D	83	343	282	-260
Estudos	5	238	272	-233
I&D	78	104	10	-26
Funcionamento Interno (Gastos Gerais)	3 202	3 596	4 043	-394
Outros	-374	-835	-52	461
Recursos Humanos				
Colaboradores (n.º)	40	40	41	0

1) Mercado Potencial atualizado em Março 2017

2) Dado da publicação Caracterização dos Sistemas Municipais Aderentes ao Sistema Ponto Verde de 2014

3) Valor actualizado de acordo com estudo "Universo HORECA 2015 - Portugal" realizado pela empresa Canadean Limited em 2016

Anexo I - Métodos de cálculo dos Indicadores

DESEMPENHO ECONÓMICO

4. DESEMPENHO ECONÓMICO

O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), foi criado de forma a dar cumprimento às obrigações ambientais e legais, através da organização e gestão de um circuito que garante a retoma, valorização e reciclagem de resíduos de embalagens não-reutilizáveis.



A Gestão de Resíduos, na Sociedade Ponto Verde, assenta em dois modelos de gestão: um para os Resíduos Urbanos de Embalagens e outro para os Resíduos Não Urbanos de Embalagens.



Figura 3. Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) para o Fluxo Urbano (Recolha Seletiva)

No caso dos Resíduos Urbanos de Embalagens, a Sociedade Ponto Verde estabelece parcerias com os Sistemas Municipais (SGRU) e/ou suas Empresas Concessionárias, que efetuam a recolha seletiva e triagem dos resíduos de embalagens separados pelo cidadão/consumidor na sua área de intervenção.

Os Resíduos Urbanos de Embalagens encaminhados para reciclagem podem ter quatro origens distintas: a Recolha Seletiva, Pré-Tratamento de Instalações de Tratamento Mecânico ou Mecânico e Biológico de resíduos urbanos, a Incineração e o fluxo de resíduos indiferenciados (este último, no caso da reciclagem orgânica de resíduos de embalagens como o cartão e a madeira). Os resíduos de embalagens provenientes da recolha seletiva são obtidos através da recolha por ecopontos, porta-a-porta e/ou ecocentros e contam com a participação do cidadão/consumidor para garantir o seu sucesso.

No caso dos resíduos provenientes da recolha seletiva, estes são geridos através da intervenção direta da Sociedade Ponto Verde no mercado destes resíduos, recebendo os SGRU, por cada tonelada de material de resíduo de embalagens o Valor de Contrapartida correspondente.

No caso das outras duas origens, os resíduos de embalagens são provenientes da recolha indiferenciada, designando-se por isso como fluxos complementares à recolha seletiva.

Para os resíduos provenientes do fluxo Complementar, a SPV paga voluntariamente aos SGRU o Valor de Informação Complementar (VIC) por cada tonelada encaminhada para reciclagem. Na gestão destes resíduos, não há intervenção direta da Sociedade Ponto Verde para o encaminhamento dos mesmos, sendo este operacionalizado pelo SGRU, ou seja, este deverá vender diretamente estes resíduos a entidades devidamente licenciadas para o tratamento e reciclagem dos mesmos, reportando essa informação à Sociedade Ponto Verde. Os SGRU entregam à SPV uma garantia sobre o destino final destes resíduos de embalagem, assumindo a SPV que os referidos materiais terão sido valorizados por reciclagem.

Nos SGRU que dispõem de instalações de Compostagem, estes resíduos passam por uma triagem para se retirarem os resíduos de embalagens que ainda possam ser encaminhados para reciclagem. No caso da Incineração (queima com recuperação Energética) dos resíduos indiferenciados, é possível recuperar no fim do processo os resíduos de embalagens metálicas (aço e alumínio) que são encaminhados para reciclagem.

Os resíduos biodegradáveis que são valorizados organicamente em instalações de compostagem também contam para as metas de reciclagem já que foram submetidos a reciclagem orgânica.

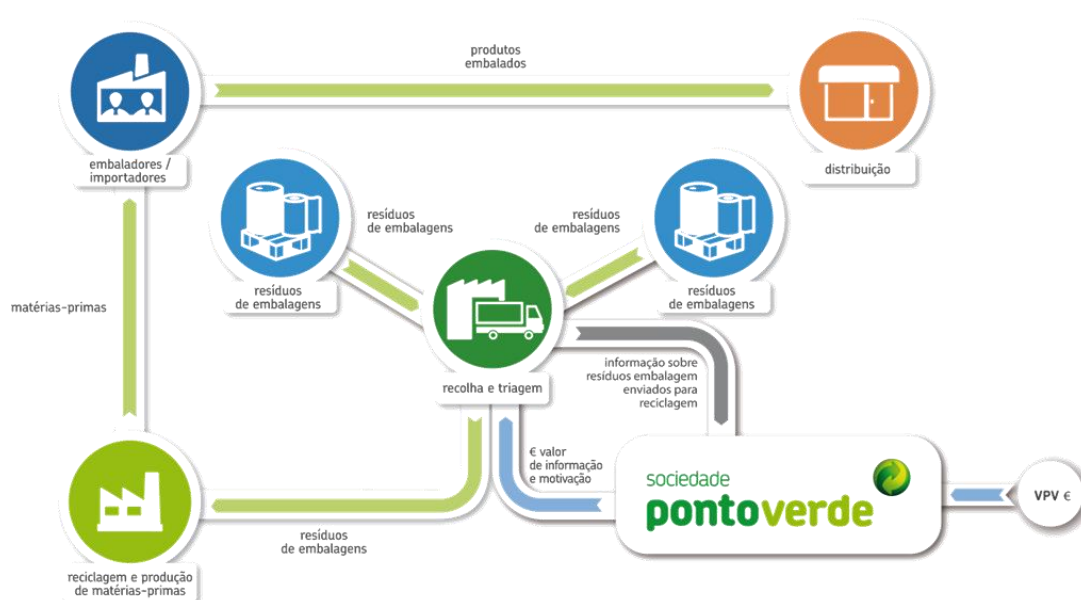


Figura 4. Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) para o Fluxo não Urbano

Para os Resíduos Não Urbanos de Embalagens, a parceria é estabelecida com os Operadores de Gestão de Resíduos (OGR) que procedem à recolha seletiva, triagem e encaminhamento para reciclagem dos resíduos não urbanos de embalagens produzidos em empresas de Comércio & Serviços e empresas Industriais. Pela informação reportada à SPV recebem um Valor de Informação e Motivação (VIM).

4.1. VALORES UNITÁRIOS

4.1.1. Valor Ponto Verde (VPV)

As empresas embaladoras/importadoras de produtos embalados que aderem à SPV transferem para esta a responsabilidade pela reciclagem e valorização dos resíduos das embalagens que anualmente colocam no mercado e que declaram à SPV.

Com base na tabela de Valores Ponto Verde, correspondente aos valores unitários por kg de cada tipo de material de embalagens não reutilizáveis, o embalador calcula a sua contribuição anual, multiplicando as quantidades de embalagens de cada material colocadas no mercado nacional pelo respetivo Valor Ponto Verde.

Durante o ano de 2016, a tabela de VPV em vigor foi a seguinte:

TABELA 1: TABELA DE VPV PARA 2016

VALORES PONTO VERDE 2016 (€/Kg)						
ÂMBITO	MATERIAL	PRIMÁRIAS	SACOS DE CAIXA	MULTIPACKS	SECUNDÁRIAS	TERCIÁRIAS
ZONA I - EMBALAGENS DE PRODUTOS DE GRANDE CONSUMO	VIDRO	0,0161	-	-	-	-
	PLÁSTICO	0,2008	0,2008	0,1004	0,0000	0,0000
	PAPEL E CARTÃO	0,0759	0,0759	0,0380	0,0000	0,0000
	ECAL	0,1139	-	-	-	-
	AÇO	0,0845	-	0,0845	0,0000	0,0000
	ALUMINIO	0,1447	-	0,1447	-	-
	MADEIRA	0,0136	-	0,0136	0,0000	0,0000
	OUTROS MATERIAIS	0,2288	-	0,2288	0,0000	0,0000
ZONA II - EMBALAGENS DE PRODUTOS INDUSTRIAIS	VIDRO	0,0000	-	-	-	-
	PLÁSTICO	0,0000	-	-	0,0000	0,0000
	PAPEL E CARTÃO	0,0000	-	-	0,0000	0,0000
	AÇO	0,0000	-	-	0,0000	0,0000
	ALUMINIO	0,0000	-	-	-	-
	MADEIRA	0,0000	-	-	0,0000	0,0000
	OUTROS MATERIAIS	0,0000	-	-	0,0000	0,0000
EMBALAGENS DE PRODUTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS	VIDRO	0,0000	-	-	-	-
	PLÁSTICO	0,0000	-	-	0,0000	0,0000
	PAPEL E CARTÃO	0,0000	-	-	0,0000	0,0000
	AÇO	0,0000	-	-	0,0000	0,0000
	ALUMÍNIO	0,0000	-	-	-	-
	MADEIRA	-	-	-	-	0,0000

4.1.2. Valor de Retoma (VR)

O Valor de Retoma é o valor auferido pela Sociedade Ponto Verde pela venda dos resíduos aos retomadores que participam nos processos concursais para a retoma dos mesmos. O Valor de Retoma aplica-se apenas aos resíduos enviados para reciclagem através de pedido de retoma e que se encontrem de acordo com as especificações técnicas para o efeito, como sejam os resíduos oriundos de recolha seletiva ou escórias ferrosas e não ferrosas. O Valor de Retoma está associado aos mercados dos materiais sendo que nalguns casos pode assumir valores negativos. Quando o Valor de Retoma é negativo, a Sociedade Ponto Verde paga ao retomador para proceder à retoma dos resíduos.

O histórico dos concursos realizados em 2016 e respetivos resultados encontra-se no seguinte endereço <http://www.spvnet.net/concursos.asp>.

4.1.3. Valores de Contrapartida

4.1.3.1. Valor de Contrapartida (VC)

O Valor de Contrapartida corresponde à compensação financeira devida aos SGRU, pelo custo acrescido da recolha seletiva, contrapartida essa definida pelo Ministério da Economia e pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, com base num modelo de cálculo que assenta na eficiência/desempenho dos sistemas e no seu potencial de captação, com a promoção da eficiência pela incorporação de vários patamares de diferenciação de captações de retoma e que se aplicam de forma diferenciada por tipo de material de resíduos de embalagens urbanos.

Os valores de contrapartida são fixados com base nas captações de retoma dos materiais provenientes da recolha seletiva (kg/hab.ano), o que permite premiar os SGRU com melhores performances *per capita*.

O mecanismo de operacionalização do modelo é estabelecido com base numa estrutura de patamares:

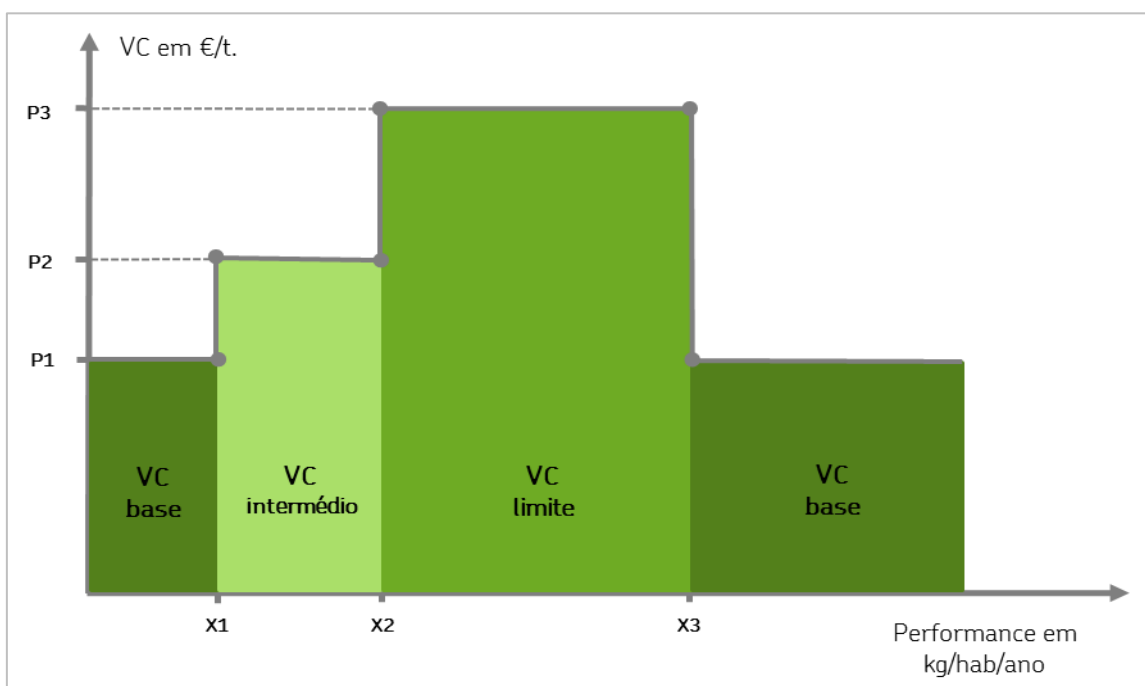


Figura 5. Modelo gráfico de aplicação dos valores de contrapartida

Em que P1, P2 e P3 correspondem às contrapartidas financeiras e os X1, X2 e X3 aos valores de captação de retoma.

A publicação do Despacho n.º 8376-C/2015, de 30 de julho de 2015, veio a definir novos valores de contrapartida, tendo por base também um sistema de patamares de captação de materiais de embalagens provenientes da recolha seletiva. Estes novos valores são de aplicação a partir de 01/09/2015. Neste modelo passa, no entanto, a ser também aplicada uma majoração de 20% sobre os valores de contrapartida fixados, para os SGRU da tipologia 1 (Resíduos do Nordeste, Resiestrela, Resitejo, Ecolézria, Ambilital, Amcal, Gesamb e Resialentejo).

TABELA 2. VALORES DE CONTRAPARTIDA APLICADOS EM 2016

VALORES DE CONTRAPARTIDA A PARTIR DE 01/09/2015

	kg/hab			€/t			
	X1	X2	X3	P1	P2	P3	P4
VIDRO	<14,69	<24,88	<35,07	47,00	65,00	81,00	47,00
PAPEL	<7,66	<11,35	<15,04	155,00	174,00	191,00	155,00
ECAL	<0,61	<1,84	<3,06	693,00	741,00	788,00	693,00
PLÁSTICO*	<4,08	<10,60	<17,11	693,00	741,00	788,00	693,00
AÇO	<0,62	<2,10	<3,57	540,00	580,00	619,00	540,00
ALUMÍNIO	<0,037	<0,4	<0,76	689,00	914,00	1155,00	689,00

*Não inclui os plásticos mistos

No caso dos plásticos mistos e da madeira os valores são fixos e independentes da capitação de retoma.

VALORES DE CONTRAPARTIDA PAGOS PARA A RECOLHA SELETIVA

PLÁSTICOS MISTOS	245,00
MADEIRA	15,87

4.1.3.2. Valor de Contrapartida (Escórias metálicas com garantia de retoma)

Para as Escórias com garantia de retoma dada pela SPV, as Contrapartidas Financeiras pagas pela SPV são os seguintes.

TABELA 3. VALORES DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA PARA ESCÓRIAS METÁLICAS DE INCINERAÇÃO COM GARANTIA DE RETOMA PARA 2016

ESCÓRIAS METÁLICAS DE INCINERAÇÃO (EM REGIME DE PEDIDO DE RETOMA) valores em €/t.	
AÇO	85,00
ALUMÍNIO	575,00

4.1.4. Valor de Informação Complementar (VIC)

O Valor de Informação Complementar (VIC) é pago voluntariamente aos SGRU relativamente aos fluxos complementares, onde se inserem os resíduos de embalagens provenientes das TMB, da Incineração, e da Recolha Seletiva das Vidreiras.

TABELA 4. VALORES DE VIC PARA 2016

ESCÓRIAS METÁLICAS DE INCINERAÇÃO (EM REGIME DE TRANSAÇÃO DIRETA POR PARTE DO OPERADOR DE RECOLHA) valores em €/t	
AÇO	15,00
ALUMÍNIO	35,00
RECOLHA SELETIVA DAS VIDREIRAS (EM REGIME DE TRANSAÇÃO DIRETA POR PARTE DO OPERADOR DE RECOLHA) valores em €/t	
VIDRO	5,00

TABELA 5. VALORES APLICADOS A PARTIR DE 01/09/2015

TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO valores em €/t.	
VIDRO	5,00
CARTÃO	5,00
ECAL	5,00
AÇO	15,00
ALUMÍNIO	35,00
FILME	275,00
PEAD	275,00
PET	180,00
PLÁSTICOS MISTOS	220,00
MADEIRA	5,00
VALORIZAÇÃO ORGÂNICA valores em €/t.	
PAPEL/CARTÃO	1,00
MADEIRA	5,00

4.1.5. Valor de Informação e Motivação (VIM)

No modelo de gestão aplicado ao fluxo não urbano, a SPV não interfere no circuito físico de gestão dos resíduos de embalagens, recolhendo apenas a Informação do Operador de Gestão de Resíduos (OGR) relativa ao encaminhamento para reciclagem de resíduos não urbanos de embalagens, pagando um Valor de Informação e Motivação por tonelada de material de resíduo de embalagem.

O OGR reporta a informação respeitante às quantidades efetivamente encaminhadas para reciclagem (dentro ou fora do país) de todos os materiais de Resíduos Não Urbanos de Embalagens, provenientes de produtores de resíduos industriais e de comércio & serviços nacionais.

TABELA 6. VALORES DE VIM PARA 2016

MATERIAL	EUROS/TONELADA
VIDRO	0,00
PAPEL/CARTÃO	0,00
PLÁSTICO	0,00
AÇO	0,00
ALUMÍNIO	0,00
MADEIRA	0,00

ENQUADRAMENTO CONTRATUAL

5. ENQUADRAMENTO CONTRATUAL

A Sociedade Ponto Verde é licenciada para assegurar a gestão de todos os tipos e materiais de embalagens não reutilizáveis colocados no mercado nacional, devendo contratar com os operadores económicos a seguir indicados:

- a) Embaladores e/ou responsáveis pela colocação de produtos embalados no mercado nacional;
- b) Fabricantes de embalagens e de matérias-primas para o fabrico de embalagens e/ou com Operadores de gestão de resíduos;
- c) Operadores de gestão de resíduos de embalagens;
- d) Municípios e/ou empresas gestoras de sistemas multimunicipais ou intermunicipais.

De modo a dar cumprimento ao estabelecido na licença concedida à Sociedade Ponto Verde em 7 de dezembro de 2004, foram estabelecidos contratos com os embaladores e/ou responsáveis pela colocação de produtos embalados no mercado nacional e com os operadores de gestão de resíduos de embalagens, e continuaram os contactos com os SGRU a fim de se concluir o processo de elaboração e negociação do contrato tipo que formalizará as relações já existentes entre a Sociedade Ponto Verde e estes.

GESTÃO DO FLUXO URBANO

6. GESTÃO DO FLUXO URBANO

6.1 OPERADORES DE RECOLHA

6.1.1. Sistemas Municipais

Desde 1998, ano em que a legislação sobre o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens entrou em vigor, que a Sociedade Ponto Verde tem estabelecido parcerias com Sistemas Municipais e Autarquias, com vista à valorização por reciclagem dos resíduos de embalagens separados pelo consumidor final e recolhidos e tratados por estas entidades.

Em 1998, apenas 5 Sistemas Municipais e Autarquias procediam à recolha seletiva e triagem dos resíduos de embalagem: CM Oeiras, Koch de Portugal (concessionária da CM Setúbal), Ecobeirão, Ersuc e Valorlis. Nesse ano, só os dois primeiros SGRU é que entregaram resíduos de embalagens para retoma, tendo os restantes SGRU iniciado a entrega de resíduos de embalagens para retoma em 1999.

A primeira entrega de resíduos de embalagens para retoma deu-se a 10 de julho de 1998 e foi de um lote de Aço proveniente da empresa Koch de Portugal, cujo retomador foi a empresa Batistas (Carregado).

É durante os anos de 1999 e de 2000 que se verifica um aumento significativo da adesão de novos SGRU ao Sistema Ponto Verde e consequentemente da população abrangida por recolha seletiva (ver gráfico). É neste período que os SGRU começam a dotar-se dos vários equipamentos que lhes permitem realizar a recolha seletiva e triagem dos resíduos de embalagens, como ecopontos e Centrais de Triagem essenciais para a preparação para reciclagem dos resíduos provenientes do contentor amarelo. A adesão de novos SGRU terminou em 2014, com a entrada da CM Corvo, cujos resíduos são geridos pela Resiaçores. A partir desse ano o Sistema Ponto Verde chegou a todo o território nacional.

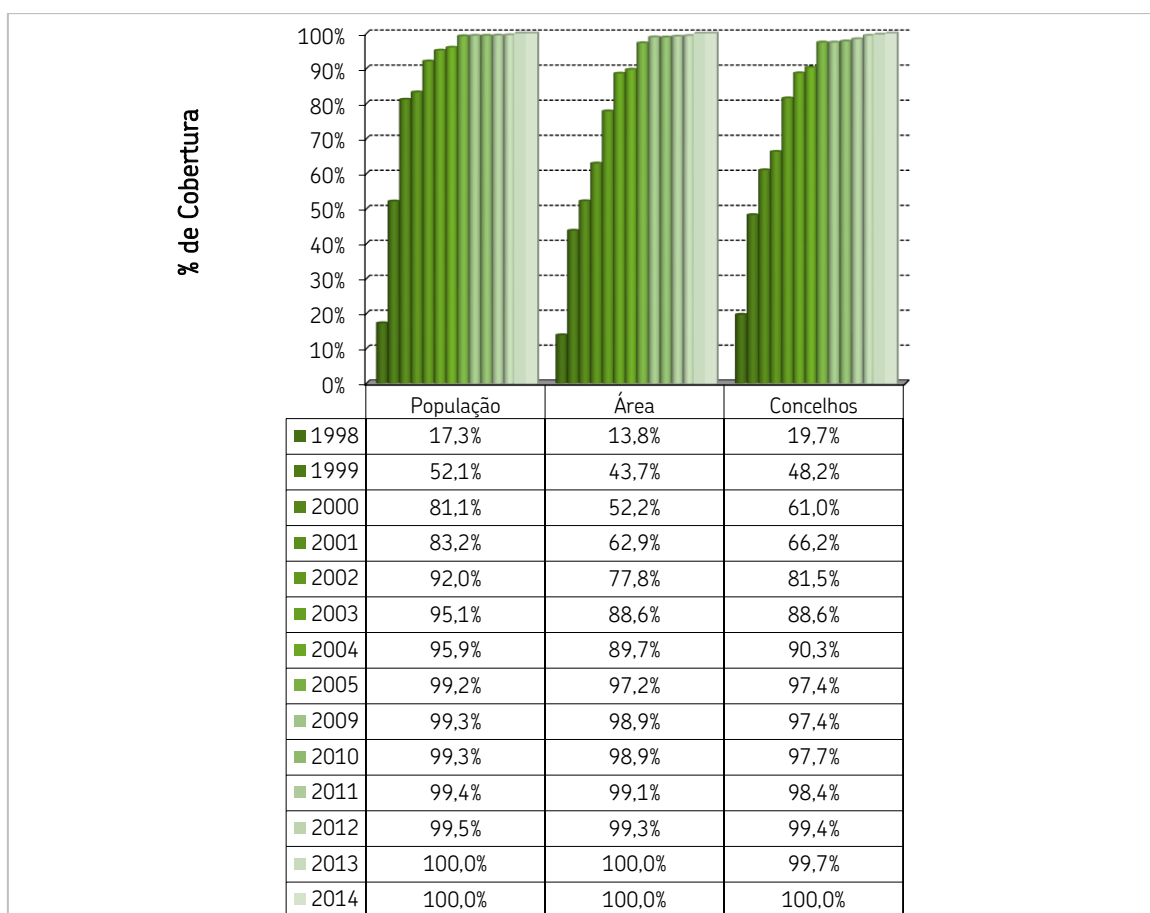


Figura 6: % de Cobertura do território Nacional

De salientar que no início nem todos os SGRU estavam devidamente infraestruturados, pelo que a SPV começou a retomar de algumas destas entidades os materiais que não exigiam triagem, como o Vidro e Papel/Cartão. Também algumas zonas do nosso país ainda não tinham o Sistema Municipal em funcionamento, pelo que foram estabelecidas parcerias com as Câmaras Municipais que tinham implementado recolha seletiva de resíduos de embalagens, como foi o caso das Câmaras Municipais de Beja, Évora, Portalegre (em representação de um grupo de municípios: Castelo de Vide, Crato, Marvão, Nisa e Portalegre), Lousada, Paços de Ferreira, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal e Torres Vedras. Após entrada em funcionamento do respetivo Sistema Municipal, estas câmaras passaram a integrar os mesmos.

Desde 1998 até aos dias de hoje, o Sistema Ponto Verde tem passado por diversas evoluções no panorama da recolha seletiva e triagem dos resíduos de embalagens do fluxo urbano, como a expansão da recolha seletiva a todo o país, a recolha dos resíduos do contentor amarelo (plástico, ECAL e metal) que até à existência da SPV não eram recolhidos nem tratados, a evolução das Centrais de Triagem (de manuais a automáticas), bem como as várias fusões entre Sistemas Municipais que foram existindo ao longo dos últimos anos.

A SPV teve e tem um papel essencial na recolha seletiva, triagem e encaminhamento para reciclagem dos resíduos de embalagens, não só através das várias formações sobre identificação e triagem dos materiais de resíduos de embalagens nas centrais de triagem de todo o país, como na procura de novas soluções de reciclagem (novos recicladores e financiamento de projetos de I&D). Não podemos deixar também de referir a importância e contributo das várias campanhas de comunicação desenvolvidas, que sensibilizaram a população para a separação das embalagens usadas. Em resultado de todo o esforço aplicado no SIGRE, não só pela SPV mas também pelos seus parceiros, foi possível assistir ao longo dos anos a uma melhoria na qualidade dos resíduos de embalagens encaminhados para reciclagem.

Ao nível dos chamados fluxos complementares à recolha seletiva (incineração e tratamento mecânico-biológico), a SPV tem vindo, voluntariamente, a apoiar o reporte do envio destes resíduos para reciclagem. No entanto, em 2015, a SPV apercebeu-se, por várias formas e fontes, de que uma parte relevante dos resíduos provenientes das TMB e pela qual pagou um Valor de Informação (VI) administrativamente fixado e que suscita questões de legalidade, não corresponderia a resíduos de embalagem e não estaria a ser efetivamente reciclada.

O objetivo subjacente ao sistema de incentivo à captação de resíduos de embalagens nos processos de TMB de resíduos urbanos indiferenciados, que a SPV voluntariamente implementou, sem que, a isso a obrigasse a lei ou a sua licença, foi objetivamente subvertido.

Face a esta subversão, e ao dano que daí poderá decorrer, desde logo para o ambiente mas também para o cumprimento das metas nacionais de reciclagem de resíduos de embalagem, a SPV alertou em devido tempo as entidades competentes, sem que da parte da Tutela tivessem sido tomadas as necessárias medidas para a resolução do problema detetado. Ao verificar a insustentabilidade do modelo de gestão para os resíduos de TMB no contexto dos problemas relatados à Tutela, no início de 2016, a SPV aceitou considerar excecional e transitoriamente o reporte de informação dos resíduos de embalagens de TMB referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2016, mediante a apresentação de garantias adicionais de reciclagem e excluindo o material plásticos mistos.

Cobertura do Sistema Ponto Verde

Atualmente (dados de 2016) o Sistema Ponto Verde abrange 100% da população portuguesa. A SPV tem assim como parceiros 33 SGRU: 23 no continente e 10 nas regiões autónomas.

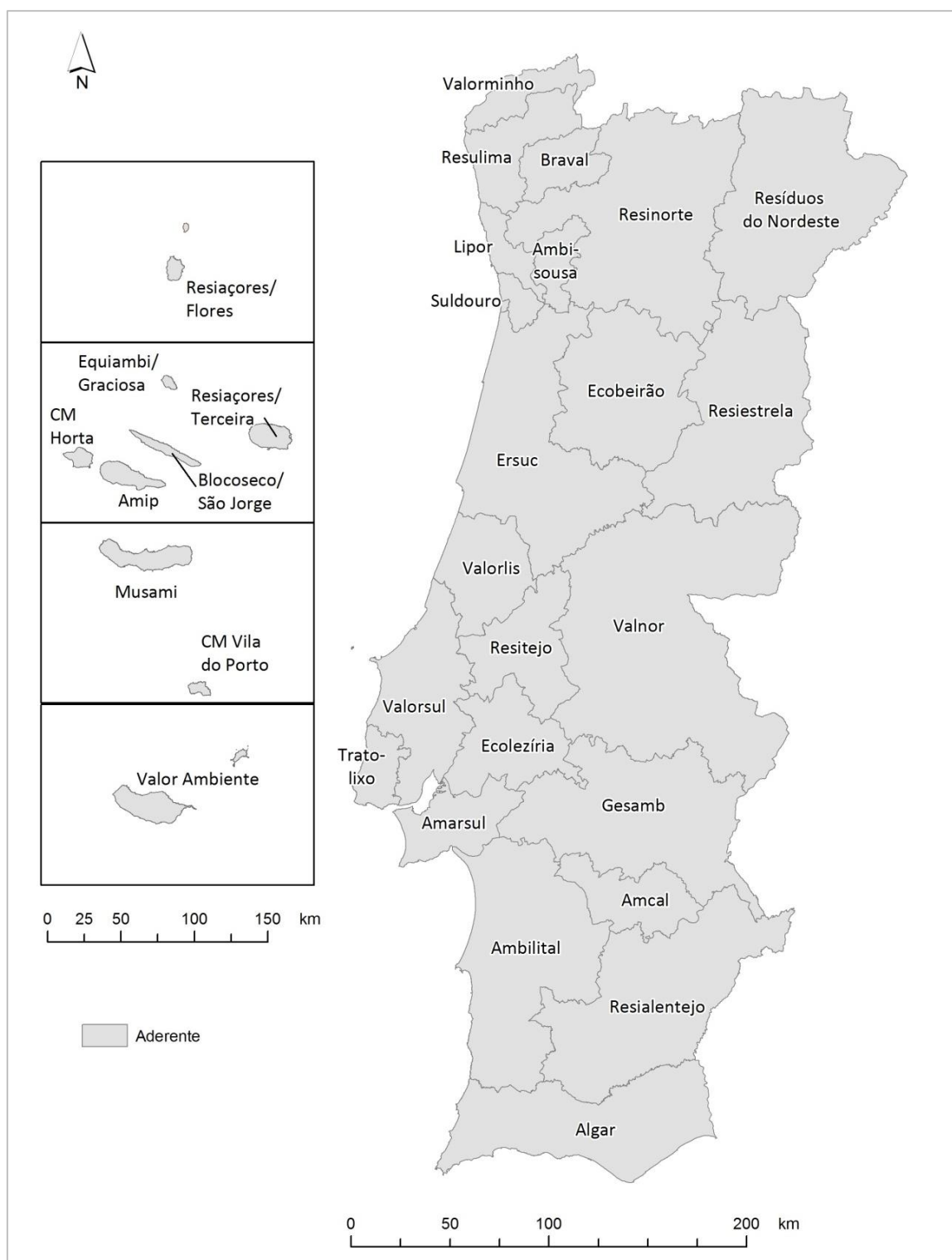


Figura 7: Mapa da Cobertura Territorial a 31-12-2016

No anexo II, encontra-se a descrição de todos os equipamentos e infraestruturas dos SGRU aderentes ao Sistema Ponto Verde. Estes são dados de 2014, obtidos para a elaboração da publicação *online* da Caracterização dos Sistemas Municipais 2014.

6.2 RETOMADORES

Desde 1998, data em que foi efetuado o primeiro pedido de retoma, que a Sociedade Ponto Verde estabelece parcerias (concretizadas em relações contratuais no âmbito da sua licença), com empresas retomadoras, com vista ao encaminhamento para reciclagem dos diversos materiais de resíduos de embalagens recolhidos e triados pelos SGRU. A evolução do estado de licenciamento destas empresas, que garantem o adequado encaminhamento para reciclagem dos resíduos de embalagem geridos pela SPV, tem sido notória ao longo dos anos, sendo inquestionável o papel desempenhado por esta entidade gestora em prol do desenvolvimento da indústria de reciclagem, não só pelo apoio dado aos retomadores na evolução dos processos de licenciamento, bem como na atitude proactiva de procura de novas soluções de reciclagem. A garantia de cumprimento das obrigações legais associadas ao procedimento de retoma tem sido uma preocupação constante da SPV, incluindo a regulamentação associada aos transportes de resíduos que, mesmo não sendo a sua contratação uma responsabilidade direta da SPV, motivou a elaboração de um guia específico e dedicado às operações associadas à retoma, para os parceiros da SPV, incluindo o Movimento Transfronteiriço de Resíduos decorrente da aplicação do Regulamento n.º 1013/2006.

Salienta-se, nesta perspetiva, o papel relevante que a SPV desempenha na garantia de encaminhamento para reciclagem de materiais tais como o EPS (vulgo esferovite), Madeira, ECAL e Plásticos Mistos, para os quais não existe ainda um mercado de reciclagem que valorize adequadamente estes resíduos, motivo pelo qual o Valor de Retoma (valor pelo qual os resíduos são transacionados entre a SPV e os retomadores) se mantém negativo desde 1998 no caso do EPS, Madeira e ECAL e desde 2008, no caso dos Plásticos Mistos, datas em que se iniciaram as retomas destes materiais de embalagem.

Existem também lotes de resíduos de embalagens de vidro com valor de retoma negativo, consoante a localização dos mesmos. Importa por isso referir que não está apenas em causa o valor intrínseco dos resíduos dado que as condições de venda dos mesmos aos retomadores por parte da SPV implicam o suporte dos custos de transporte por parte destes.

Há ainda a destacar o papel pioneiro da SPV ao tornar-se, em 2008, a primeira entidade gestora a utilizar uma plataforma eletrónica para realização dos processos concursais online, para assegurar a retoma para valorização por reciclagem dos materiais dos resíduos de embalagens.

No que diz respeito às entidades que podem participar nos concursos promovidos pela Sociedade Ponto Verde para a prestação de serviços que assegurem a retoma e a valorização por reciclagem dos resíduos de embalagens geridos por esta entidade gestora, foi dado cumprimento ao Despacho n.º 7110/2015 durante 2016, que definia a metodologia para elaborar os requisitos e as regras para o processo de qualificação de operadores de gestão de resíduos, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), Despacho que entrou em vigor em 01/07/2015. O Despacho atrás referido foi revogado através do Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro. Por esta razão, e face à impossibilidade oportunamente comunicada pela APA no seu sítio da internet, de concretizar o preconizado no Despacho em causa, não foi possível contar, em 2016, com quaisquer novas empresas nos processos concursais anteriormente referidos.

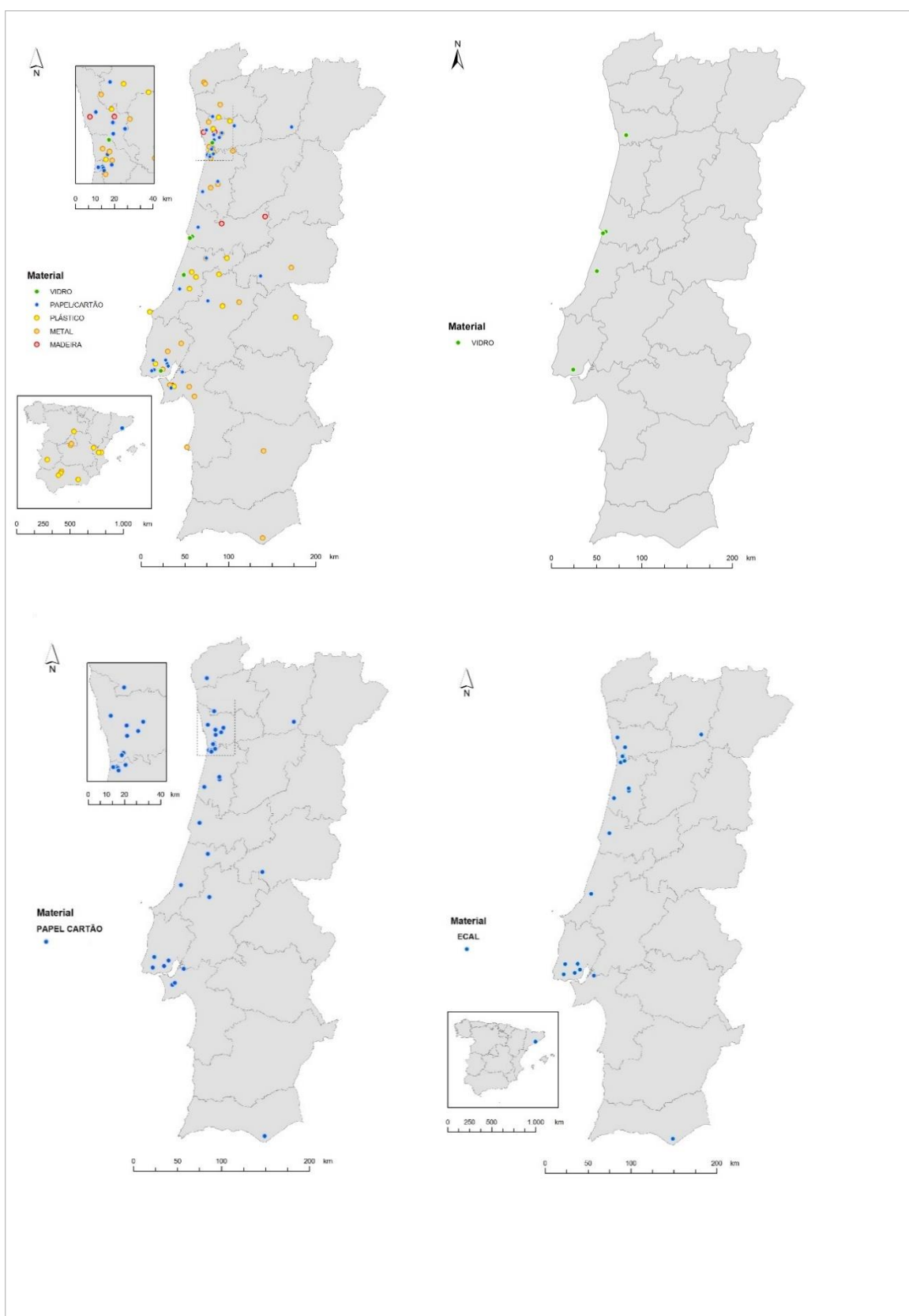
A 31-12-2016, 60 empresas detinham um contrato válido celebrado com a SPV, incluindo processo de licenciamento regular na posse desta entidade gestora, das quais 55 detinham autorização pela APA e pela DGAE, algumas empresas para vários materiais e para mais que uma instalação, cuja distribuição se apresenta da seguinte forma:

- Vidro: 5 Retomadores com contrato com a SPV e autorizados pela APA+DGAE;
- Papel/Cartão: 19 Retomadores com contrato válido com a SPV, dos quais 15 estavam autorizados pela APA+DGAE;
- ECAL: 13 Retomadores com contrato válido com a SPV, dos quais 6 estavam autorizados pela APA+DGAE;
- Plástico: 24 Retomadores com contrato válido com a SPV, dos quais 23 estavam autorizados pela APA+DGAE;

- Metal: 16 Retomadores com contrato válido com a SPV, dos quais 14 estavam autorizados pela APA+DGAE;
- Madeira: 5 Retomadores com contrato com a SPV e autorizados pela APA+DGAE;

Após a publicação do Despacho n.º 7110/2015 de 29 de junho, apenas as empresas autorizadas puderam participar nos concursos promovidos pela SPV.

As seguintes figuras representam a distribuição geográfica das unidades fabris e locais de descarga dos diversos Retomadores, onde se pode constatar que a maioria se encontra localizada na zona Litoral, Centro e Norte, de Portugal.



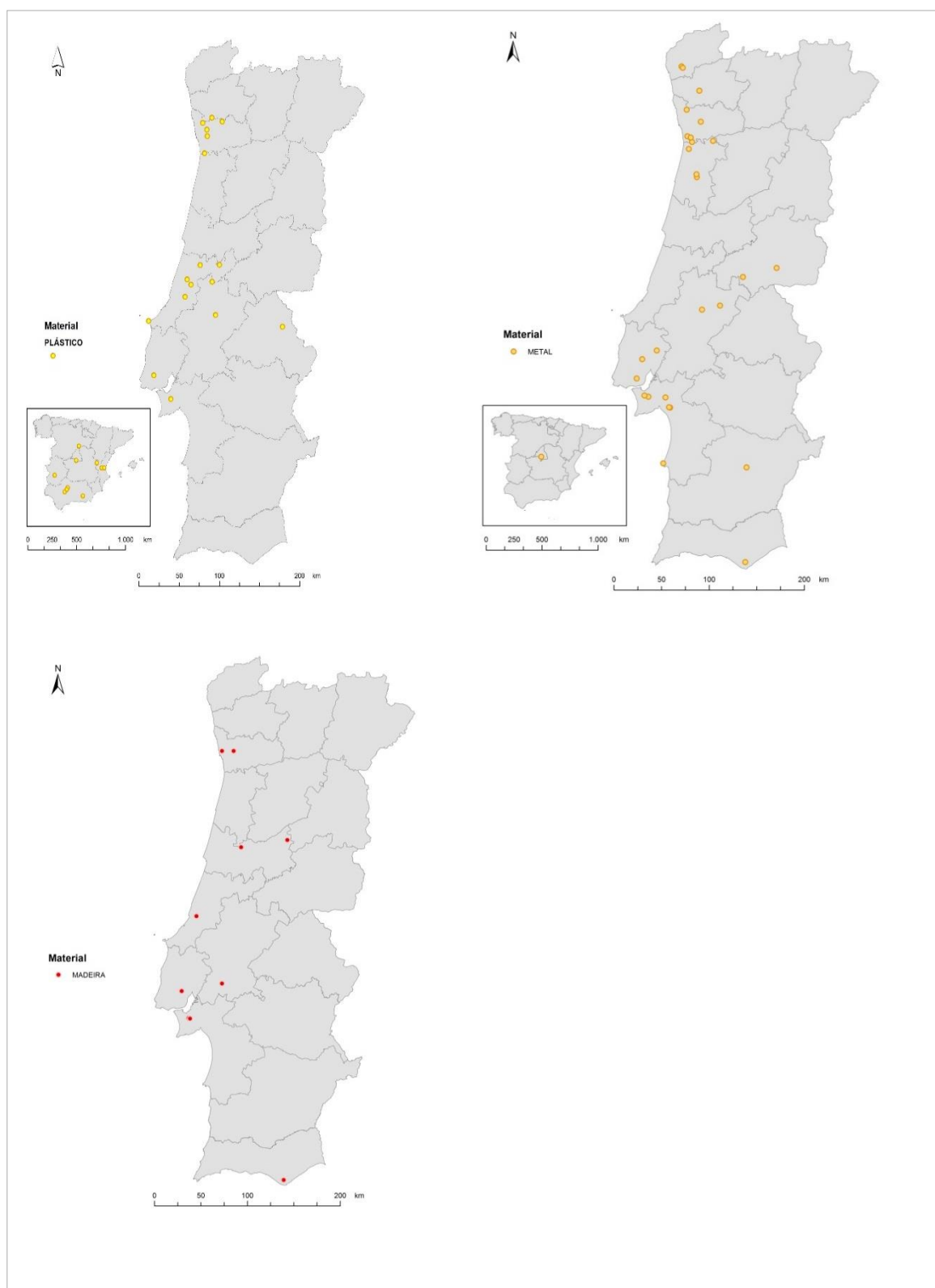


Figura 8: Distribuição geográfica das unidades fabris e locais de descarga dos diversos Retomadores

6.3 RETOMAS

6.3.1 Retomas por Material

Em 2016, a SPV contabilizou 381.156 toneladas de resíduos de embalagens do fluxo urbano enviadas para reciclagem, sendo 335.670 toneladas provenientes da recolha seletiva dos SGRU e as restantes 41.023 toneladas do fluxo complementar (tratamento mecânico e biológico, incineração e reporte complementar do vidro). Foram igualmente reportadas pelos SGRU 4.464 toneladas de resíduos de embalagens de papel cartão e de madeira valorizadas através de reciclagem orgânica, na Algar, Amarsul, Ersuc, Resíduos do Nordeste, Resiestrela, Resinorte, Suldouro, Tratolixo e Valnor. Apesar da reciclagem orgânica ter ocorrido em outros SGRU com este tipo de tratamento, não foram reportados dados à SPV de forma atempada para serem incluídos no fecho de ano de 2016.

Verifica-se que a recolha seletiva continua a ser a principal origem dos resíduos de embalagem, tendo em 2016 representado 88% do total de resíduos retomados no fluxo urbano.

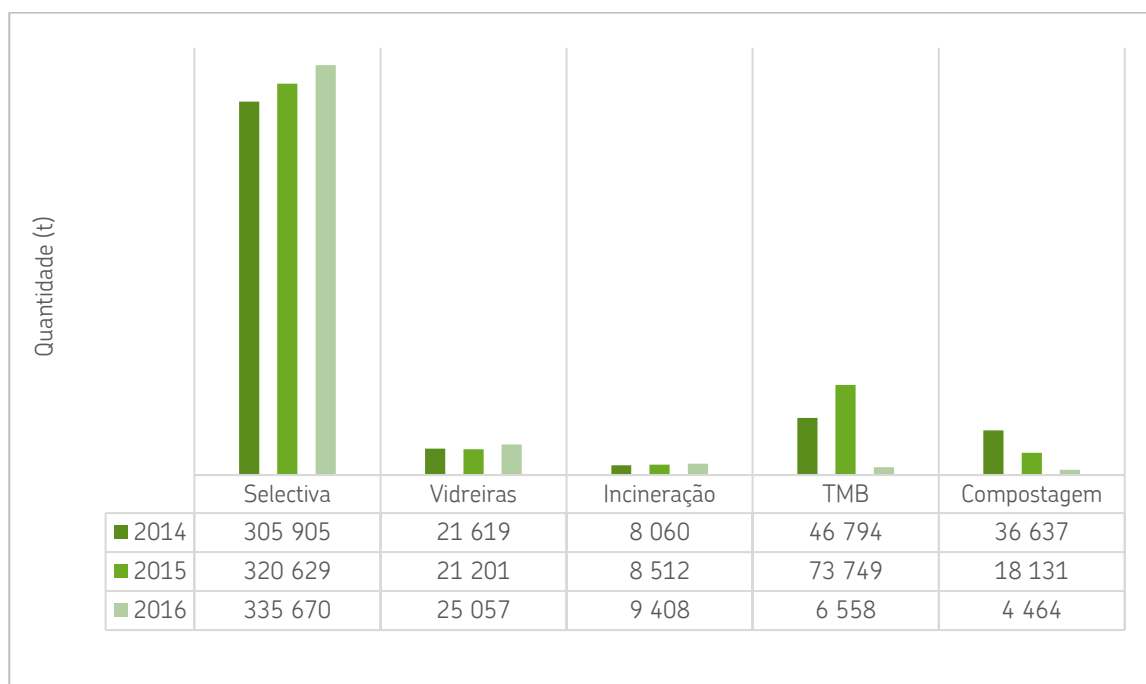


Figura 9: Evolução das quantidades (t) retomadas por material no fluxo urbano, por origem

O total retomado em 2016 situa-se 14% abaixo dos quantitativos de 2015, devido ao decréscimo de quantidades provenientes dos TM/TMB. Ressalva-se que as quantidades de resíduos de embalagens provenientes da recolha seletiva apresentaram um crescimento de 5%. As provenientes da Incineração e Vidreiras também apresentaram crescimento face a 2015 de 11% e 18% respetivamente.

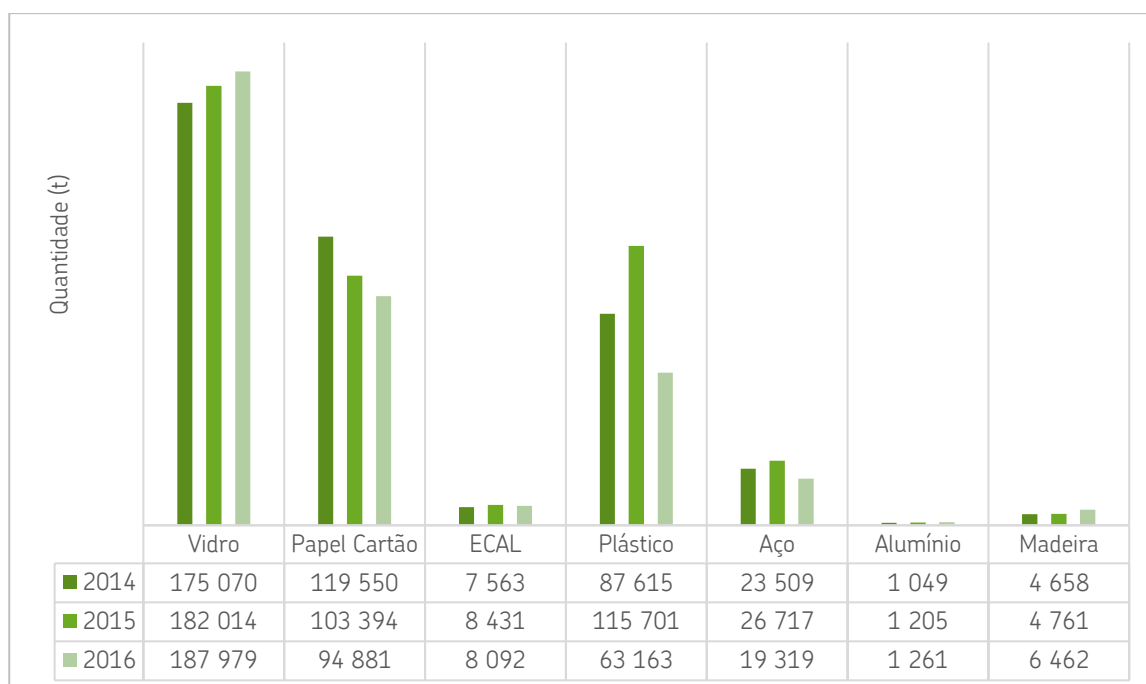


Figura 10: Evolução das quantidades retomadas (t) por material, no fluxo urbano

Da análise das retomas por material, verifica-se que o vidro mantém a recuperação verificada em 2015, devido à recolha com origem nos ecopontos e ao reporte das vidreiras. Para tal contribuiu o esforço dos SGRU no reforço das recolhas, bem como as campanhas de sensibilização da SPV, orientadas tanto para os consumidores domésticos (Missão Reciclar Lares) bem como para os grandes produtores (Missão Reciclar HORECA).

O decréscimo dos materiais Papel/Cartão, Plástico e Aço deve-se principalmente à diminuição das quantidades provenientes das TM/TMB, uma vez que a recolha seletiva apresentou crescimento para esses materiais (gráfico em baixo).

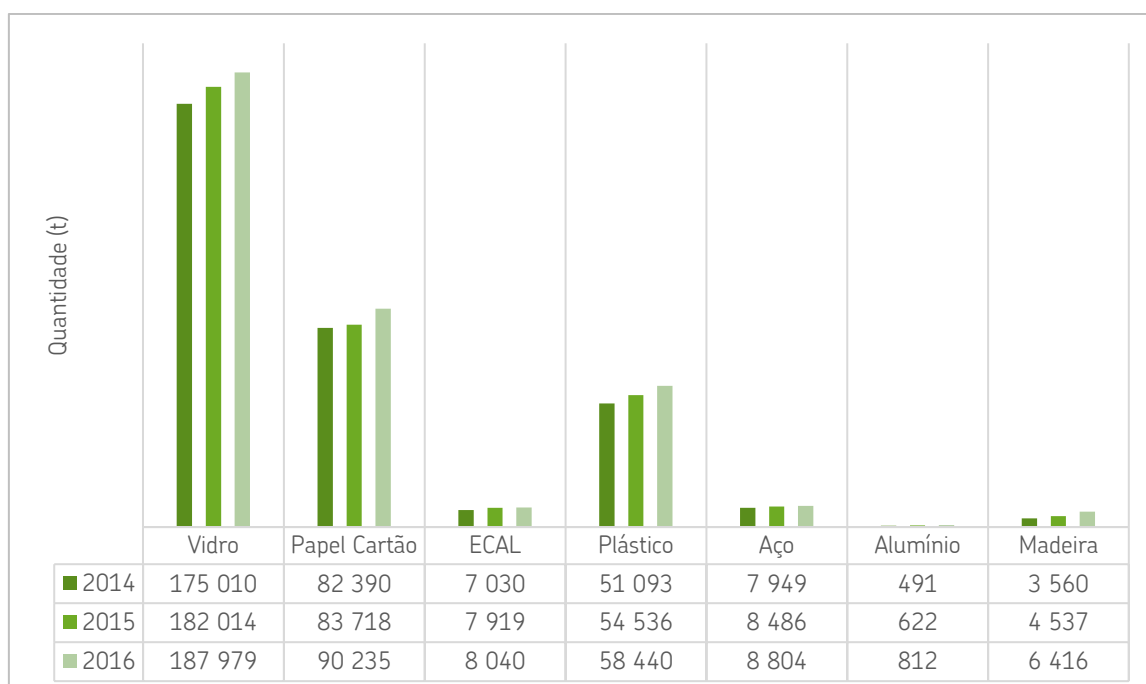


Figura 11: Evolução das quantidades retomadas (t) por material, no fluxo urbano recolha seletiva

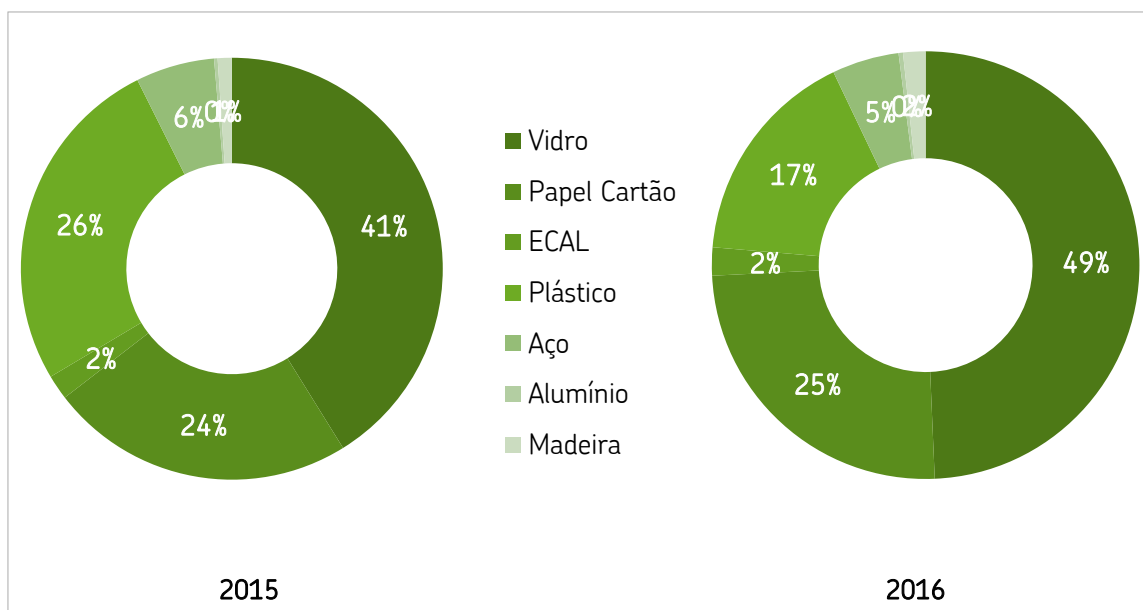


Figura 12: Distribuição percentual dos resíduos urbanos retomados em 2015 e 2016, por material

Em termos de proporção entre materiais retomados no fluxo Urbano, os materiais vidro e papel/cartão foram os mais representativos em 2016, ao contrário do que aconteceu em 2015, em que o plástico constituía o 2º resíduo de embalagem mais retomado, devido aos resíduos provenientes das TM/TMB.

6.3.2. Retomas por SGRU

À semelhança do que ocorreu em 2015, durante o ano de 2016, cinco SGRU (Valorsul, Lipor, Algar, Resinorte e Tratolixo) representaram aproximadamente 50% do total de retomas da origem recolha seletiva.

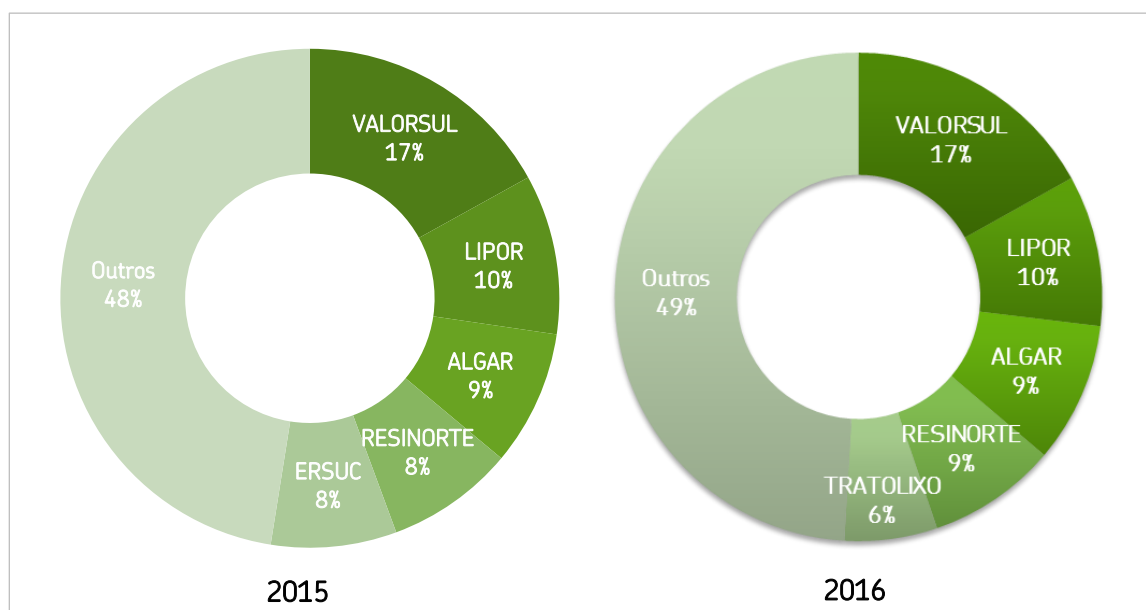


Figura 13: Distribuição percentual das retomas totais (recolha seletiva) por SGRU

Trata-se na sua maioria de SGRU onde se encontram os grandes centros urbanos e onde reside a maioria da população portuguesa (Valorsul, Lipor e Tratolixo) e de SGRU com uma grande área de influência (Resinorte, com perto de 1.000.000 de habitantes).

No anexo III encontra-se informação detalhada das quantidades de resíduos de embalagens, por material e por SGRU, encaminhados para reciclagem durante o ano de 2016.

Os gráficos seguintes apresentam as retomas totais por SGRU e os dados encontram-se ordenados por quantidades.

O gráfico da figura 14 representa a totalidade dos fluxos (recolha seletiva, tratamento mecânico-biológico e incineração) encaminhados para a SPV.

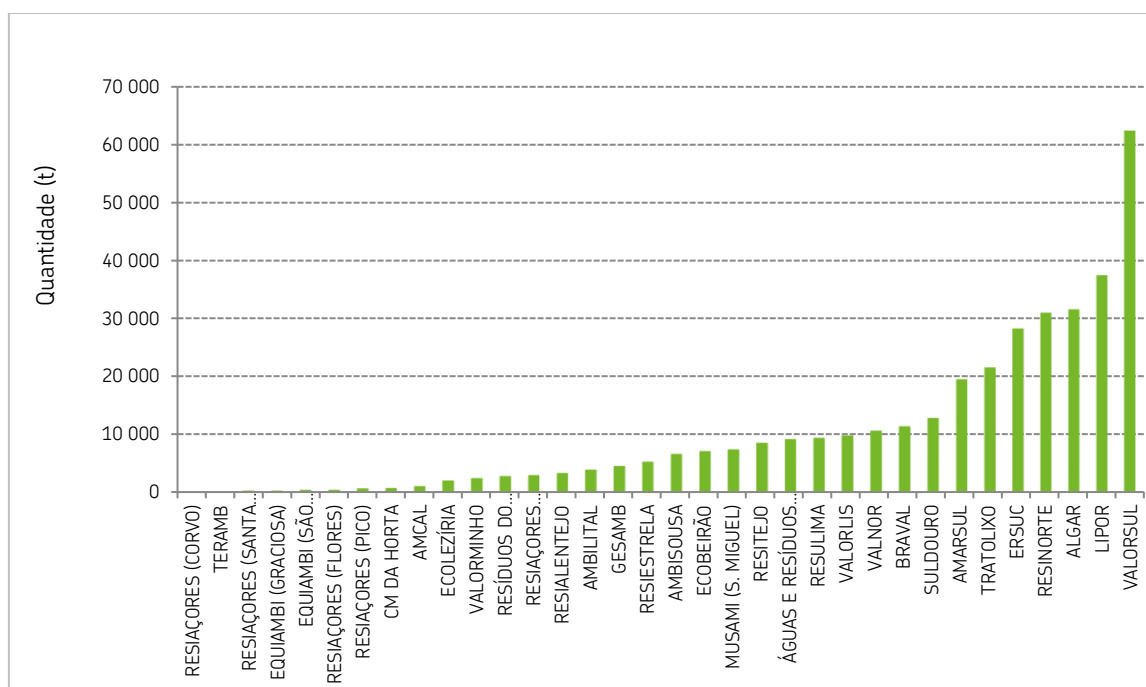


Figura 14: Quantidades totais (t.) por SGRU encaminhadas para reciclagem em 2016 (recolha seletiva, tratamento mecânico-biológico e incineração)

Considerando apenas a recolha seletiva, em 2016 o posicionamento dos SGRU mantém-se quase inalterado.

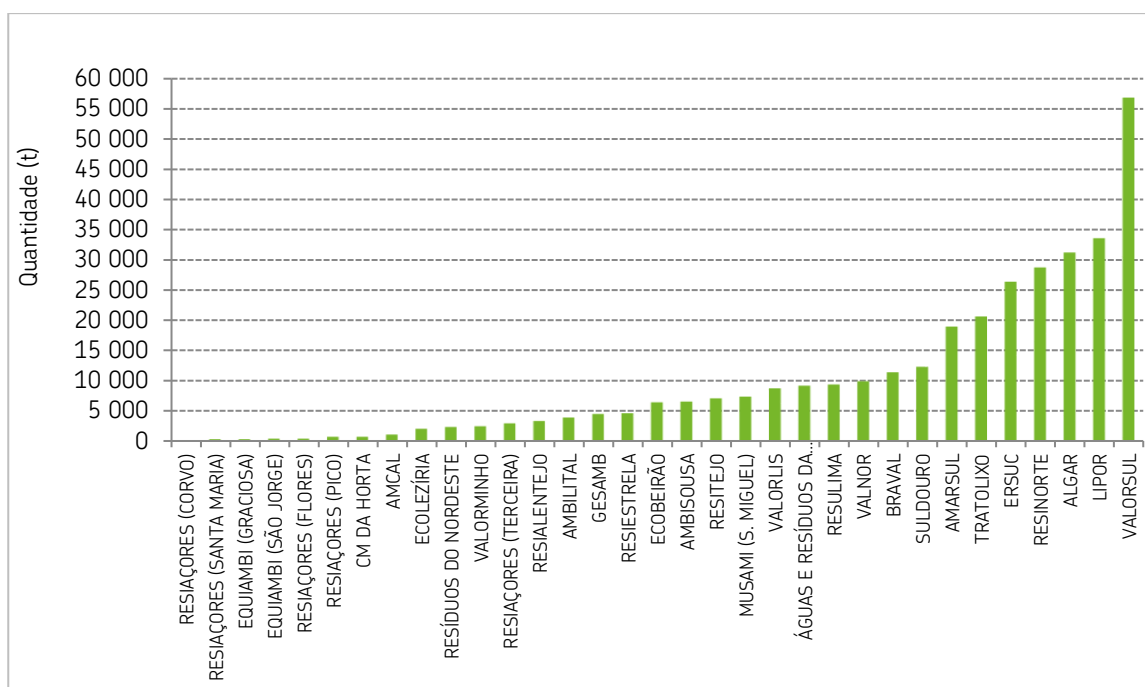


Figura 15: Quantidades totais (t) por SGRU encaminhadas para reciclagem em 2016 (recolha seletiva)

RETOMAS PER CAPITA POR SGRU, POR MATERIAL

Em 2016, os SGRU do continente passaram a ser remunerados por um novo modelo de VC (em vigor desde setembro de 2015), mantendo-se o anterior modelo em vigor para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Apresentam-se as retomas per capita separadas entre continente e regiões autónomas, uma vez que a população considerada para o continente é a população média de 2013, publicada pelo INE, e que faz parte do despacho n.º 7111/2015 e a população dos SGRU das regiões autónomas é a da estimativa da população residente em Portugal em 2006, publicada pelo INE em agosto de 2007.

Os dados que se apresentam nos gráficos seguintes encontram-se ordenados por valores per capita recorrendo à população referida.

VIDRO

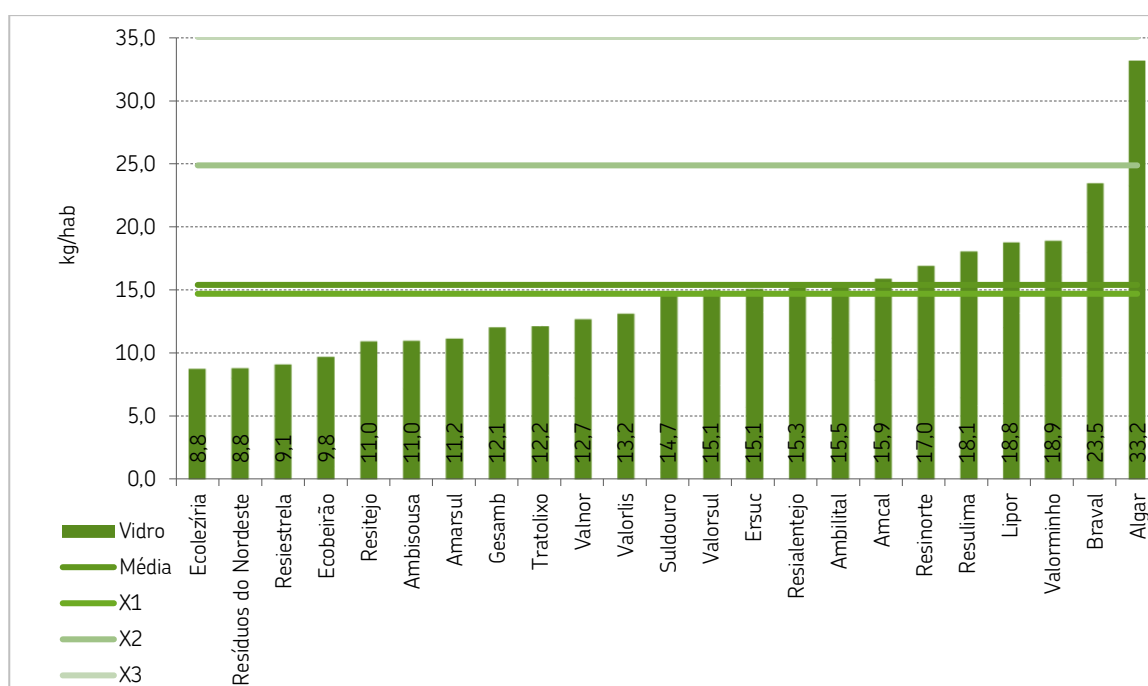


Figura 16: Retomas per capita de vidro e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU do continente

Do total de SGRU que entregaram vidro em 2016, apenas a Algar ultrapassou o 2º escalão, que corresponde a 24,88 kg/habitante ano, devido por um lado ao turismo e por outro lado a um melhor desempenho das recolhas.

Os restantes SGRU distribuem-se entre o primeiro e o segundo patamar de remuneração.

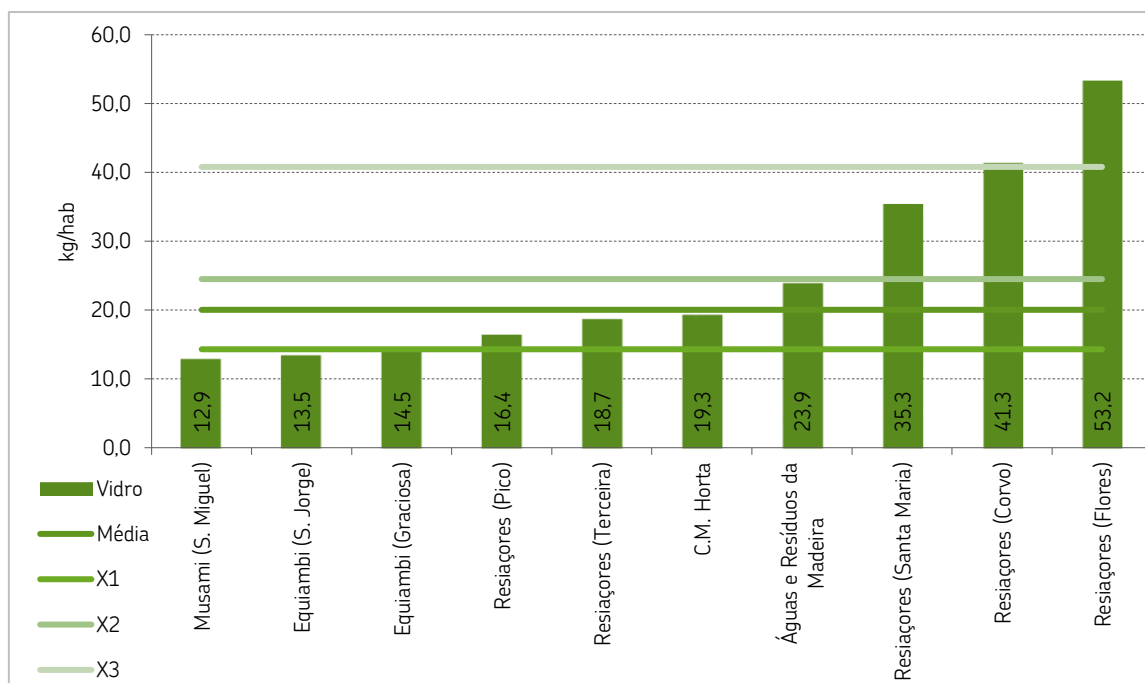


Figura 17: Retomas per capita de vidro e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

OS SGRU Resiaçores Flores, Resiaçores Corvo e Resiaçores Santa Maria destacam-se nas quantidades per capita, uma vez que sendo ilhas pequenas, com uma população reduzida, qualquer variação de quantidade tem um impacto grande na quantidade per capita.

O per capita elevado do SGRU Águas e Resíduos da Madeira deve-se aos vários anos de implementação de recolha porta-a-porta de vidro em hotéis e restaurantes da Ilha da Madeira.

PAPEL/CARTÃO

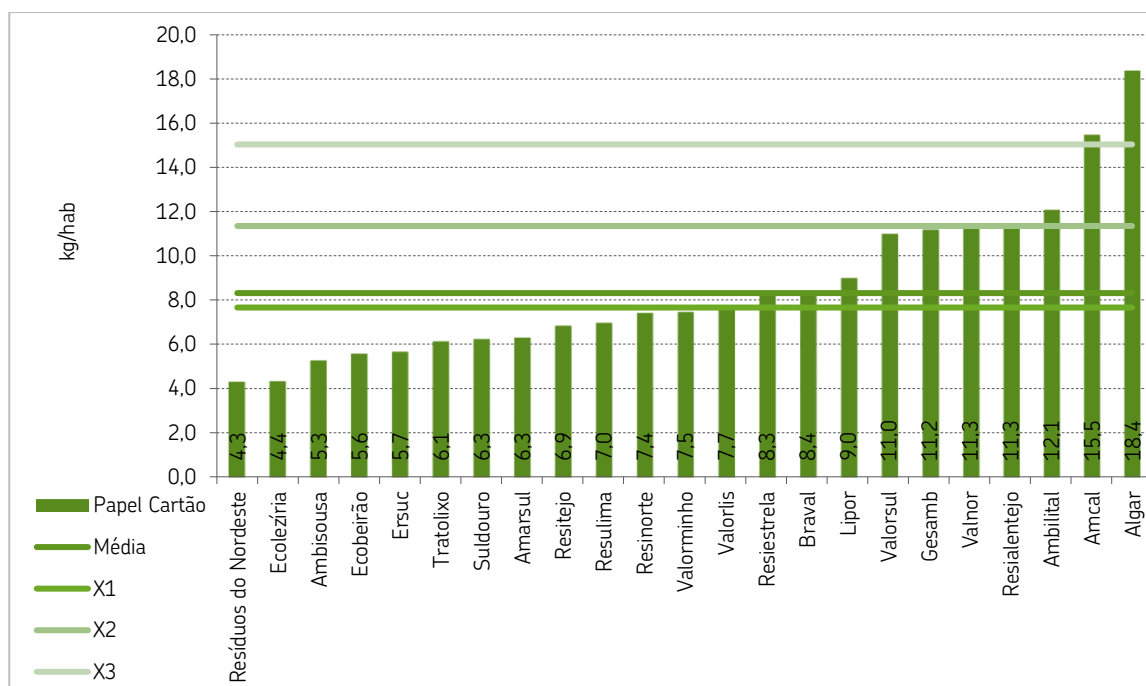


Figura 18: Retomas per capita de papel cartão e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU do continente

São dois os SGRU que ultrapassam o valor de X3 que representa o mercado potencial urbano: Algar e Amcal. A Algar beneficia do facto de a população usada no cálculo ser a residente em vez da população servida, que aumenta muito durante a época de Verão, e da presença de resíduos não urbanos. No caso da Amcal, trata-se de um SGRU com quantidade reduzida de população que impacta na variação dos per capita.

Apenas a Ambital ultrapassa o valor do X2 e os restantes SGRU distribuem-se entre o 1º e 2º escalão de VC.

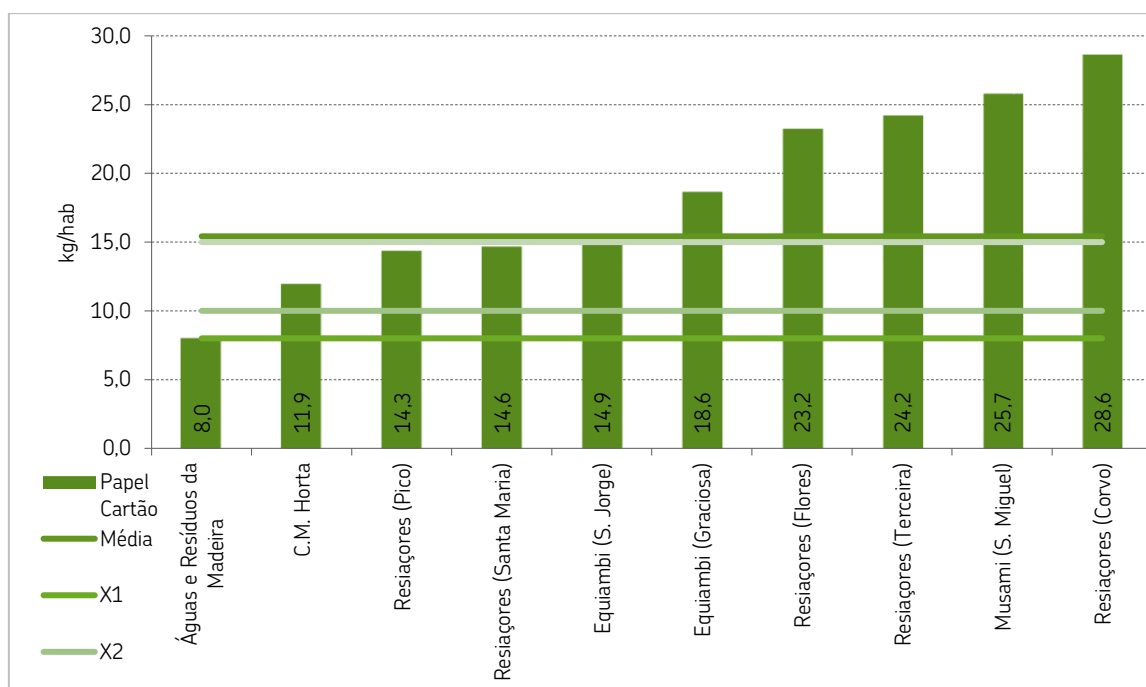


Figura 19: Retomas per capita de papel cartão e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e Açores

No caso das Regiões Autónomas, em 2016, verificou-se um aumento substancial das quantidades entregues de papel/cartão, especialmente na Região Autónoma dos Açores. Este aumento deve-se ao reforço da recolha seletiva porta-a-porta ao consumidor doméstico e não doméstico (comércio de rua e produtores de resíduos não urbanos).

ECAL

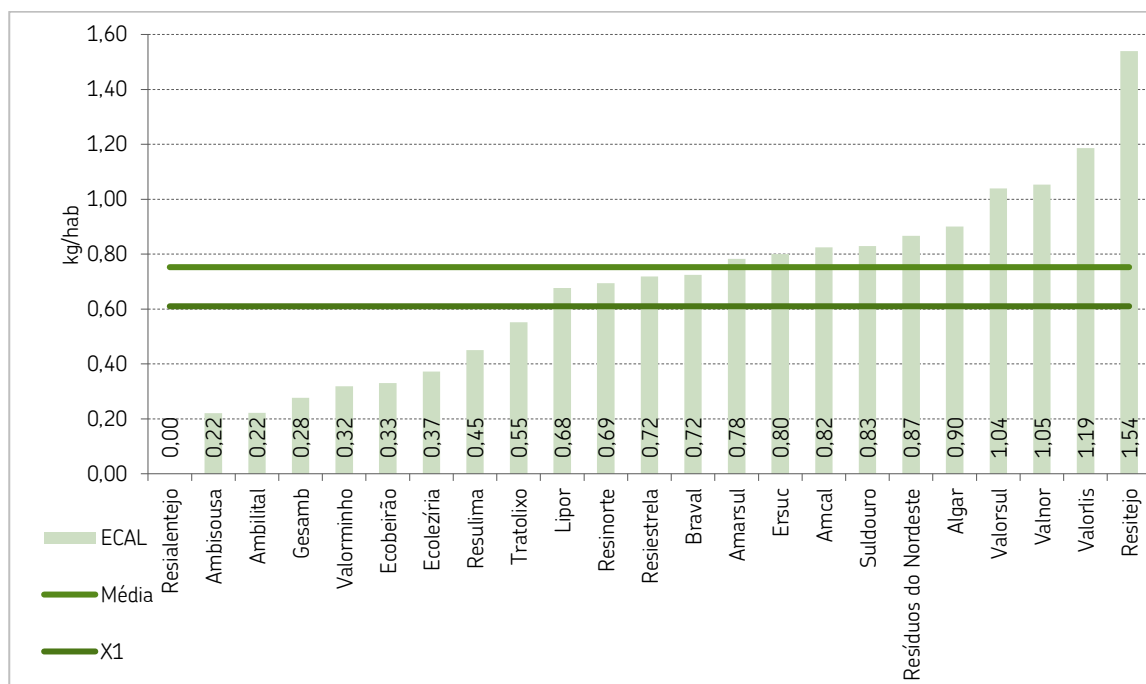


Figura 20: Retomas per capita de ECAL e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU do continente

Dos 22 SGRU do continente que entregaram ECAL em 2016, apenas oito não ultrapassaram o primeiro patamar de remuneração (X1).

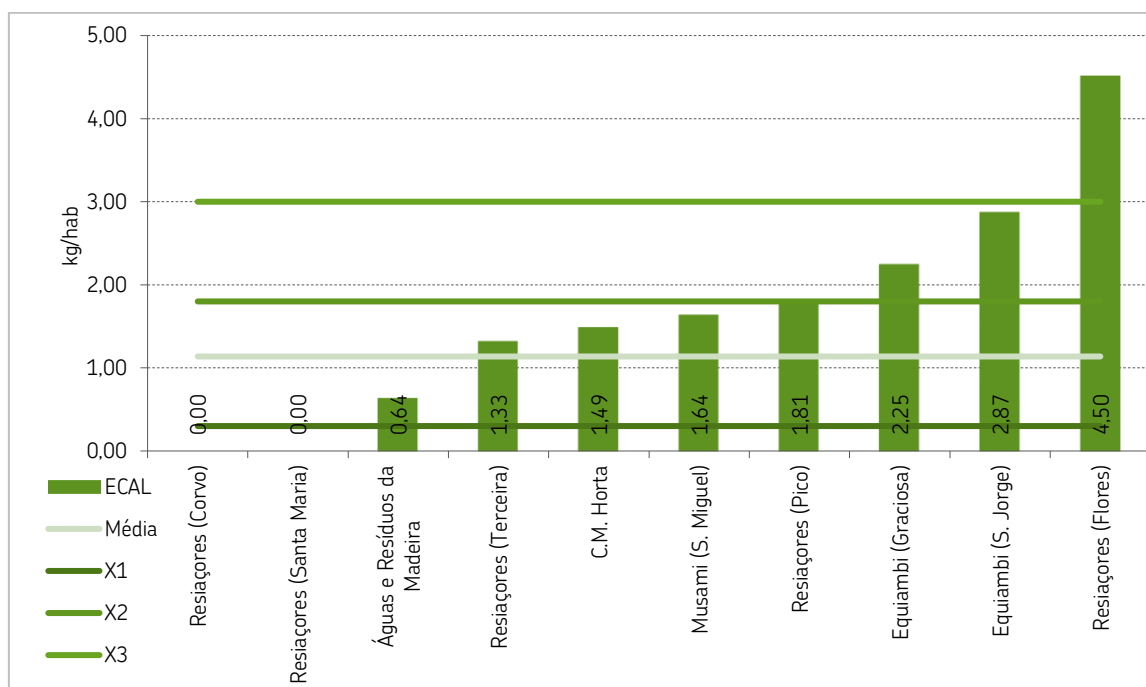


Figura 21: Retomas per capita de ECAL e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, dos SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e Açores

No caso das Regiões Autónomas, em 2016 o SGRU Resiaçores Flores ultrapassou o X3 e todos os SGRU ultrapassaram o X1.

PLÁSTICO

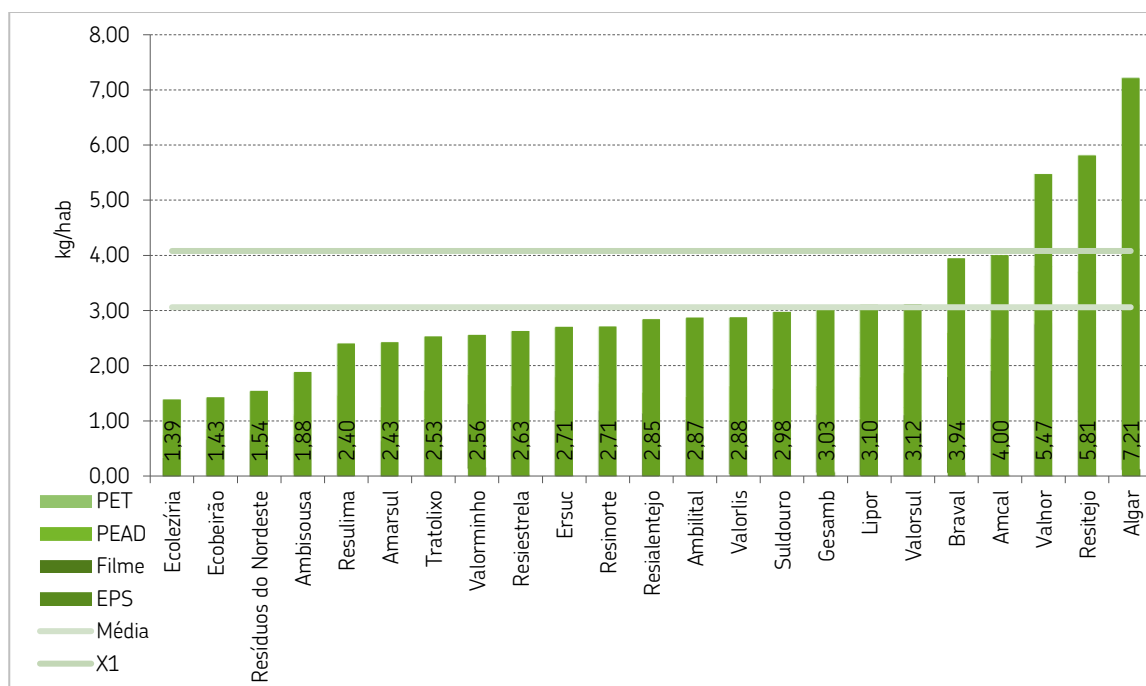


Figura 22: Retomas per capita de plástico (exceto mistos e outros plásticos) e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU do continente

Os SGRU Algar, Resitejo e Valnor ultrapassaram o segundo patamar de remuneração do modelo. Os restantes SGRU mantiveram-se no 1º escalão de remuneração de VC.

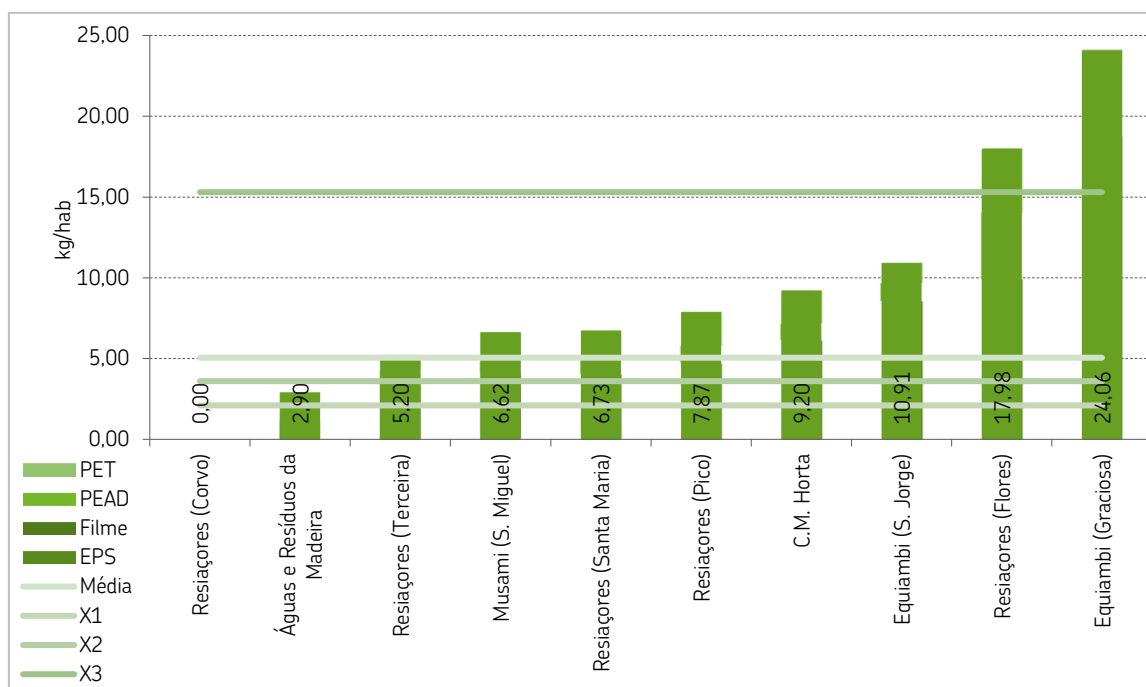


Figura 23: Retomas per capita de plástico (exceto mistos e outros plásticos) e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU das Regiões Autónomas Madeira e Açores

O potencial de embalagens colocadas no mercado é mais elevado nas ilhas, onde todos os bens transformados chegam por importação, embalados (muitas vezes com requisitos de embalagem mais exigentes devido ao transporte marítimo). Uma grande parte dos centros de processamento de resíduos da Região Autónoma dos Açores entraram em funcionamento, possibilitando um aumento das quantidades triadas e consequentemente um aumento das quantidades entregues para retoma. As quantidades entregues para retoma continham alguma mistura de material proveniente da recolha indiferenciada, o que também levou aos per capita elevados verificados e à atuação da SPV no sentido de serem corrigidos os quantitativos apresentados para retoma.

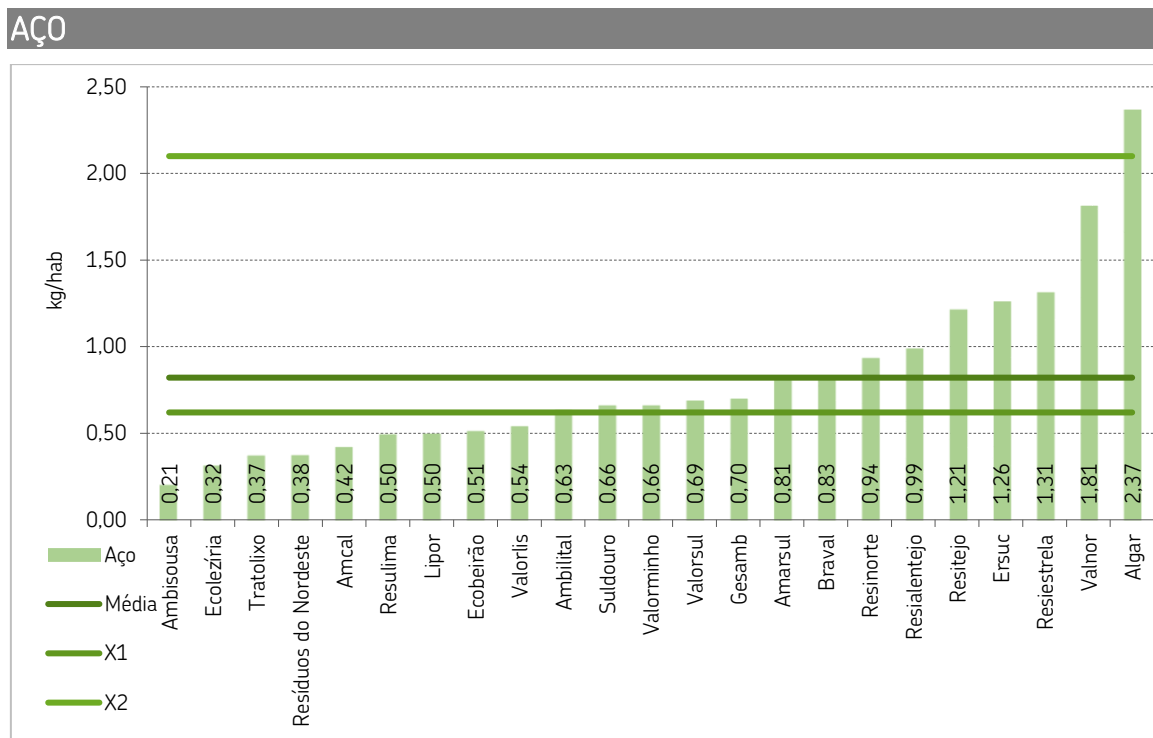


Figura 24: Retomas per capita de aço e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU do continente

No caso do aço da recolha seletiva, apenas a Algar ultrapassou o 3º patamar de remuneração do VC. Treze SGRU ultrapassaram o 2º patamar e apenas 9 mantiveram-se no 1º patamar de VC.

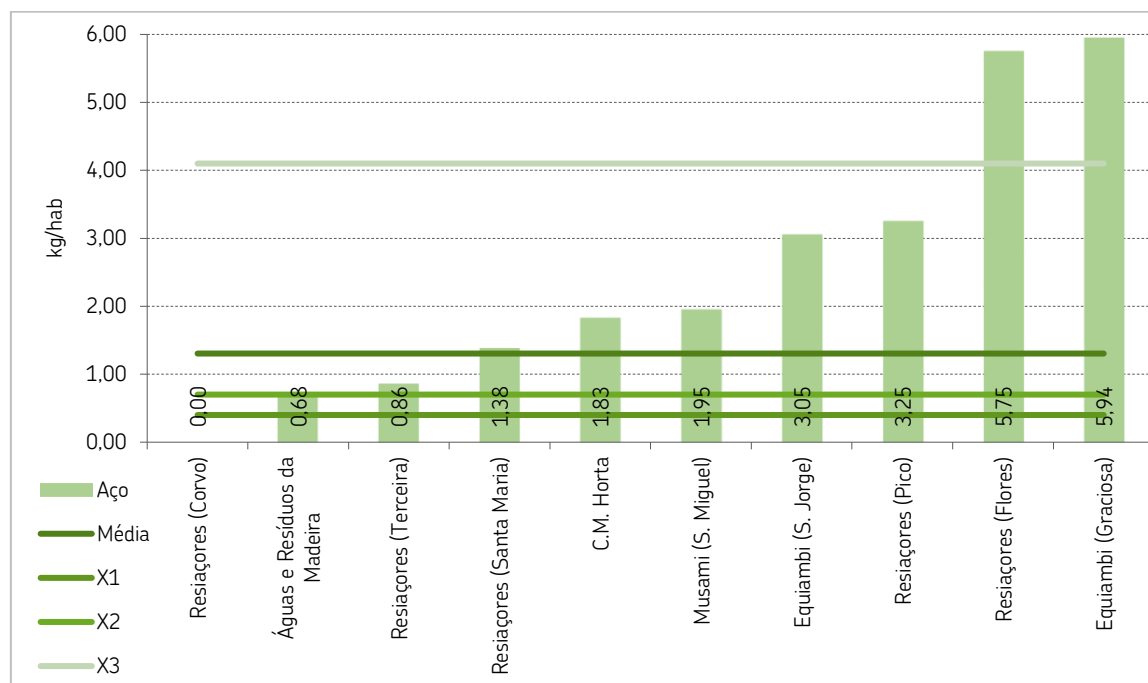


Figura 25: Retomas per capita de aço e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e Açores

Os SGRU Equiambi (Graciosa) e Resiaçores (Flores), da Região Autónoma dos Açores, ultrapassaram o X3, que representa o potencial máximo de resíduos urbanos de embalagens. Os restantes SGRU, ultrapassaram o X2.

ALUMÍNIO

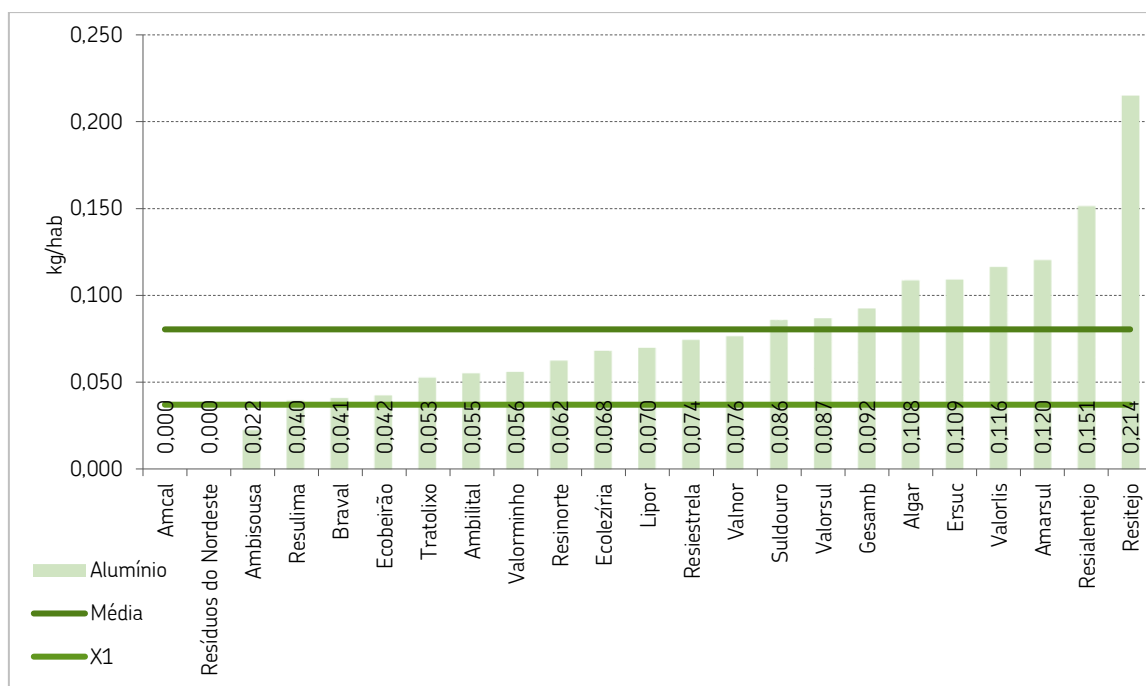


Figura 26: Retomas per capita de alumínio e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU do continente

Como se verifica pelo gráfico, todos os SGRU exceto a Ambisousa, ultrapassaram o segundo patamar de remuneração. Poderá haver alguma mistura de material proveniente da TM/TMB. Tem-se verificado que alguns embaladores têm vindo a mudar de Aço para Alumínio, o que também poderá explicar este aumento tão transversal à maioria dos SGRU.

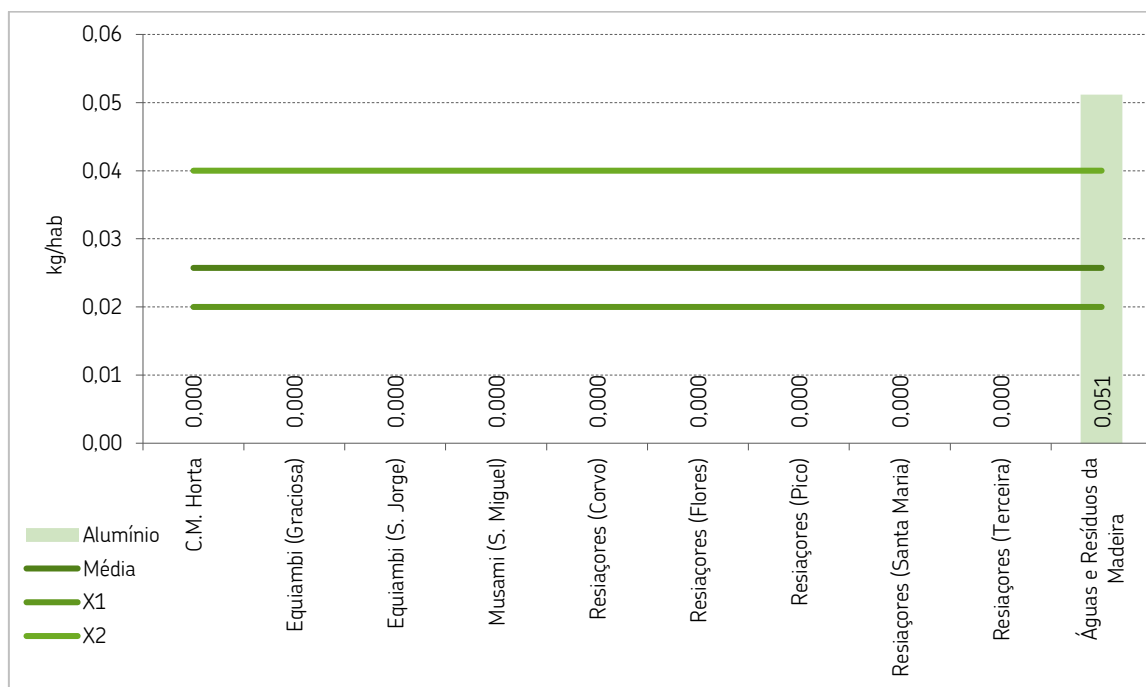


Figura 27: Retomas per capita de alumínio e respetivos valores de transição de escalão no modelo de VC, para os SGRU das Regiões Autónomas da Madeira e Açores

Das Regiões Autónomas, apenas o SGRU Águas e Resíduos da Madeira entregou alumínio.

6.3.3. Retomas por Retomador

6.3.3.1 VIDRO

Durante o ano de 2016, foram retomadas 162.922 toneladas de Vidro provenientes da recolha seletiva que, face a 2015, apresenta um crescimento de cerca de 1,3%, que corresponde a um incremento na quantidade retomada de mais 2.109t.

A empresa BA Vidro garantiu a retoma de cerca de 52% da quantidade total de vidro, correspondente a 84.050 toneladas. Relativamente ao restante material, a sua retoma ficou a cargo dos Retomadores: Santos Barosa, Verallia Portugal (cuja designação social anterior era Saint-Gobain Mondego) e Gallovidro, cuja distribuição se pode analisar na figura seguinte.

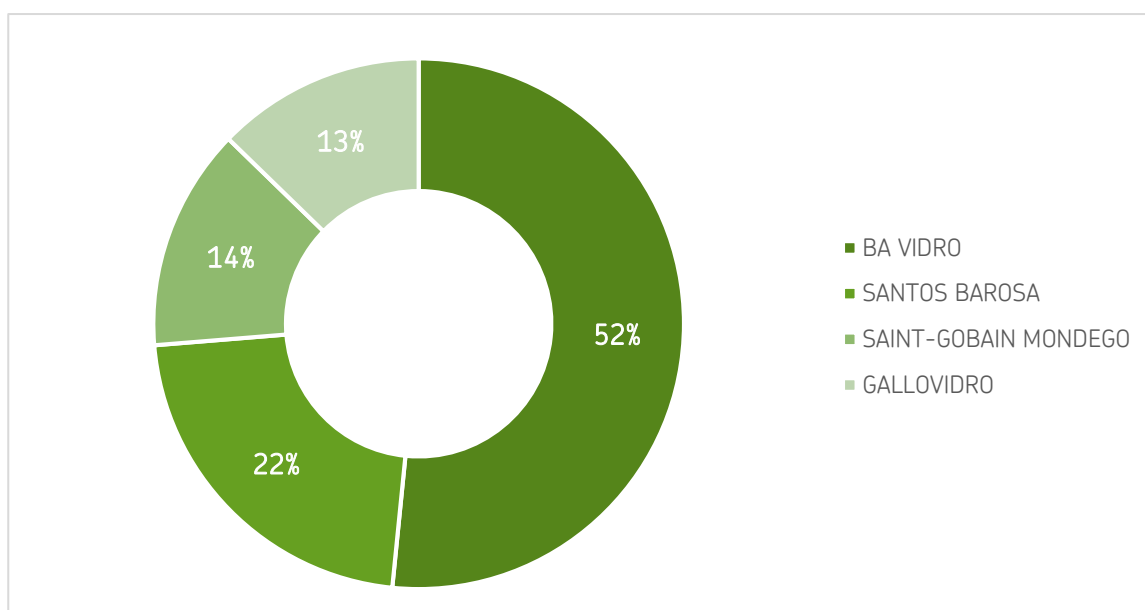


Figura 28: Retomas de Vidro, em 2016, por Retomador

6.3.3.2. PAPEL/CARTÃO

Em 2016, foram encaminhadas para retoma 90.235 toneladas de Papel/Cartão e 8.040 toneladas de ECAL, provenientes da recolha seletiva. Registou-se um crescimento de 7,8% em relação a 2015, tendo sido retomas mais 6.516 toneladas de Papel/Cartão.

A empresa Baluarte foi responsável pela retoma de 50% da quantidade total de Papel/Cartão, equivalente a 45.059 toneladas, enquanto que 19.448 toneladas, correspondentes a 22%, foram retomadas pela empresa Europa&C Recicla Portugal. A retoma dos restantes 28% do material foi assegurada pelas empresas Francisco Marques Rodrigues, Amarelisa, Greenpapers, AS Simões e J. Nunes & Filhos.

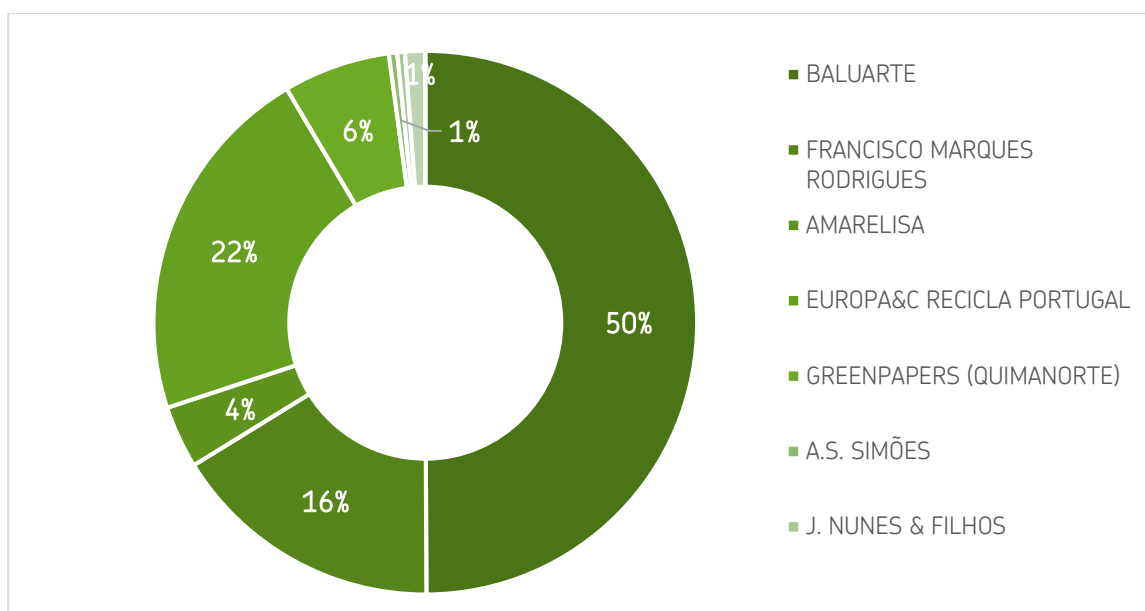


Figura 29: Retomas de Papel/Cartão, em 2016, por Retomador

Relativamente ao material ECAL, as retomas do 1º trimestre de 2016 foram garantidas pela empresa Barcelona Cartonboard, num total de 27% (correspondentes a 2.140 toneladas) sendo que no restante período do ano, o retomador Francisco Marques Rodrigues foi responsável pelo encaminhamento para retoma de 73% do material, equivalente a 5.900 toneladas.

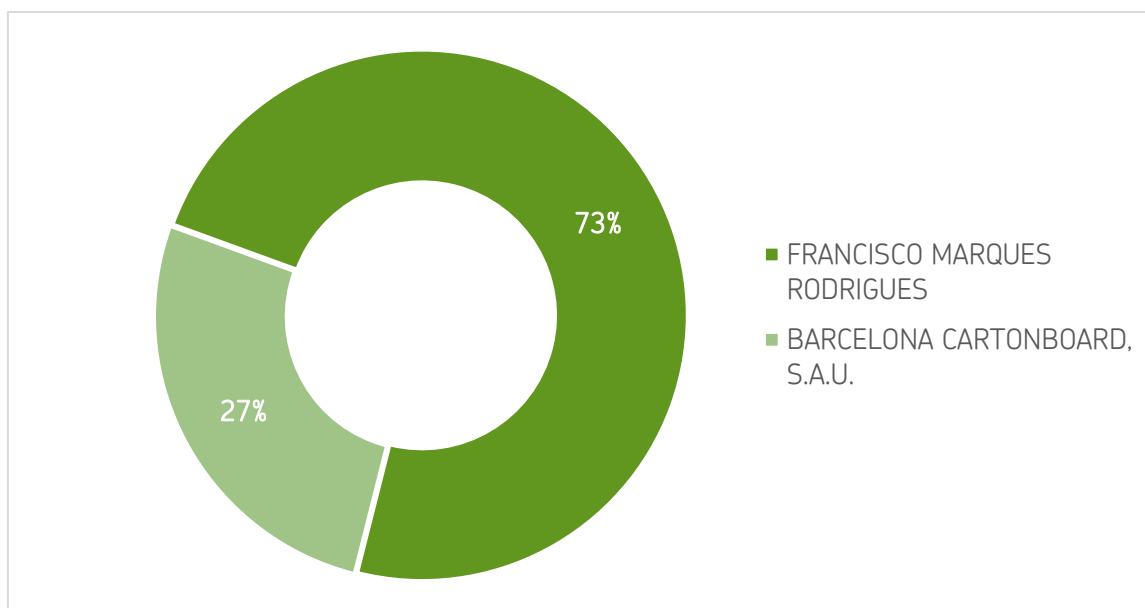


Figura 30: Retomas de Ecal, em 2016, por Retomador

6.3.3.3. PLÁSTICO

Em 2016 foram retomadas 58.440 toneladas de Plástico da recolha seletiva, sendo que 34% destas retomas são referentes aos materiais PEAD e Filme Plástico. Os Plásticos Mistos representaram cerca de 42% do total de material plástico retomado em 2016, mais 1 p.p. que em 2015, sendo uma vez mais o material plástico que mais contribuiu para o aumento das quantidades relativamente ao ano anterior. O material plástico PET representou aproximadamente 22% do total de material Plástico retomado em

2016. Outros tipos de plásticos, como o EPS (vulgo esferovite) e Outros Plásticos (Tampas) representaram 1,3% do total de retomas de Plástico.

Em termos de quantidades retomadas por retomador a Extruplás continua a ser o retomador que mais material retomou, num total de 18.590 toneladas de Plásticos Mistos, seguido pela Evertis com 7.525 toneladas de PET, da Ligeplas e Sirplaste com 6.247 e 6.008 toneladas de Plásticos Mistos e PEAD, Filme Plástico e Outros Plásticos (Tampas) respetivamente. A Sirplaste continua a ser o retomador que mais material de polietileno (PEAD + Filme Plástico) retomou, com mais de 1.000 toneladas do que o segundo maior, a Micronipol, mantendo ainda assim a tendência de distribuição verificada em 2015, sendo essa distribuição de quantidades mais evidente no material Filme Plástico, onde até à data não existiram mais empresas interessadas no material que aquelas que historicamente retomam este tipo de material plástico.

A distribuição do material plástico Polietileno (PEAD + Filme Plástico), por retomador, durante o ano 2016, encontra-se representada no gráfico seguinte.

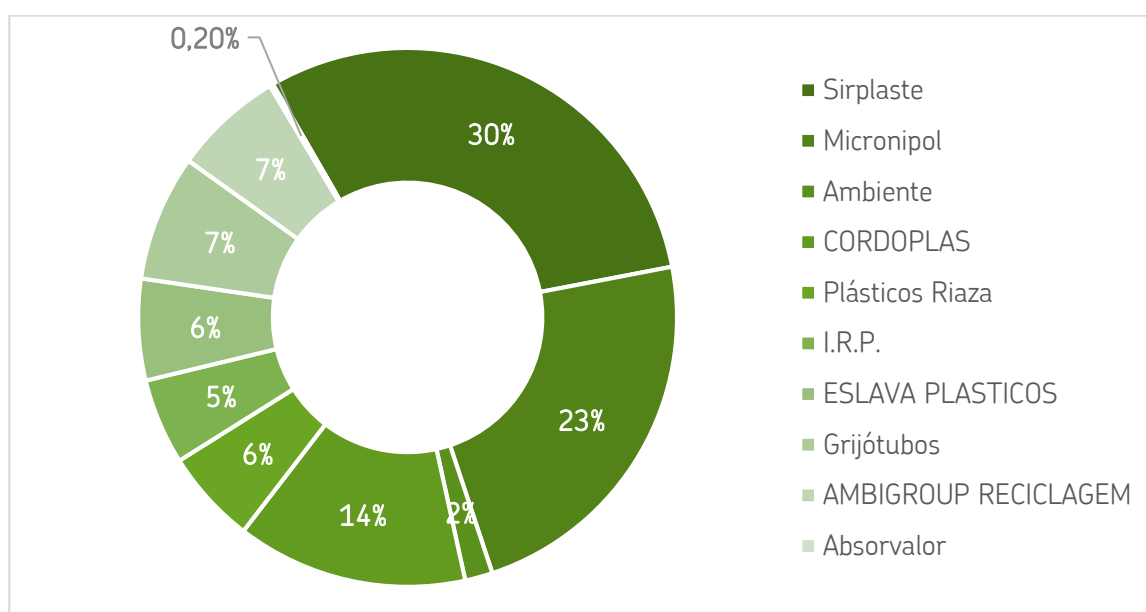


Figura 31. Retomas de Polietileno (PEAD+Filme), em 2016, por Retomador

Relativamente ao material PET representa-se na figura seguinte a distribuição por Retomador em 2016. A retoma deste material foi assegurada, em 2016, essencialmente pelas empresas Evertis e Ecoibéria (num total de 98%, menos 1% que o ano de 2015).

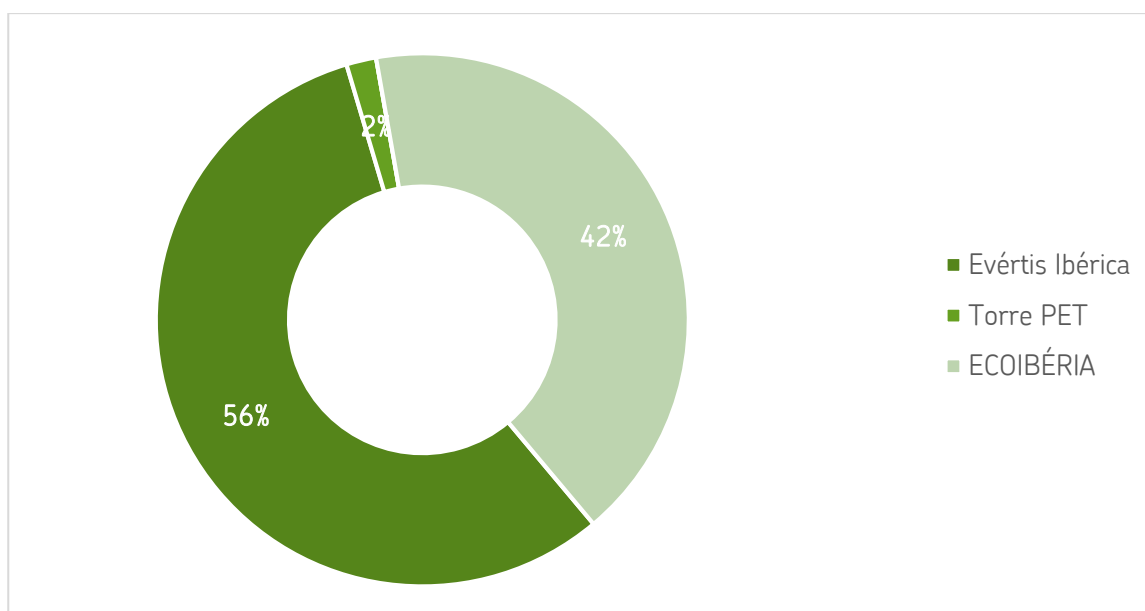


Figura 32: Retomas de PET, em 2016, por Retomador

O material “Plásticos Mistos” foi encaminhado para as empresas Extruplás (75%) e para a Ligeplás (25%), empresas que garantem a retoma deste material desde 2007. A totalidade de Plásticos Mistos retomados em 2016 foi de 24.836 toneladas.

As 260 toneladas retomadas de material EPS foram distribuídas pelos 3 retomadores, sendo que existem atualmente autorizados para este material 4 empresas. O retomador Contraven retomou a segunda maior fatia de EPS (40%), menos 11% que em 2015. 153 toneladas (59%), das 260 retomadas em 2016 ficaram com o Retomador EPS20 FISHER que em 2015, ano em que ficou autorizado para retomar este tipo de material plástico, apenas retomou 4%.

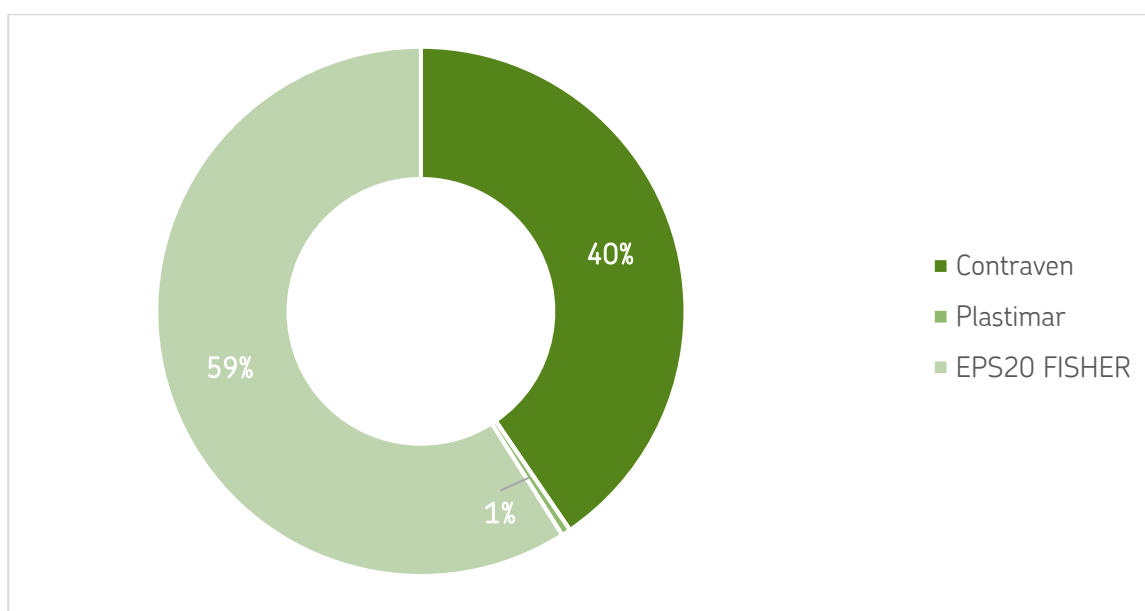


Figura 33: Retomas de EPS, em 2016, por Retomador

6.3.3.4. AÇO

Em 2016 foram retomadas 17.782 toneladas de Aço, das quais 50% são relativas a Escórias Ferrosas.

Fazendo uma análise à distribuição do material Aço por Retomador, pode verificar-se no gráfico seguinte que, entre 25% e 26% das retomas foram asseguradas praticamente em igualdade pelos Retomadores Ambigroup Reciclagem e Metais Jaime Dias, contribuindo estes para mais de 50% das retomas deste material. Seguiram-se depois o Retomador Batistas com 18% e os restantes retomadores Constantino e Ambigroup Resíduos, com um contributo entre 9% a 10%, encontrando-se os restantes 12%, distribuídos por 2 empresas equitativamente, Riometais e RSA com 6% cada uma.

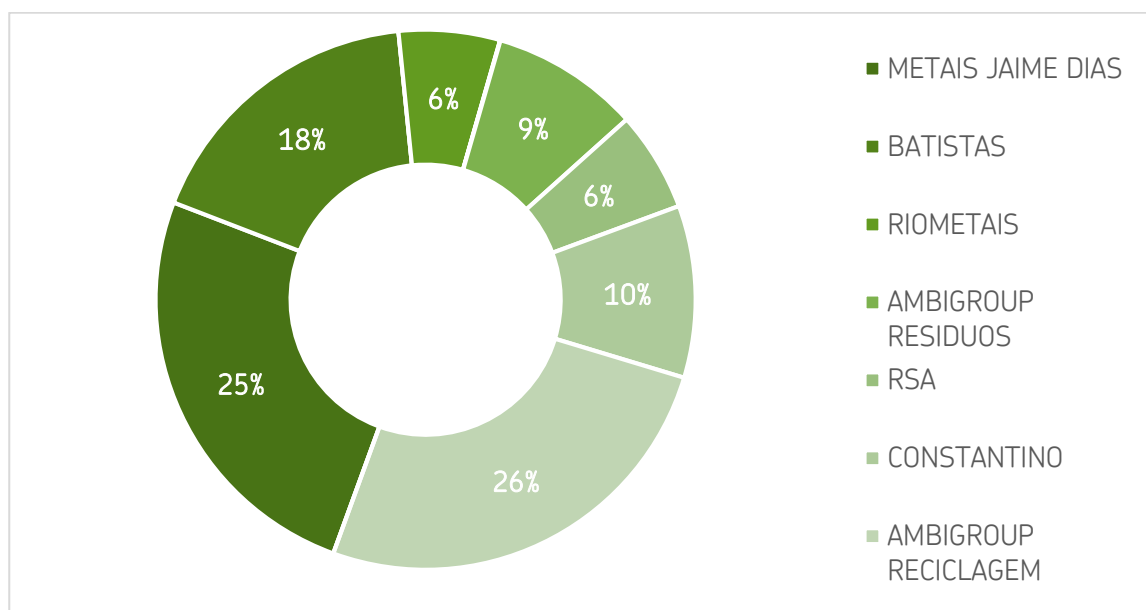


Figura 34: Retomas de Aço, em 2016, por Retomador

Em comparação com 2015 (16.466 t), em 2016 houve um acréscimo de 1.316 toneladas nas quantidades totais de aço retomado.

6.3.3.5. ALUMÍNIO

O total de retomas do material Alumínio foi de 1.242 toneladas, sendo que 35% são referentes a Escórias não Ferrosas.

A maior parte do material foi retomado por 1 única empresa (53%), pelo Retomador Ambigroup Reciclagem, seguindo-se o Retomador Recuperación y Reciclajes Román, com 25% de retomas e finalmente as empresas Riometais e RSA, com uma percentagem inferior, variando entre 10%-12%, tal como se observa no gráfico seguinte.

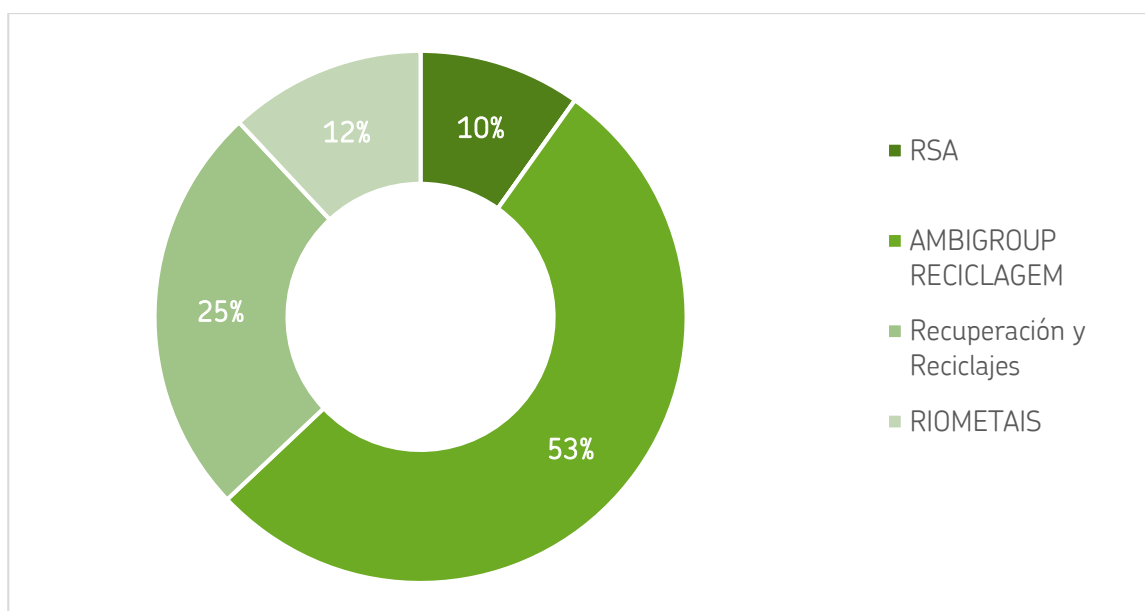


Figura 35: Retomas de Alumínio, em 2016, por Retomador

Em comparação com 2015 (974 t), em 2016 houve um acréscimo de 269 toneladas nas quantidades totais de alumínio retomado.

6.3.3.6. MADEIRA

Durante o ano de 2016, foram retomadas 6.815 toneladas de resíduos de embalagens de madeira. Verificou-se um crescimento muito significativo das quantidades retomadas face a 2016, registando-se um crescimento de 41%, correspondente a mais 1.879t.

A empresa Ecociclo assegurou a retoma de cerca de 91% da quantidade total, equivalentes a 5.815 t. O restante material foi retomado pela Ambigroup Resíduos, cerca de 5%, e pela Luso Finsa, cerca de 4%.

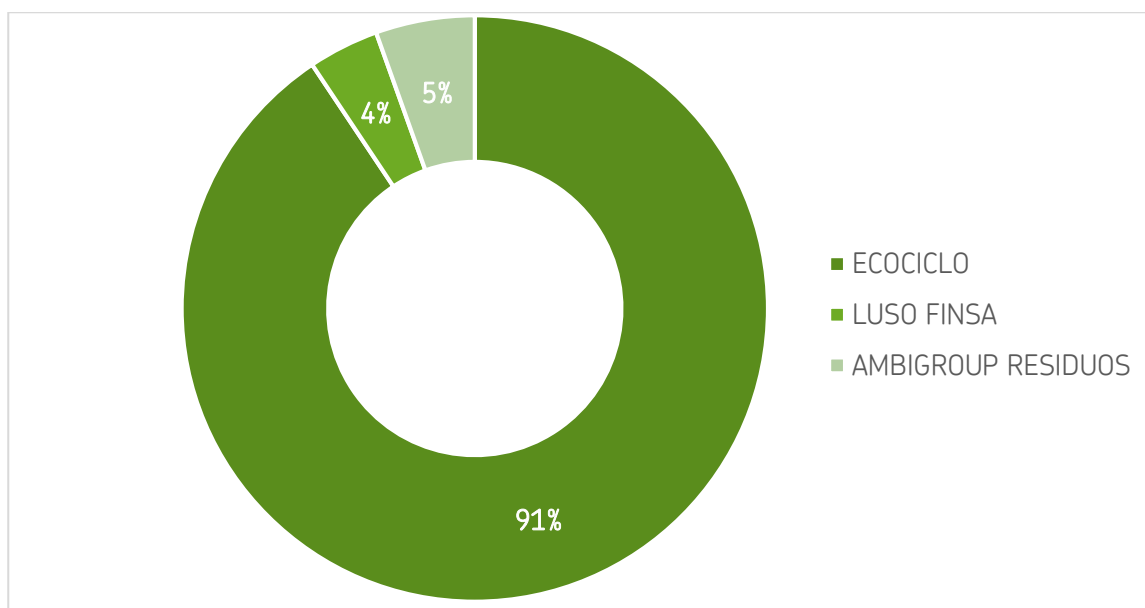


Figura 36: Retomas de madeira, em 2016, por Retomador

6.4 MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS RESÍDUOS ENTREGUES PARA RETOMA

Durante 2016 a monitorização da qualidade do material entregue para retoma à SPV foi não só realizada pelos Retomadores (no âmbito dos controlos de qualidade internos) como também pela SPV, nas instalações destas entidades.

As caracterizações realizadas pela SPV tiveram como objetivo aferir o cumprimento das Especificações Técnicas aplicáveis à categoria dos diversos materiais tais como Plásticos Mistos, Filme, PEAD, PET, Papel-cartão e ECAL.

6.4.1. Monitorização pelos parceiros (Retomadores e SGRU)

No caso das monitorizações realizadas pelos Retomadores e SGRU, a Sociedade Ponto Verde geriu entre os interessados (Retomadores e SGRU) as reclamações e oportunidades de melhoria resultantes de não conformidades do material com as especificações técnicas em vigor, para a retoma dos resíduos, bem como questões de acertos comerciais devido a diferenças de peso entre básculas e ineficiências de transporte, tendo sempre como referência as cargas mínimas consideradas para cada material.

As não conformidades dos diferentes materiais em 2016 em termos de quantidades representaram 4,9% em relação ao total entregue para retoma através de Pedidos de Retoma (inclui-se aqui a quantidade de Não Embalagem de Papel/Cartão que fez parte dos lotes reclamados). Comparativamente a 2015, houve um crescimento das quantidades reclamadas face às retomadas, principalmente devido ao número de Reclamações por excesso de Humidade nos lotes de Papel/Cartão e à presença de Resíduos Orgânicos e outros Materiais, nos lotes de Vidro, Filme Plástico e Plásticos Mistos.

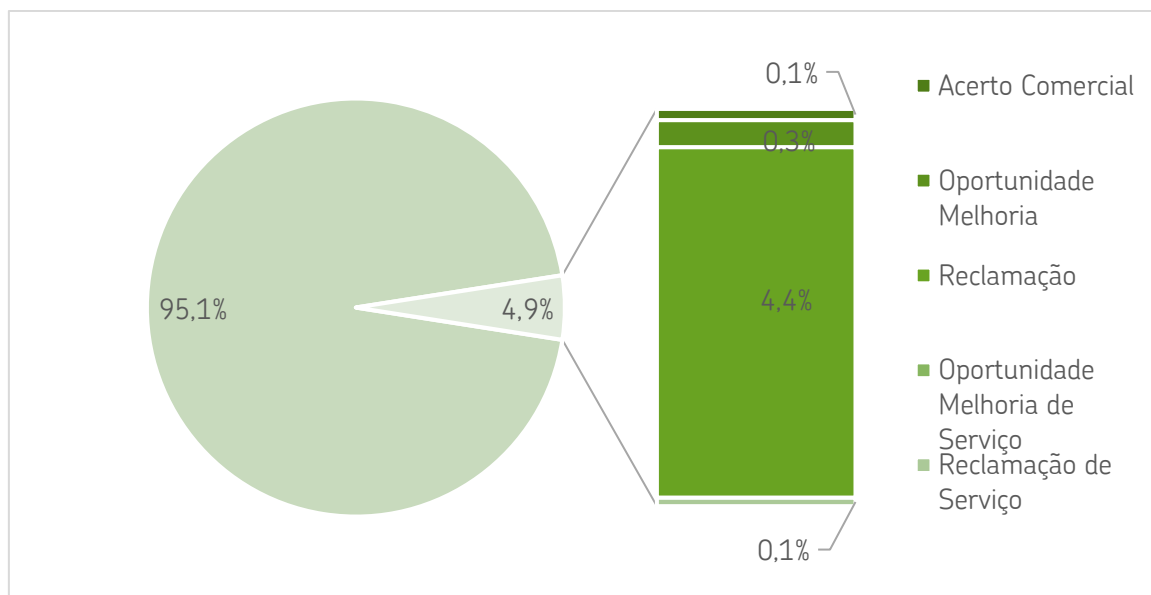


Figura 37: Proporção das quantidades retomadas face às quantidades alvo de Ocorrências

Em 2016 foram levantadas pelos Retomadores 635 Reclamações Técnicas, 35 Acertos Comerciais e 46 Oportunidades de Melhoria aos Pedidos de Retoma provenientes dos SGRU, que correspondeu a um total de 716 cargas alvo de ocorrência.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a análise dos tipos de Reclamações e Oportunidades de Melhoria tendo por base as quantidades reclamadas.

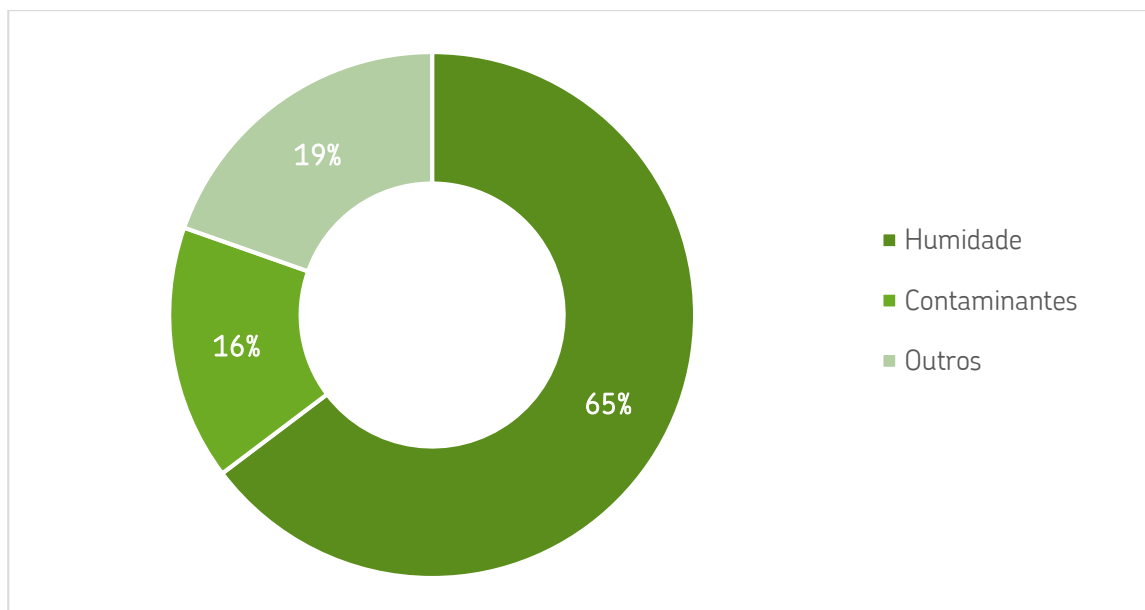


Figura 38: Reclamações de 2016

Como se pode verificar pelo gráfico anterior, a grande maioria das Reclamações apresentadas pelos Retomadores, deveu-se à presença de Humidade nos lotes de Papel/Cartão. Quanto às reclamações pela presença de contaminantes nos lotes entregues para retoma, estas ocorreram para todos os materiais.

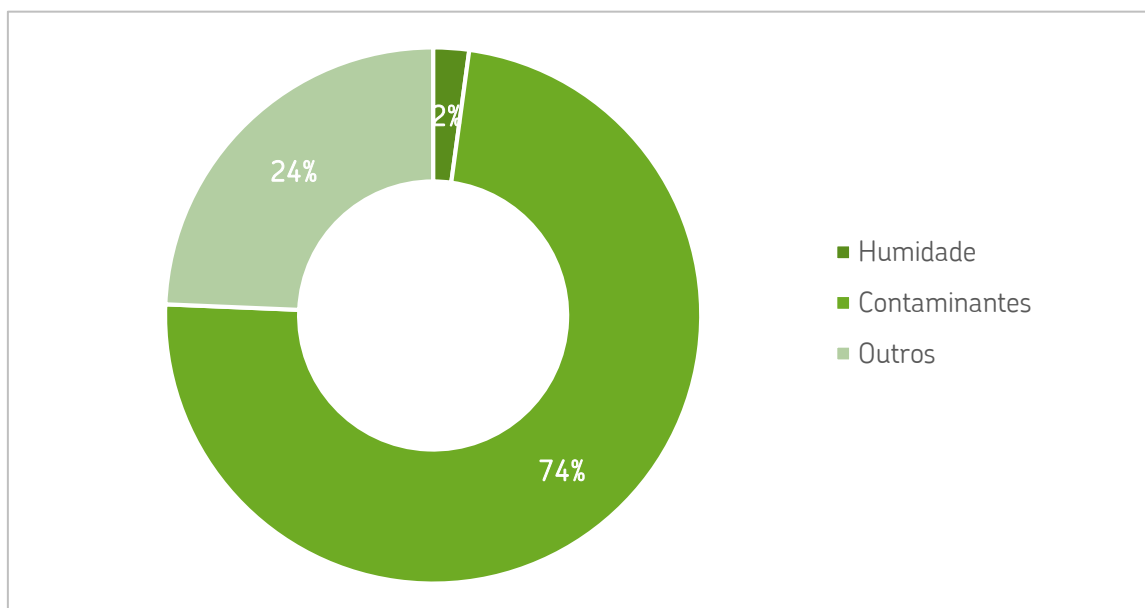


Figura 39: Oportunidades de Melhoria de 2016

No caso das Oportunidades de Melhoria constatou-se que em 2016 estas ocorreram principalmente nos materiais Papel/Cartão, Plásticos Mistos e PET. No material Papel/Cartão, as oportunidades de melhoria apresentadas foram maioritariamente por excesso de humidade, enquanto, que nos materiais Plásticos Mistos e PET deveram-se maioritariamente à presença de contaminantes.

Relativamente a acertos comerciais, onde se inclui a diferença de pesos entre básculas e não otimização de cargas verificou-se que o material Papel/Cartão foi aquele em que existiram mais, seguido dos

materiais PET, Filme Plástico, Vidro e PEAD, respetivamente, uma vez que os Retomadores destes materiais denotam um grau de cumprimento dos procedimentos de retoma superior aos demais.

Tal como em 2015, em 2016 também existiram Reclamações de Serviço apresentadas por vários SGRU aos Retomadores dos vários materiais. Estas deveram-se a atrasos e não levantamento das cargas por parte dos mesmos. Relativamente a 2016 este tipo de reclamação representou 0,10% das quantidades retomadas, enquanto que em 2015 representou 0,19% das mesmas.

6.4.2. Monitorização pela SPV

A Sociedade Ponto Verde deu continuidade, em 2016, à monitorização da qualidade dos materiais que são entregues para retoma pelos SGRU dos lotes encaminhados para retoma por estas entidades. Assim, foram efetuadas 150 caracterizações ao material Plástico (PET, PEAD, Filme Plástico e Plásticos Mistos), 3 ao Metal (Aço), 4 ao Papel/Cartão, 13 ao material ECAL e 342 ao Vidro.

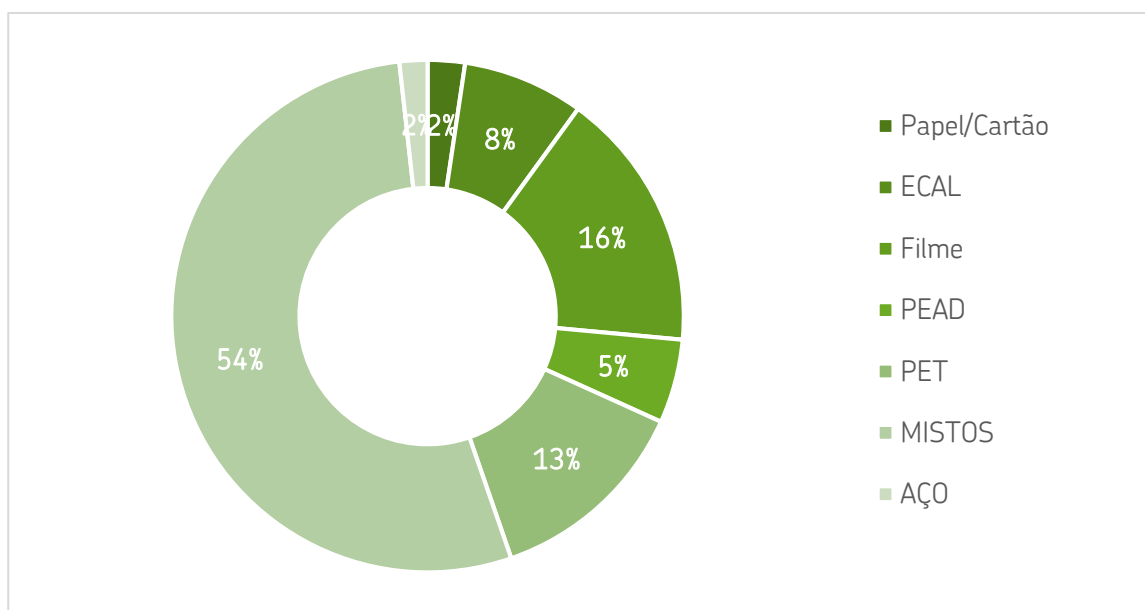


Figura 40: Caracterizações realizadas em 2016, por material, exceto Vidro

Das caracterizações anteriormente referidas resultaram as seguintes conclusões em termos de análise de conformidade:

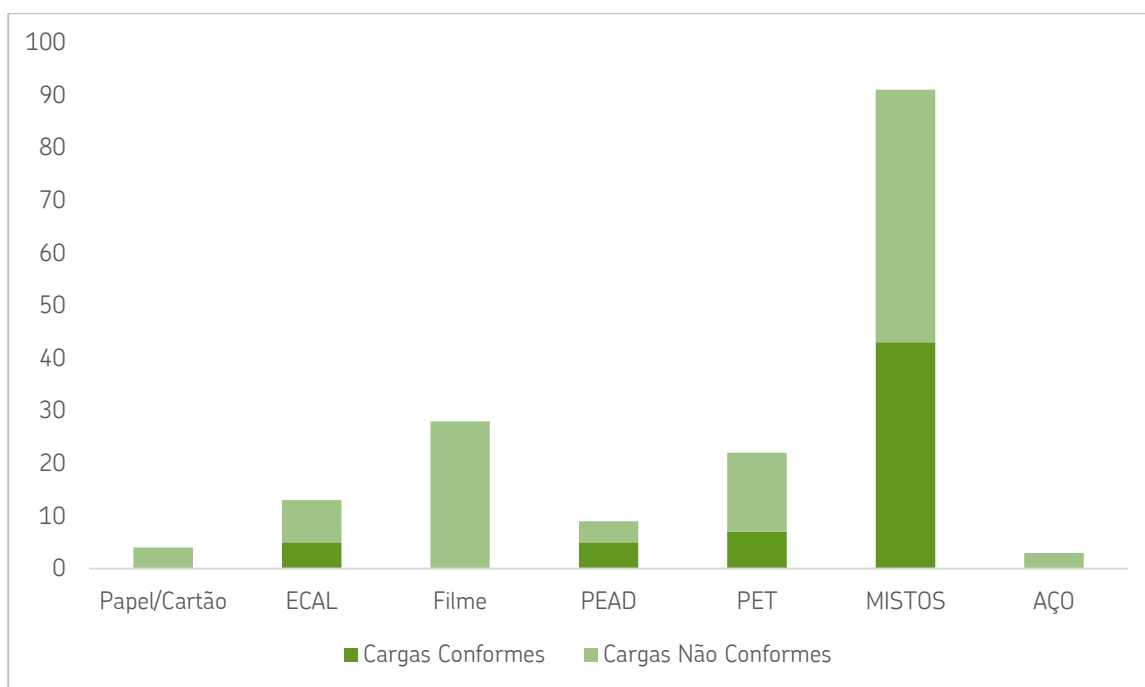


Figura 41: Análise de conformidade das caracterizações realizadas

Foram também realizadas, durante 3 meses, 342 caracterizações ao material Vidro proveniente de 19 SGRU, tendo sido obtidos os seguintes resultados em termos de análise de conformidade:

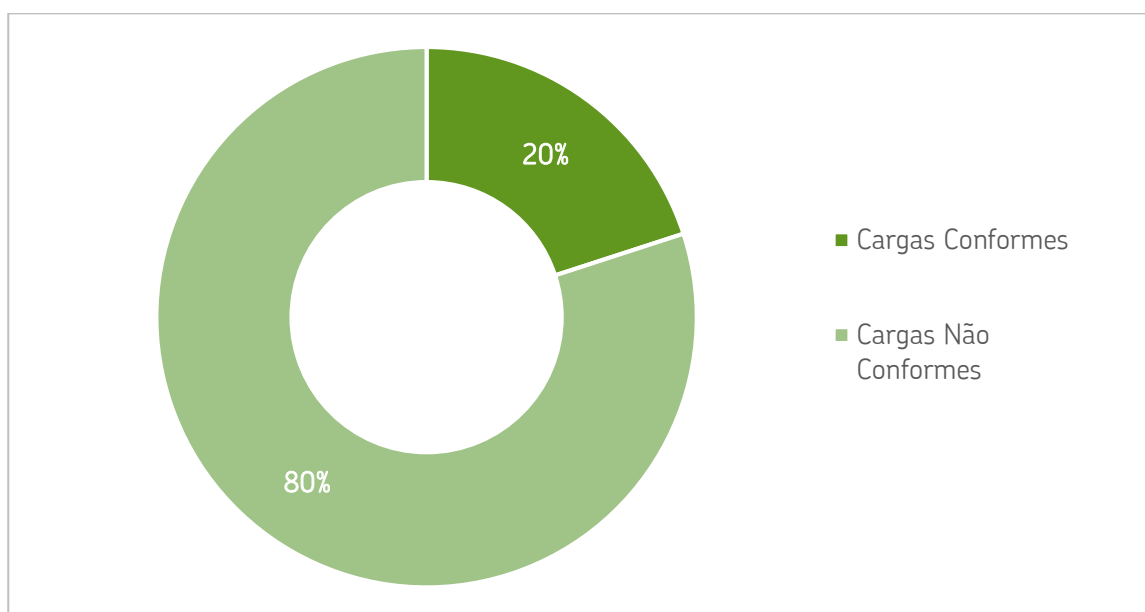


Figura 42: Caracterizações de vidro em 2016

Foram realizadas 91 caracterizações a lotes do material Plásticos Mistos, das quais 82% se apresentava não conforme, de acordo com as Especificações Técnicas em vigor. Face a 2015, verificou-se uma descida acentuada da qualidade deste material.

No gráfico seguinte, apresenta-se a média de “Teor de Produto” (proporção de plásticos mistos existentes no lote) de todos os lotes caracterizados, por SMAUT. Da análise do mesmo, verifica-se que,

globalmente, os lotes entregues estão abaixo do teor mínimo exigido pelas Especificações Técnicas (90%), na ordem dos 89,5% (estando a média perto do valor mínimo exigido).

Comparando com 2015, em que a média da entrega destes lotes apresenta um teor de produto de 94%, constata-se que se registou uma diminuição relativamente ao teor de produto dos respetivos lotes de um ano para o outro (4,5 p.p. abaixo).

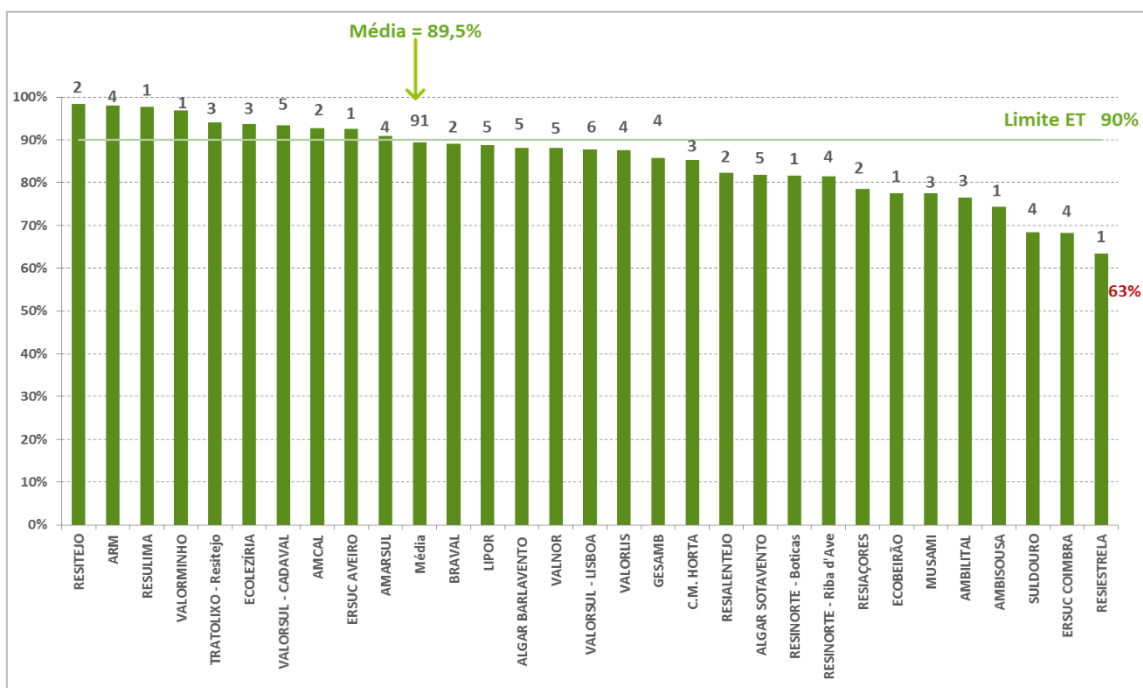


Figura 43: Média de "Teor de Produto", dos lotes de plásticos mistos, por SMAUT

Das caracterizações realizadas, a média resultante identifica vinte SMAUT que apresentaram globalmente valores abaixo do limite das Especificações Técnicas, sendo o valor mais baixo atingido de 63%, menos 23 p.p. que em 2015.

Relativamente à constituição física da fração de contaminantes, o gráfico abaixo apresenta as principais categorias de contaminantes representativas desta fração. Da análise efetuada, conclui-se que a maior percentagem presente se deve à categoria não embalagem, contribuindo com 13% do total de contaminantes (25,9%).

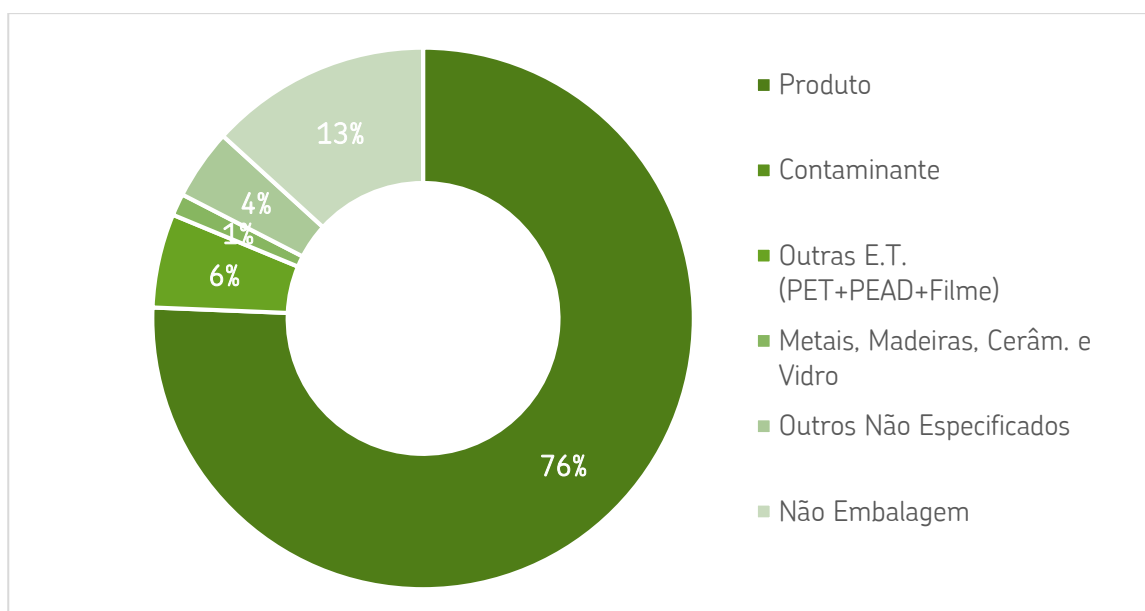


Figura 44: Constituição Média das Não Conformidades de plásticos mistos em 2016

GESTÃO DO FLUXO NÃO URBANO

7. GESTÃO FLUXO NÃO URBANO

7.1 OPERADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

A partir do ano 2000, a SPV passou a gerir o fluxo não urbano de embalagens, de modo semelhante ao fluxo urbano, ou seja, através do encaminhamento para os seus Retomadores, dos resíduos de embalagens provenientes de operadores privados do fluxo não urbano.

A partir do final de 2005 e de acordo com a 2ª Licença, foi implementado um novo modelo de gestão de resíduos não urbanos de embalagens que teve como princípio base o funcionamento do mercado livre, ou seja, assentou nas regras de mercado e de livre concorrência, não interferindo, a SPV, no circuito físico de gestão dos referidos resíduos, recolhendo apenas a Informação do operador de gestão de resíduos relativa ao encaminhamento para reciclagem dos resíduos não urbanos de embalagem, donde resultou o pagamento de um valor de informação e motivação por tonelada de material devidamente reportado. Este foi o modelo de gestão do fluxo não urbano em 2016.

No início da implementação deste modelo a SPV teve um papel formador de extrema importância, que permitiu clarificar as obrigações legais das empresas no que concerne aos resíduos. Nesta implementação deparamo-nos com falta de documentação sobre a venda e encaminhamento dos resíduos (desde Licenciamentos a Guia de Transporte Internacional de Resíduos), diferentes interpretações por parte das entidades oficiais e dos OGR, sobre o que eram empresas devidamente licenciadas, o que era considerado como destino final (se é um operador de recolha ou um reciclador), o preenchimento de Guias de Acompanhamento de Resíduos, os Códigos LER (Lista Europeia de Resíduos) a aplicar nas diferentes empresas, entre outros.

Apesar de termos sido confrontados com estas e outras dificuldades, conseguimos implementar este modelo de gestão, tendo iniciado com 31 Operadores de Gestão de Resíduos (OGR) devidamente licenciados para o tratamento dos diferentes materiais de resíduos de embalagens e em 2016 contávamos com a parceria de 92 OGR, com 100 locais de carga licenciados para a gestão de resíduos de embalagens.

No início de março 2016, já perspetivando a emissão da 3ª Licença e que esta iria excluir o fluxo não urbano, foi comunicado a todos os Operadores de Gestão de Resíduos com contrato com a SPV, que o valor de informação e motivação (VIM) relativo ao reporte de informação do fluxo não urbano de resíduos de embalagens, ocorrido após 1 de janeiro de 2016 (inclusive), passaria a zero euros por tonelada, por aprovação da APA. A partir desta data deixou de haver reporte de informação face ao valor nulo da remuneração.

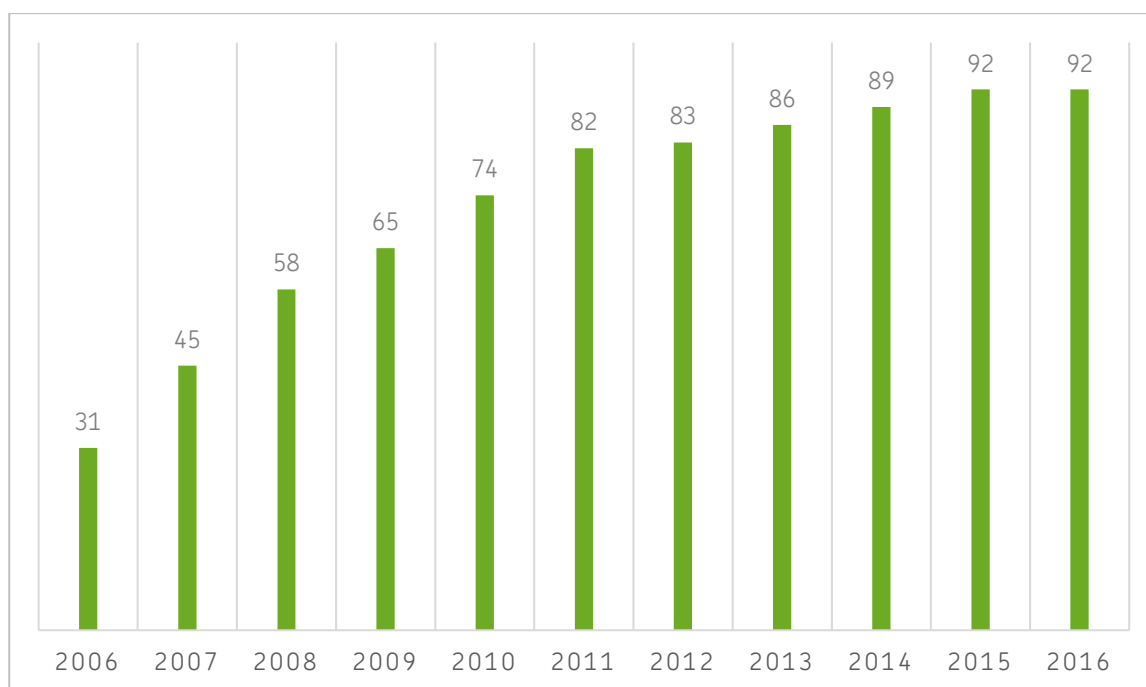


Figura 45: Evolução do n.º de OGR no fluxo Não Urbano

Estas empresas situam-se essencialmente no Litoral Centro e Norte, próximo dos produtores de resíduos não urbanos, como se pode ver no mapa seguinte que representa a distribuição de locais de carga dos OGR a operar no fluxo não urbano, por distrito.

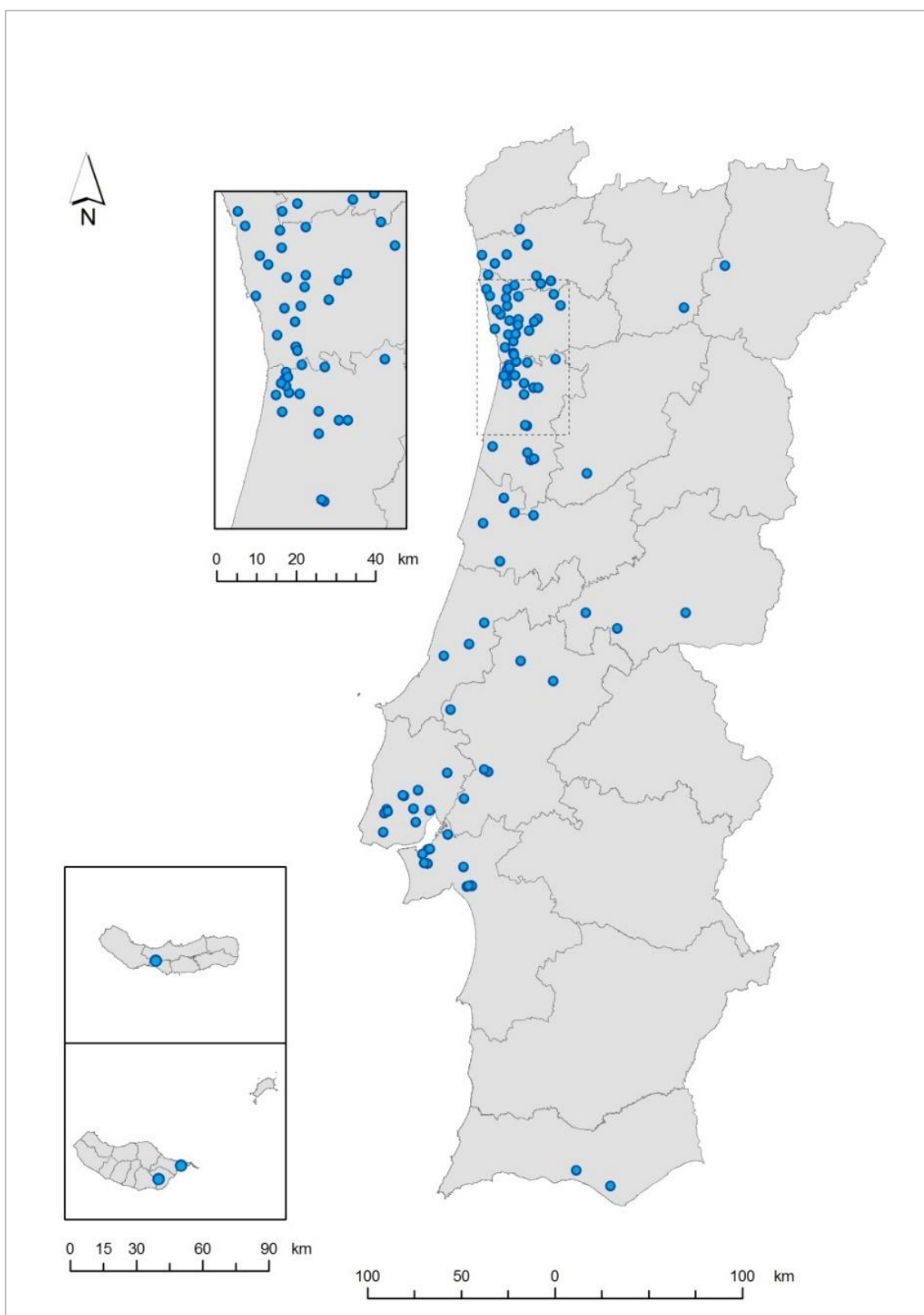


Figura 46: Distribuição dos locais de carga dos OGR no fluxo não urbano, por distrito

Desde 2010 que a SPV passou também a gerir os Resíduos Não Urbanos Perigosos de Embalagens, contando em 2016 com a parceria de 2 OGR no reporte do encaminhamento para reciclagem destes resíduos. Foram eles:

- Eco-Partner;
- Euro-Separadora;

A SPV através do seu site (www.spvnet.net) divulga a lista dos OGR aderentes ao Sistema Ponto Verde, através do documento Rede eXtra Urbano (anexo IV). Este documento contém informação sobre cada OGR, tal como as várias moradas das instalações e os materiais de resíduos de embalagens devidamente licenciados, as pessoas de contacto e os contactos telefónicos e de correio eletrónico. Desta forma, qualquer produtor de resíduos pode de uma forma rápida e expedita, encontrar o Operador de Gestão de Resíduos adequado ao tratamento dos seus resíduos.

7.2 REPORTE DE INFORMAÇÃO

7.2.1. Comparação Anual por Material

No final de 2016, a SPV contou com 8.690 toneladas de resíduos de embalagens reportados no fluxo não urbano. Estes dados incluem as quantidades de resíduos perigosos de embalagem.

Comparativamente com o ano de 2015, o fluxo não urbano em 2016 decresceu 97%. Este decréscimo, deveu-se ao facto do VIM ter passado para o valor de 0 €/t (retroativamente a 1 janeiro de 2016) deixando de haver reporte desde a data da comunicação dos novos valores VIM (em março de 2016).

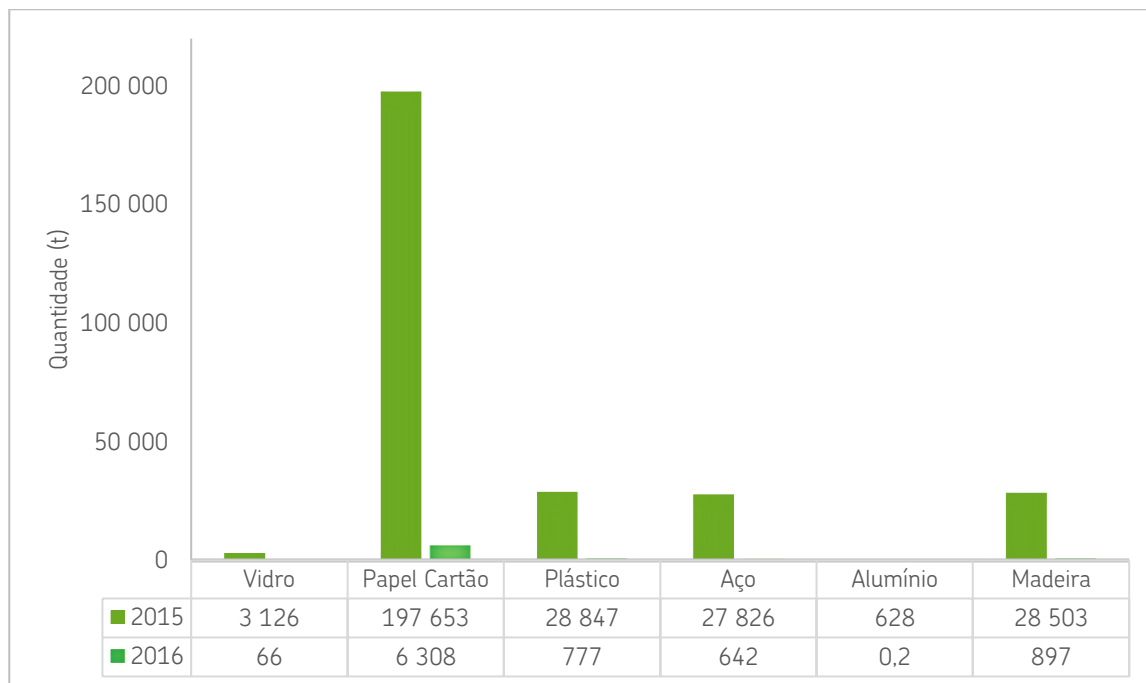


Figura 47: Evolução das quantidades reportadas no fluxo não urbano entre 2015 e 2016, por material

Relativamente aos resíduos perigosos de embalagem em 2016 foram contabilizadas 16 toneladas (decrécimo de 96% em relação a 2015), distribuídas pelos materiais plástico e metal de acordo com o gráfico seguinte.

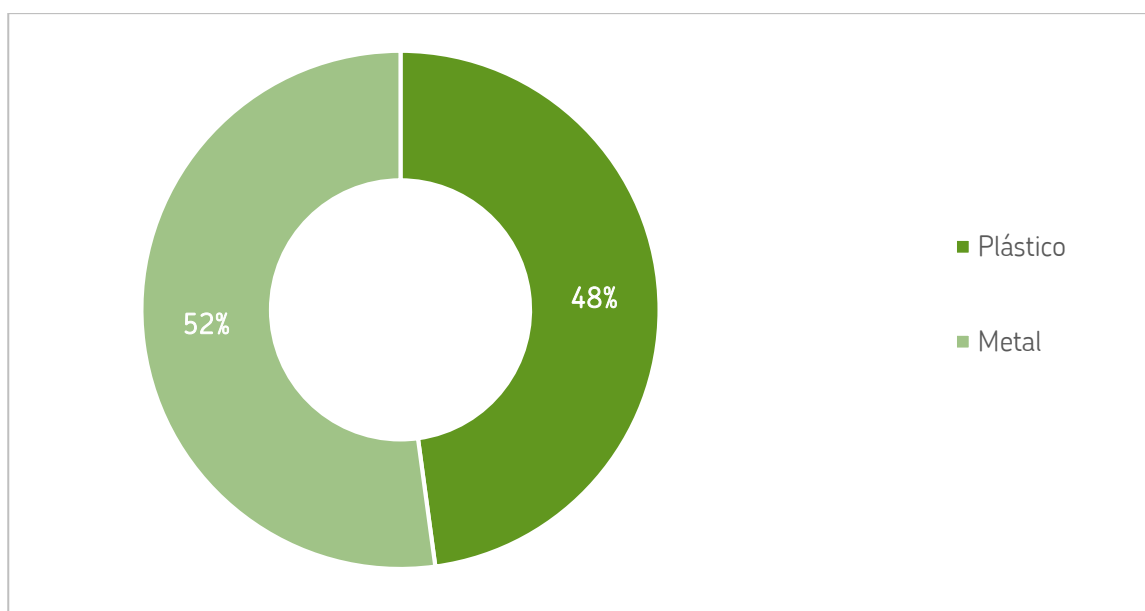


Figura 48: Proporção entre materiais dos resíduos perigosos de embalagem

7.2.2. Reporte de OGR por Material em 2016

7.2.2.1. VIDRO

Foi reportado o encaminhamento de 66 toneladas de vidro no fluxo não urbano, provenientes essencialmente de estabelecimentos HORECA de grandes produtores.

Do universo dos 92 OGR, apenas 3 contribuíram com o reporte de informação deste material.

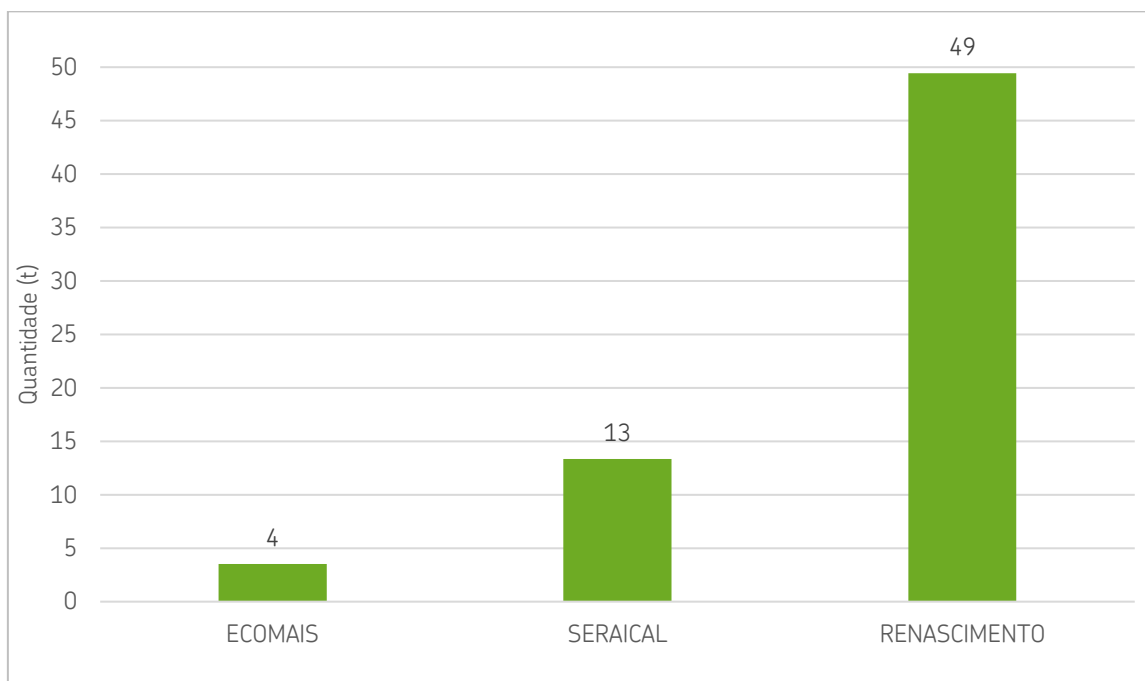


Figura 49: Vidro reportado em 2016 por OGR

7.2.2.2. PAPEL/CARTÃO

O material papel/cartão continua a ser o maior contribuinte em termos de quantidades no fluxo não urbano, tendo, em 2016, representado cerca de 73% (6.308 toneladas) das quantidades reportadas deste fluxo. Relativamente a 2015, registou-se um decréscimo de 97%, o que se traduz numa diminuição de cerca de 191 mil toneladas.

Em 2016, os OGR Ecociclo, ARM, Seraical, Benta & Benta, Valnor, representaram 75% do total reportado relativamente a este material, conforme gráfico seguinte.

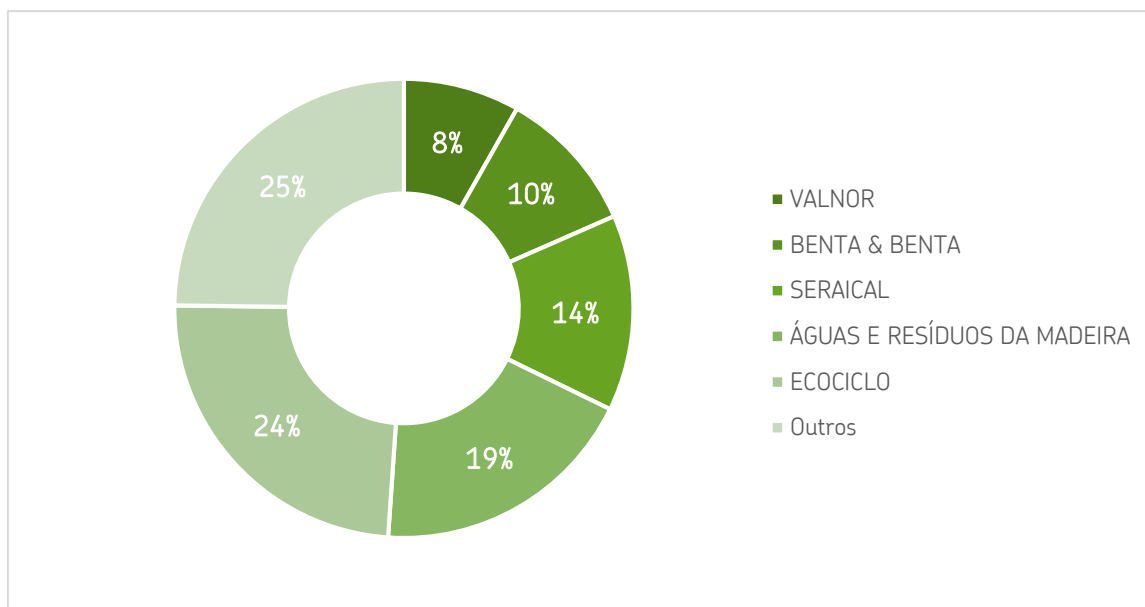


Figura 50: Os 5 maiores OGR em termos de reporte de papel/cartão em 2016

Dos 92 OGR existentes, apenas 20 reportaram papel/cartão, conforme gráfico seguinte:

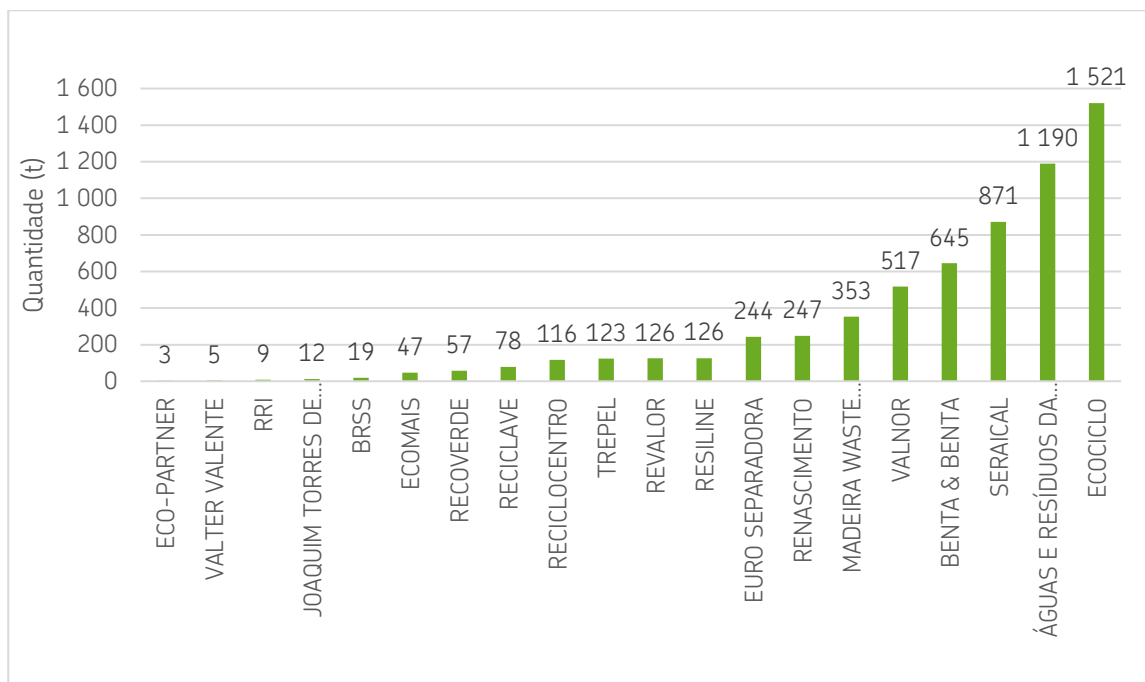


Figura 51: Papel/Cartão reportado em 2016 por OGR

7.2.2.3. PLÁSTICO

O material Plástico contribuiu com cerca de 777 toneladas para o reporte no fluxo não urbano, tendo-se registado um decréscimo de 97% relativamente a 2015, o que se traduziu numa redução de cerca 28 mil toneladas.

Em 2016, os OGR Amarelisa, ARM, Benta & Benta, Joaquim Torres de Brito e Euroseparadora representaram cerca de 65% do total de reporte de informação deste material, conforme gráfico em baixo.

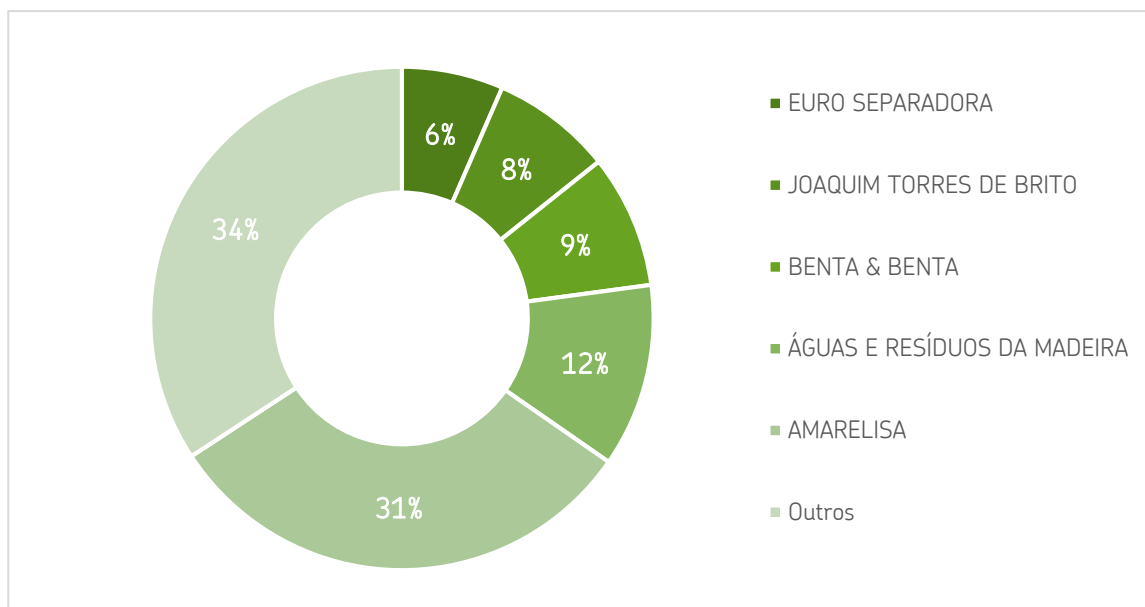


Figura 52: Os 5 maiores OGR em termos de reporte de plástico em 2016

Dos 92 OGR existentes, apenas 21 reportaram plástico, conforme gráfico seguinte:

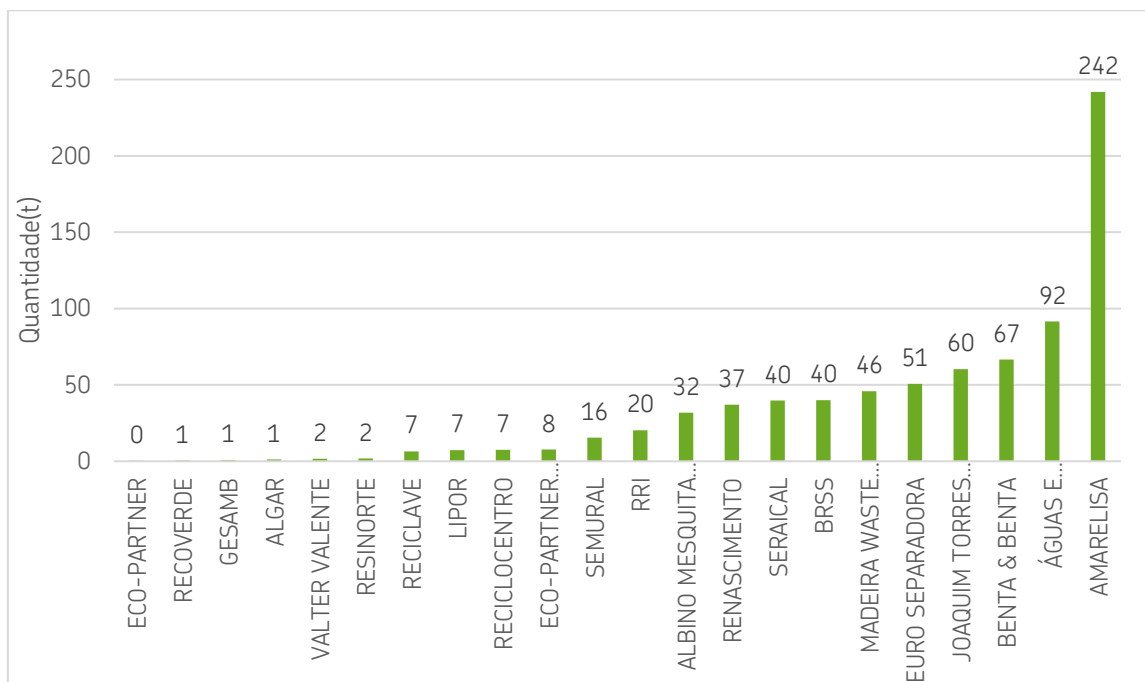


Figura 53: Plástico reportado em 2016 por OGR

7.2.2.4. METAL

As quantidades reportadas de metal em 2016 representaram cerca de 7% do total reportado no fluxo não urbano, o que se traduziu no reporte de 642 toneladas de aço e 0,2 toneladas de alumínio. Comparativamente a 2015, houve um decréscimo de 98% (quase 28 mil toneladas) no reporte de resíduos de embalagens de metal.

Os 5 principais OGR para o metal, em 2016, em termos de quantidades reportadas, encontram-se representados no próximo gráfico. De salientar que apenas 5 empresas representaram 95% do total reportado de metal.

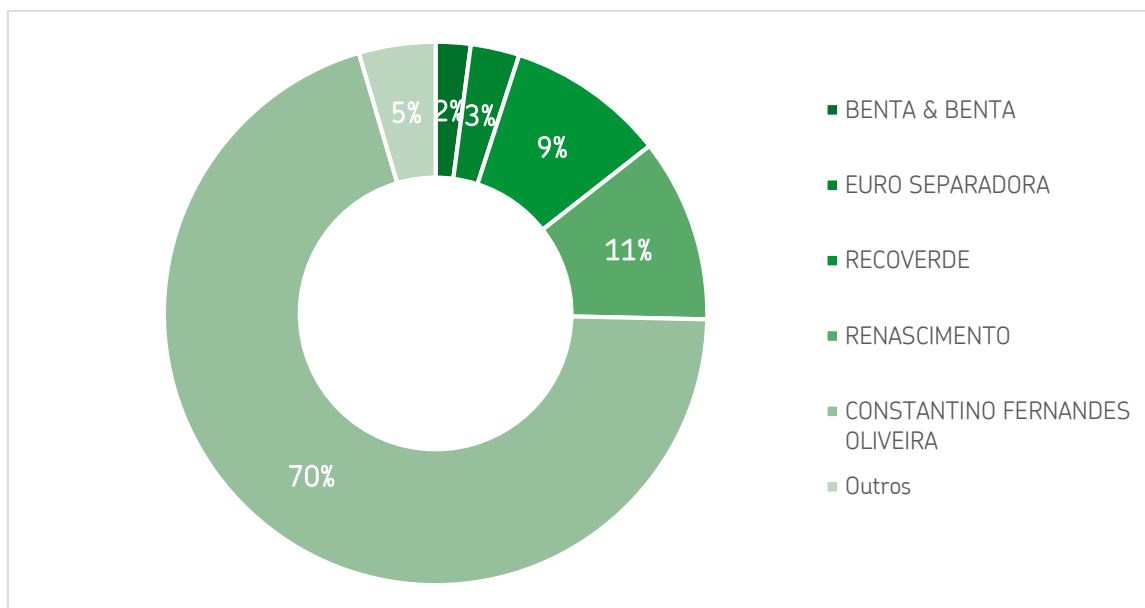


Figura 54: Os 5 maiores OGR em termos de reporte de metal em 2016

Dos 92 OGR existentes, apenas 11 reportaram metal sendo que apenas 1 OGR reportou alumínio, num total de 0,2 toneladas.

O gráfico seguinte apresenta a quantidade de metal reportado no fluxo não urbano, por OGR.

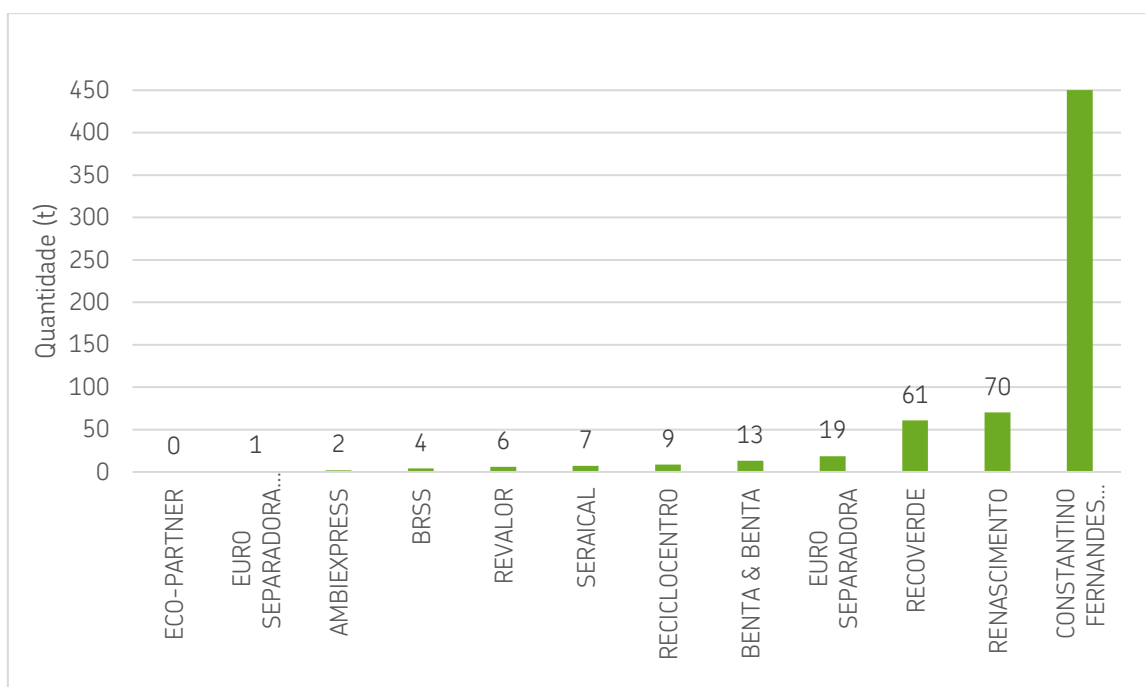


Figura 55: Metal reportado em 2016 por OGR

7.2.2.5. MADEIRA

As quantidades reportadas de madeira em 2016 representaram cerca de 10% do total reportado no fluxo não urbano, o que se traduziu no reporte de cerca 897 toneladas. Relativamente a 2015, registou-se um decréscimo de 97% deste material, o que corresponde a uma diminuição de 27.606 toneladas.

Os 5 principais OGR para a madeira em 2016, em termos de quantidades reportadas, encontram-se representados no próximo gráfico. De salientar que apenas 5 empresas representaram 88% do total reportado de madeira

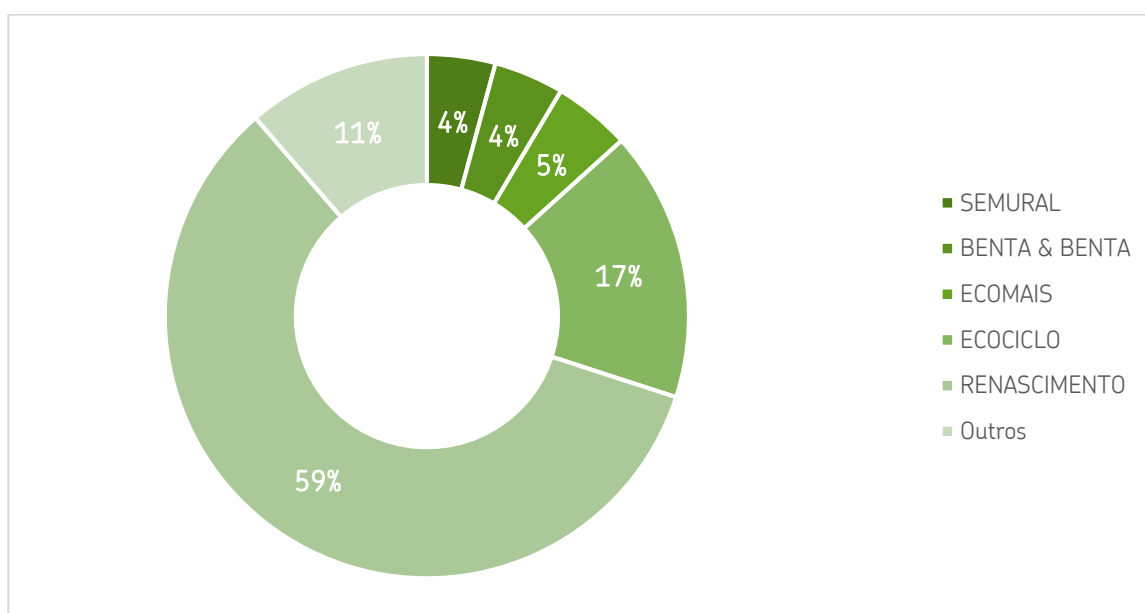


Figura 56: Os 5 maiores OGR em termos de reporte de madeira em 2016

Dos 92 OGR existentes, 11 reportaram madeira, conforme gráfico seguinte.

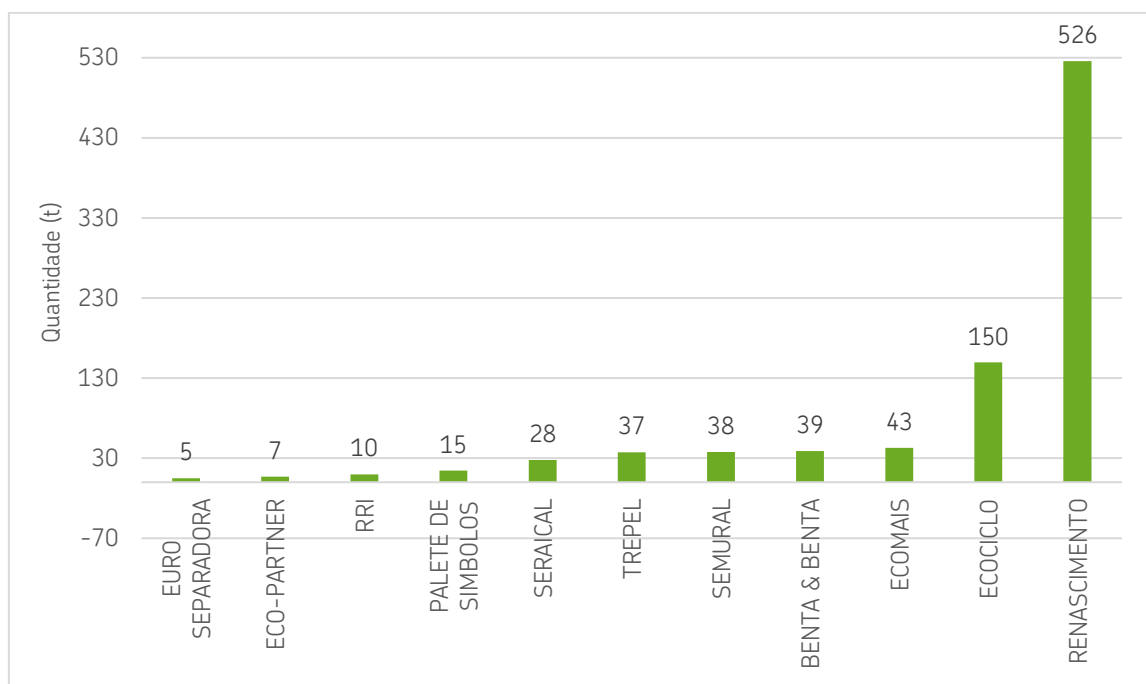


Figura 57: Madeira reportada em 2016 por OGR

VERDORECA

8. VERDORECA

A atividade do subsistema VERDORECA em 2016 seguiu a estratégia utilizada em 2014 e 2015. De janeiro a agosto esteve no terreno a Missão Reciclar HORECA, dando continuidade ao trabalho de sensibilização dos estabelecimentos, no sentido de aumentar as quantidades, e a qualidade, das embalagens usadas reencaminhadas para reciclagem por parte deste setor.

8.1 ADESÕES

Atingida a meta de adesão, em 2016 foi mantida a decisão de não apostar em equipas de angariação no terreno. Ainda assim, o número de estabelecimentos VERDORECA cresceu face a 2015, por iniciativa própria de HORECA que solicitaram a adesão ao VERDORECA.

Alguns novos clientes também resultam da Missão Reciclar HORECA, uma vez que aqueles que ainda não estavam certificados são alertados para esta necessidade legal.

ANO	ADESÕES	RESCISÕES	TX RESCISÃO
2004	4.899	28	1%
2005	6.549	158	2%
2006	15.422	822	5%
2007	8.697	2.174	25%
2008	9.769	2.410	25%
2009	6.262	3.097	49%
2010	6.662	3.023	45%
2011	7.514	3.262	43%
2012	6.189	3.704	60%
2013	4.546	4.390	97%
2014	4.814	3.953	82%
2015	4.702	1.677	38%
2016	4.180	1.720	41%

Verificou-se um decréscimo nas adesões e um aumento das rescisões face a 2015, fruto possivelmente da estabilização do mercado, após a aceleração dos dois anos anteriores. No final do ano de 2016 existiam 68.787 estabelecimentos Certificados.

8.2 TAXA DE ADEÇÃO

A taxa de adesão de aderentes face ao mercado potencial determinado pela empresa de estudos de mercado Canadian, situa-se nos 84% (excluindo a RAM), ou seja, 14 pontos percentuais acima da meta de 70% estipulada pela licença em vigor até ao final de 2016.

Universe Canadian	Dados Canadian 2015	Verdoreca 2016	Taxa de Adesão
Portugal	84.300	68.787	82%
Portugal sem RAM	82.031	68.583	84%

(Lista de estabelecimentos VERDORECA no anexo V)

8.3 MISSÃO RECICLAR HORECA

A campanha Missão Reciclar HORECA, para além do carácter de sensibilização de proximidade extremamente importante para estes clientes, representou uma enorme mais-valia em termos de recolha de informação relativamente à realidade da recolha seletiva. O questionário efetuado aos estabelecimentos permitiu perceber o número de separadores por material, quais os problemas encontrados pelos estabelecimentos em termos de equipamentos disponibilizados pelos SGRU e respetiva recolha e manutenção dos equipamentos. Esta informação foi fornecida a cada um dos SGRU envolvidos para que, em conjunto, a SPV e os SGRU pudessem estudar formas de melhorar o sistema e aumentar desta forma as quantidades de resíduos de embalagens encaminhados para reciclagem.

A campanha, que começou em fevereiro de 2014 e terminou em agosto de 2016, contou com a visita a 21.369 Restaurantes, Cafés e Hotéis, cumprindo 107% do objetivo inicialmente estipulado de 20 mil estabelecimentos a visitar. Estivemos na área de influência de 13 SGRU: Algar, Amarsul, Ambital, Ersuc, Lipor, Resialentejo, Resinorte, Resulima, Suldouro, Tratalixo, Valnor, Valorlis e Valorsul.

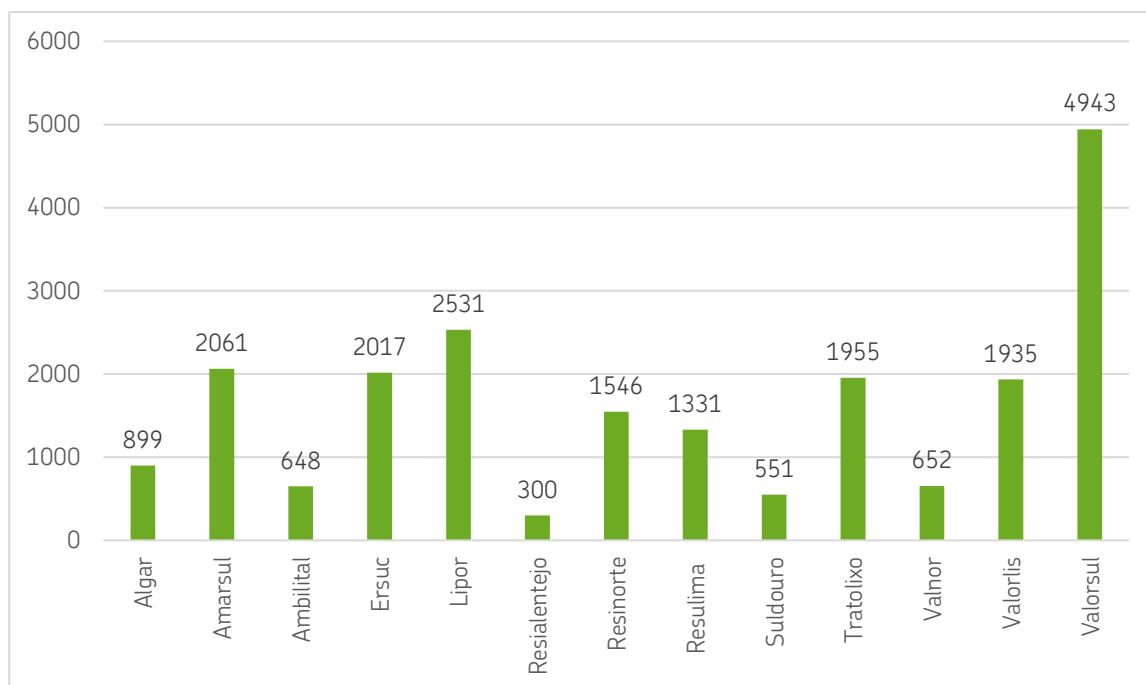


Figura 58: Número de estabelecimentos visitados, por SMAUT

Importa referir que a ação decorreu em concelhos identificados com maior potencial de crescimento, quer em número de estabelecimentos aderentes, quer em quantidades de resíduos encaminhados para

reciclagem, ou seja, zonas onde as quantidades recolhidas seletivamente são baixas. Pretende-se assim, sensibilizar estes estabelecimentos para a separação dos resíduos que produzem.

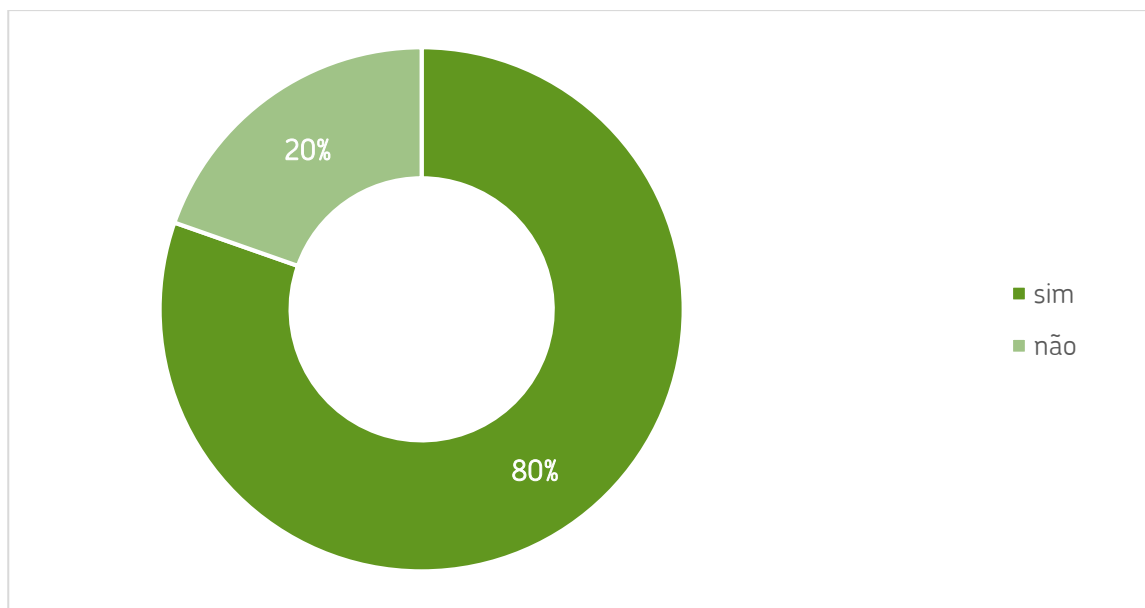


Figura 59: % de Estabelecimentos que separam as embalagens

Em termos de separação de resíduos, verificámos que 80% separavam pelo menos um dos materiais dos resíduos de embalagens, sendo que destes 53% eram separadores totais.

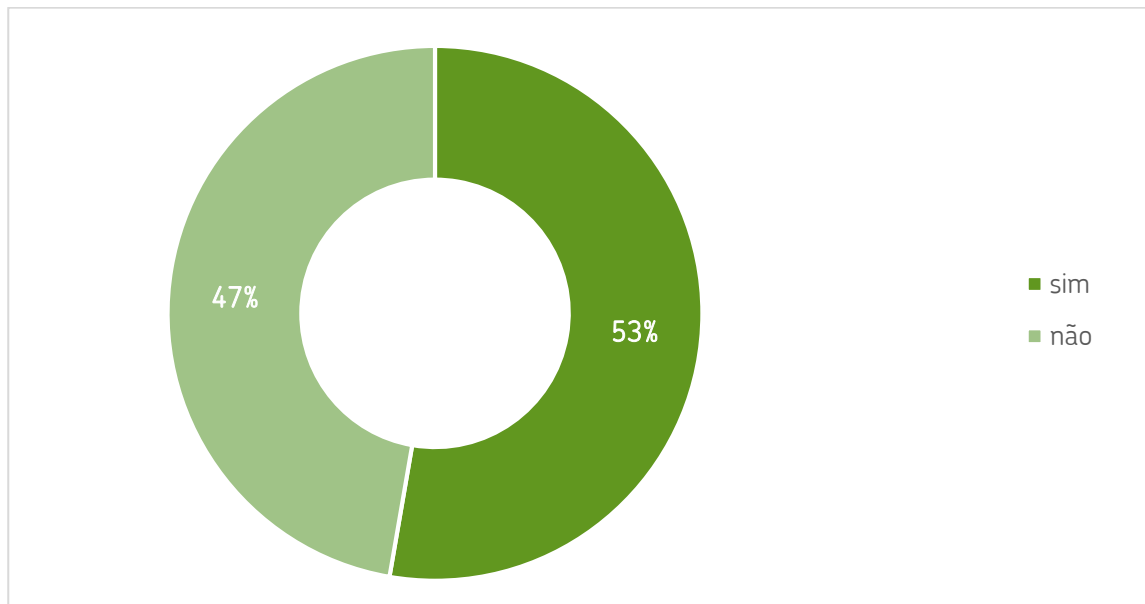


Figura 60: % de Estabelecimentos que separam todos os materiais

Ainda relativamente à taxa de separação, verificou-se que a percentagem de separadores é significativamente superior nos estabelecimentos VERDORECA o que denota uma relação entre ser VERDORECA e separar as embalagens, pelo compromisso que é formalmente assumido pelos estabelecimentos e pela informação a que têm acesso.

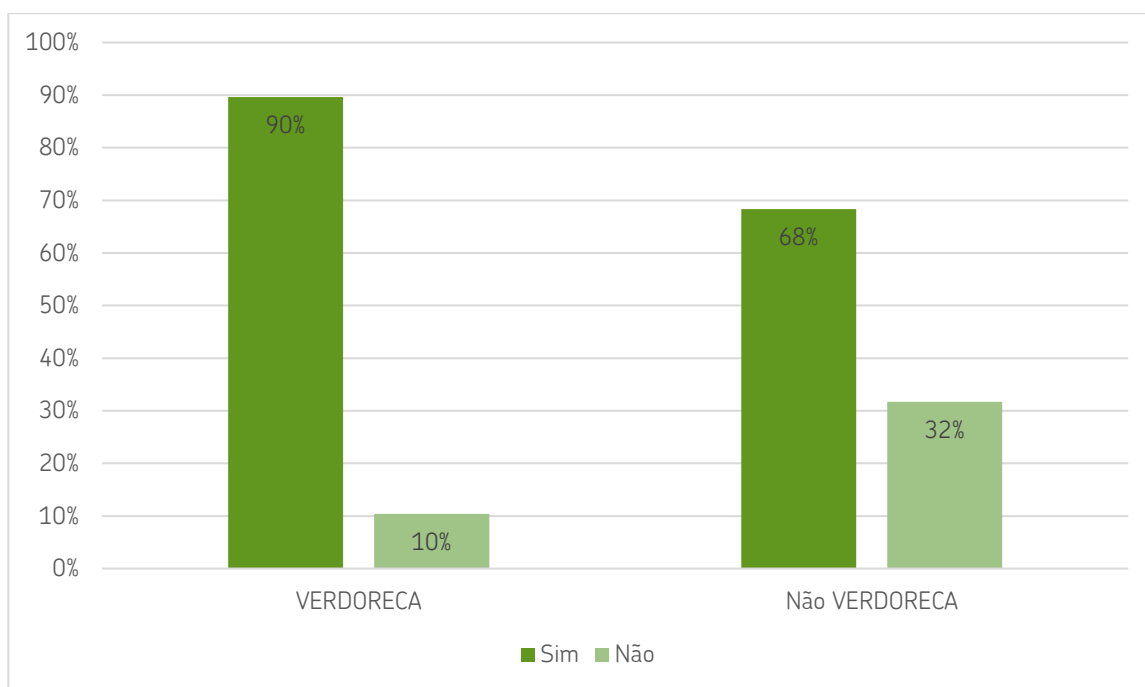


Figura 61: % de separadores em Estabelecimentos VERDORECA e em Estabelecimentos Não VERDORECA

Foi também possível perceber a motivação relativamente à separação dos resíduos nos estabelecimentos visitados, e verificou-se que as duas principais razões que levam à não separação dos resíduos nestes estabelecimentos são o “Não está motivado /não tem interesse” e o considerar que o “Ecoponto está muito distante”,

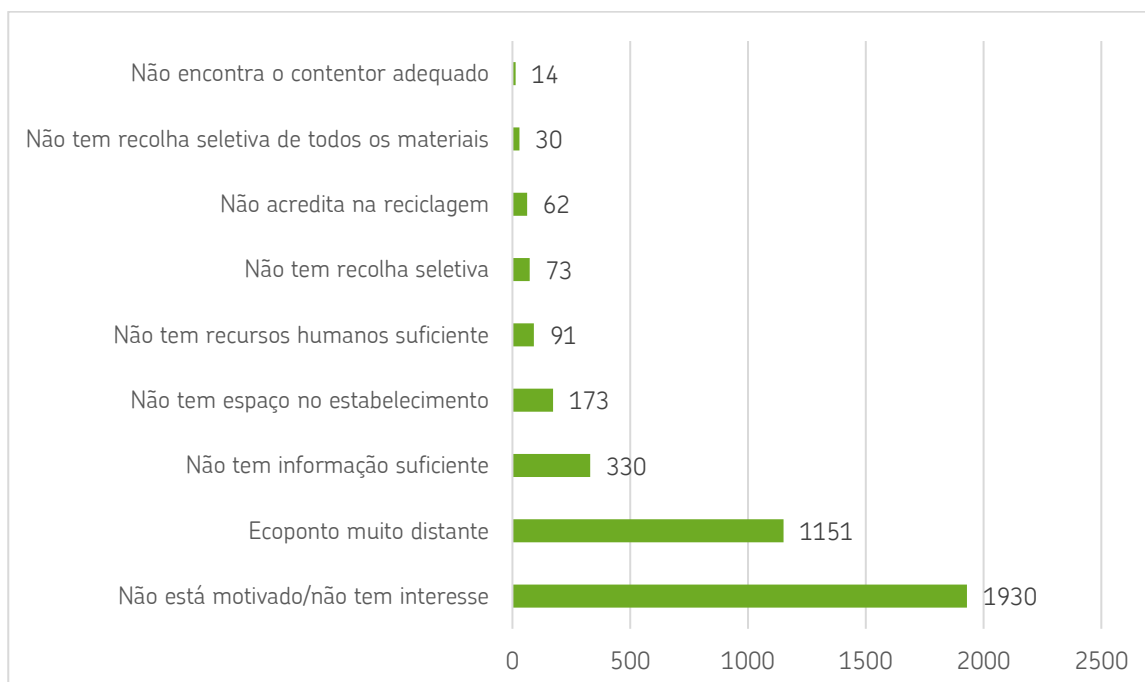


Figura 62: Razões da não separação

No entanto, verificou-se que do total de estabelecimentos visitados, 45% têm o ecoponto até 50 metros de distância e 25% possuem um ecoponto até um máximo de 100m do estabelecimento.

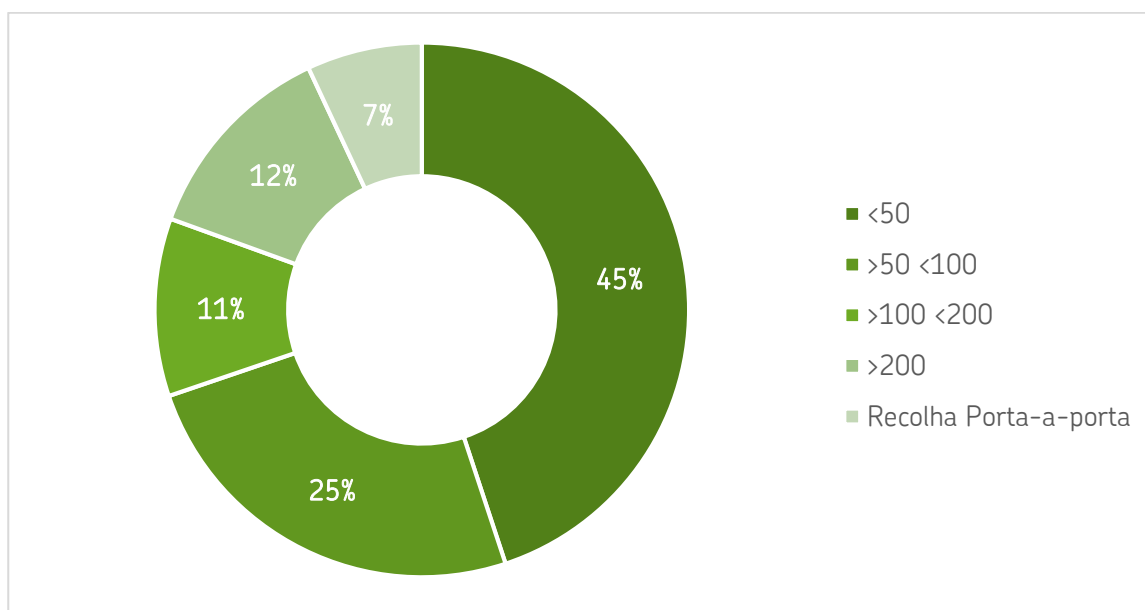


Figura 63: Distância do Estabelecimento ao Ecoponto

Quando questionados sobre o seu interesse em separar os Resíduos de embalagens, verificámos que 65% separavam com interesse e apenas 2% o fazem por obrigação. Da mesma forma, também a larga maioria, 91%, refere que a informação que possui sobre a separação de embalagens é adequada e suficiente. Apenas 9% afirmam não dispor de informação suficiente para separar.

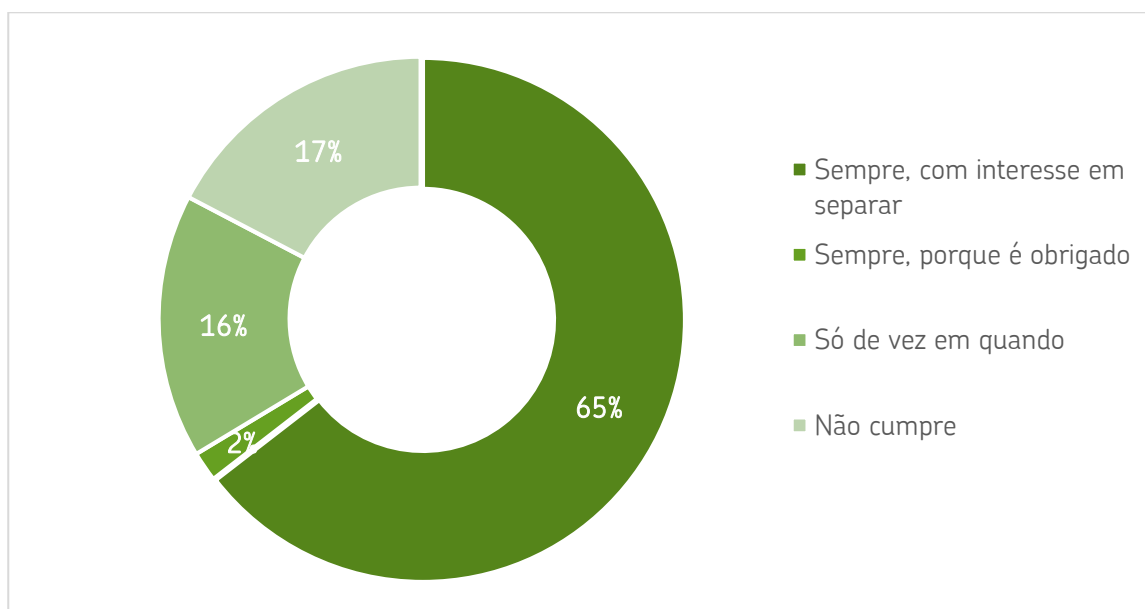


Figura 64: Interesse em separar

EMBALADORES/IMPORTADORES

9. EMBALADORES/IMPORTADORES

9.1 QUANTIDADES DE EMBALAGENS DECLARADAS

Em 2016, os Embaladores / Importadores declararam à Sociedade Ponto Verde as embalagens dos produtos que colocaram no mercado nacional em 2015 as quais apresentaram um crescimento de 3,9% face ao ano anterior.

A quantidade total de embalagens declaradas ficou ligeiramente acima de 1 milhão de toneladas. Os Produtos de Grande Consumo apresentaram um crescimento orgânico de 4,2% e os Produtos Industriais 3,6%, embora nestes últimos não se verifique impacto financeiro visto que os VPV deste segmento são nulos.

TABELA 7. QUANTIDADES DECLARADAS À SPV EM 2015 E 2016

MATERIAL	DECLARADO EM 2016 (t)	DECLARADO EM 2015 (t)	(%)
VIDRO	370.341	363.173	+2,0%
PLÁSTICO	195.902	191.371	+2,4%
PAPEL E CARTÃO	366.160	341.429	+7,2%
METAIS	49.053	49.939	-1,8%
MADEIRA	53.013	50.187	+5,6%
OUTROS MATERIAIS	2.574	2.189	+17,6%
TOTAL	1.037.043	998.287	+3,9%

Desde 2010 que a SPV faz a gestão de embalagens industriais que contiveram produtos perigosos, sendo os materiais de embalagem mais representativos o Aço e o Plástico. Em 2016, as embalagens industriais que contiveram produtos perigosos declaradas atingiram as 5.274 toneladas.

Consideram-se embalagens do fluxo urbano as embalagens primárias dos Produtos de Grande Consumo, as embalagens de serviço incluindo os sacos de caixa e os *multipacks* (embalagens concebidas para serem levadas para casa pelos consumidores, cuja função é permitir mover várias unidades primárias em simultâneo).

O fluxo não urbano é constituído por todas as restantes tipologias de embalagens: embalagens secundárias e terciárias dos Produtos de Grande Consumo e todas as embalagens de Produtos Industriais, incluindo as que contiveram produtos perigosos.

9.2 CONTRATOS CELEBRADOS

Em 2016, celebraram-se 693 novos contratos de adesão ao SIGRE, que no total trouxeram para o sistema gerido pela SPV mais 4.490 toneladas de embalagens.

Durante o ano 2016 ocorreram 678 resoluções de contratos, tendo sido o principal motivo de resolução de contratos a cessação de atividade de empresas, seguido de insolvências e da falta de pagamento do Valor Ponto Verde.

Contabilizando os novos contratos angariados, excluindo os contratos resolvidos e considerando também as empresas que são aderentes à SPV indiretamente via aditamento de relação de grupo e aditamento de franchising (em que é respetivamente a empresa “mãe” ou o franchisador que declaram a totalidade das embalagens à SPV), existiam em 31 de dezembro de 2016 um total de 10.882 aderentes (listagem de aderentes no anexo VI).

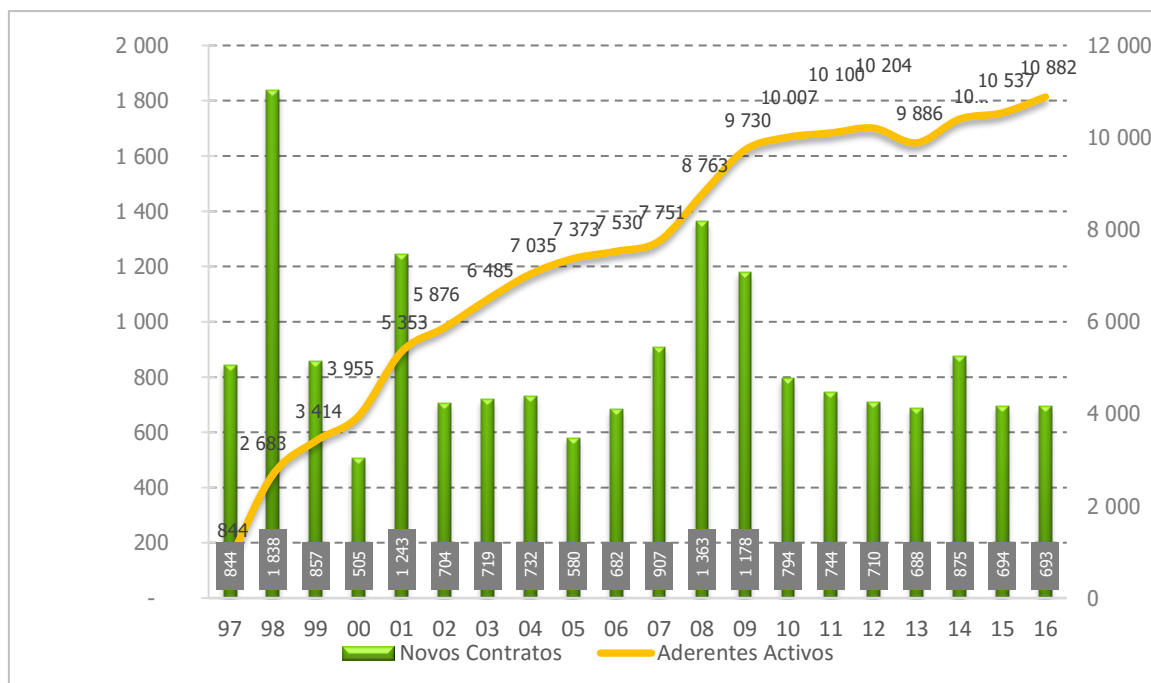


Figura 65. Evolução Anual dos Novos Contratos Celebrados e dos Aderentes com Contrato Ativo

A percentagem de aderentes que optam por formas simplificadas de declaração, diminuiu ligeiramente em 2016. Mesmo assim 62% dos aderentes não entregaram declarações detalhadas limitando-se a aceitar a estimativa calculada pela SPV.

Para poderem optar por aceitar uma estimativa calculada pela SPV, os aderentes têm duas opções:

- Declaração Mínima – disponível para aderentes que faturam menos de 100.000€/ano, os quais podem optar por pagar apenas o valor anual mínimo (60€). A declaração é emitida no sistema por estimativa, e o seu valor distribuído pelos diferentes materiais;
- Declaração Simplificada – disponível para aderentes que coloquem no mercado nacional menos de 20.000 kg de embalagens têm apenas de indicar o peso total de embalagens que colocaram no mercado e quais os materiais utilizados. A declaração é obtida por estimativa, baseada no histórico do próprio aderente ou nas declarações detalhadas de empresas do mesmo setor.

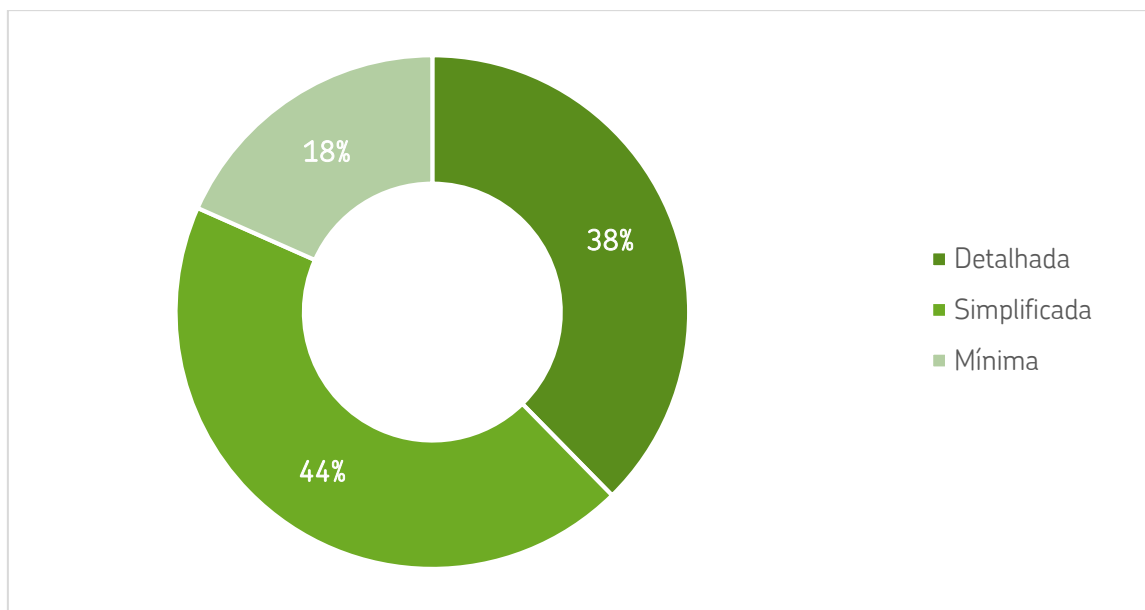


Figura 66. Modalidades de Declaração, por Número de Aderentes, em 2016

Embora as modalidades simplificadas de declaração já atinjam 62% em número de declarações, no que diz respeito às quantidades de embalagens declaradas que representam a situação é completamente diferente. Estas formas simplificadas de declaração abrangem apenas cerca de 2% das embalagens declaradas ao SIGRE, garantindo-se assim a manutenção do elevado rigor e fiabilidade da informação.

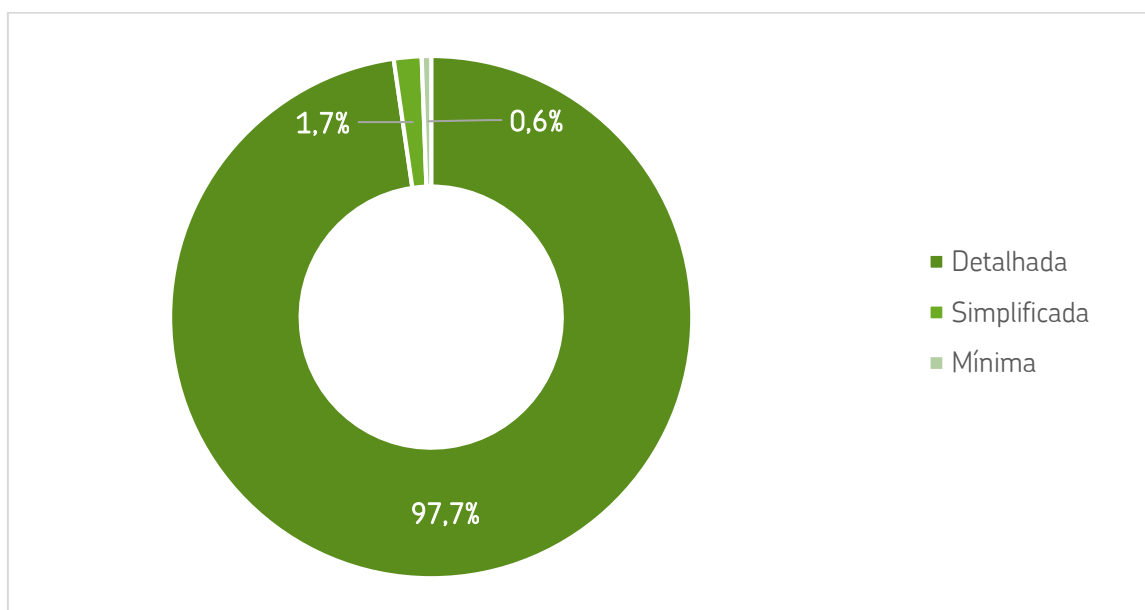


Figura 67. Modalidades de declaração, por Quantidades Declaradas, em 2016

9.3 PESO DOS EMBALADORES/IMPORTADORES

Os aderentes da SPV estão classificados por classe, de acordo com o valor da sua contribuição financeira anual, sendo as classes definidas da seguinte forma:

- A 25.000 €
- B [7.500 € - 25.000 €[

C [2.000 € - 7.500 €]

D [1.245 € - 2.000 €]

E <1.245 €

Os aderentes A e B têm um atendimento personalizado, sendo os primeiros acompanhados pela equipa de Gestão de Clientes Corporate e os segundos pela equipa de Gestão de Clientes. Estas equipas contactam com os aderentes, tendo como principais funções garantir que estes entregam as suas declarações atempadamente e corretamente preenchidas, bem como garantir o cumprimento das suas obrigações contratuais.

Na Figura 68. Distribuição dos aderentes por valor da contribuição Ponto Verde relativa ao ano 2016, apresenta-se graficamente o peso de cada classe de aderente relativamente ao total de receitas de Valor Ponto Verde.

Os aderentes A representam 86% da receita proveniente de Valor Ponto Verde. Considerando também os aderentes B, atingimos 93% das receitas, com apenas 6% do número de aderentes. Os restantes aderentes C, D e E que em número representam 94%, em Valor Ponto Verde valem apenas 7%.

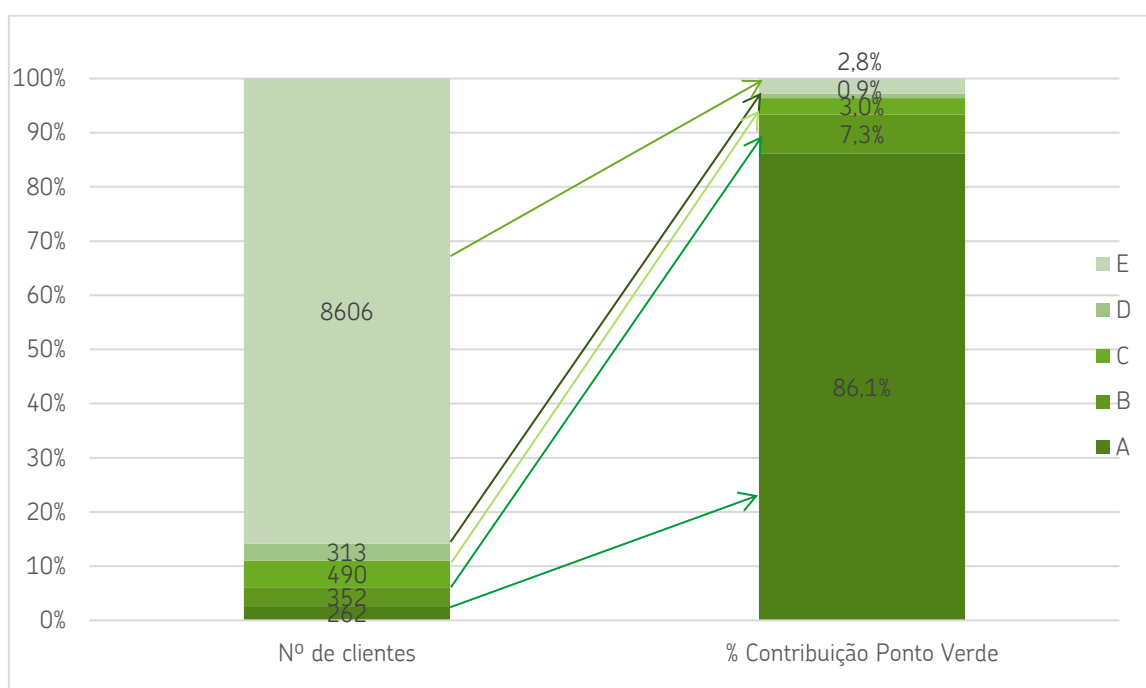


Figura 68. Distribuição dos Aderentes por valor da Contribuição Ponto Verde Relativa ao Ano de 2016

Os aderentes da SPV estão classificados por setor de atividade, sendo o setor com mais quantidades de embalagens declaradas o setor das bebidas (devido ao elevado peso das embalagens de vidro), que representa 34% do total declarado, seguido da distribuição (23%) e dos bens de alimentares (20%). Os aderentes destes três setores de atividade, em conjunto, representam quase 80% das embalagens declaradas à SPV em 2016.

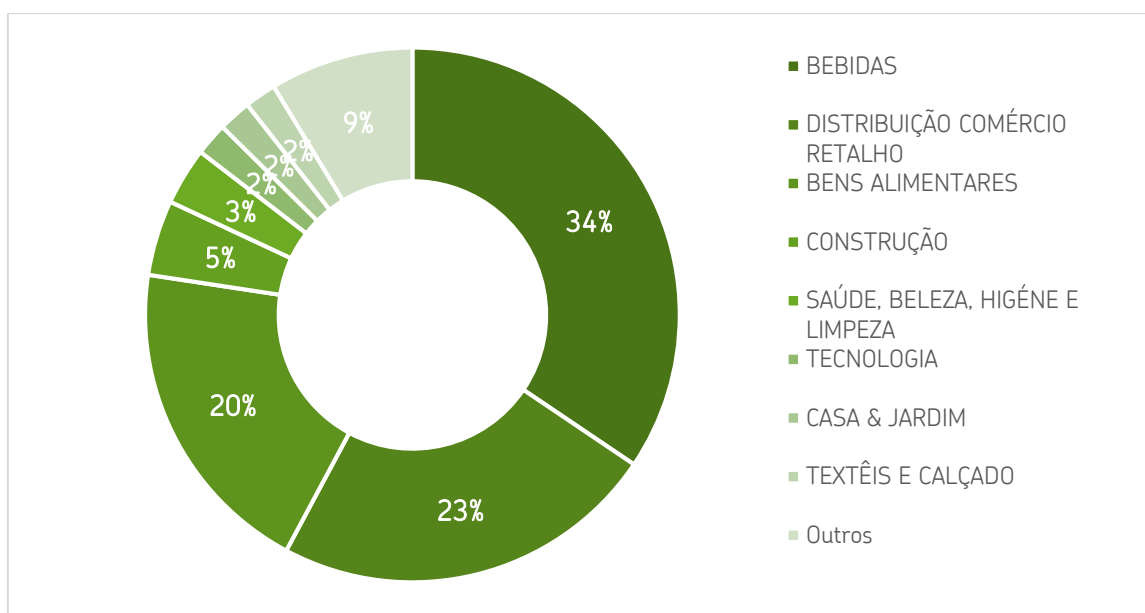


Figura 69. Distribuição das Quantidades Declaradas por Sector de Atividade, em 2016

9.4 MARCAÇÃO ABUSIVA DE EMBALAGENS COM O SÍMBOLO PONTO VERDE

A Sociedade Ponto Verde monitoriza e age judicialmente contra as empresas que colocam no mercado nacional embalagens marcadas com o símbolo Ponto Verde mas que não possuem contrato de transferência de responsabilidades com a SPV.

Esta ação permitiu que, em 2016, fossem celebrados voluntariamente 19 contratos de adesão com empresas que utilizavam abusivamente a marca “Ponto Verde”.

As empresas que comprovadamente utilizam abusivamente a marca “Ponto Verde” e com as quais a SPV não conseguiu chegar a acordo, ou seja, as empresas que não celebraram o contrato de adesão, encontram-se em ação judicial.

9.5 AUDITORIAS

A garantia de equidade entre todas as empresas financiadoras do SIGRE continuou a ser assegurada através da manutenção de um programa anual de auditorias.

No ano de 2016 mantiveram-se os procedimentos de análise estatística e de auditoria com o objetivo de garantir que existe equidade entre todos os aderentes e que o nível de rigor das declarações se mantém elevado. Foram utilizados os seguintes métodos para garantir a máxima fiabilidade das declarações:

- Detecção eletrónica de erros (sistema de alertas na entrega de declarações online)
- Comparação das Declarações Anuais com o histórico declarado pelo aderente e com o declarado por empresas semelhantes
- Auditorias

Um dos critérios para a seleção de declarações a auditar é a comparação das quantidades de embalagens declaradas com o volume de vendas para o mercado nacional constante da Informação Empresarial Simplificada (IES) das empresas.

9.6 PORTAL SPVnet

No portal SPVnet, os aderentes acedem à sua área reservada, podendo executar várias operações e consultas, tais como efetuar a adesão online, introduzir as declarações anuais *online*, imprimir o Certificado Ponto Verde e fazer a substituição da minuta do seu contrato por uma versão mais atual. Este é o meio privilegiado pelos aderentes para entregarem a sua declaração anual, pelo que 99% das declarações foram entregues por esta via.

Procurando continuar a melhorar o seu serviço e corresponder às expetativas e necessidades dos seus aderentes, a Sociedade Ponto Verde incentiva à adesão ao serviço de fatura eletrónica, que no final de 2016 já abrangia 68% dos aderentes.

9.7 ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES GESTORAS

Consciente da existência de um sistema de gestão específico para os Resíduos de Embalagens de Medicamentos – SIGREM, e de forma a contribuir para que cada tipo de resíduo de embalagem seja gerido no fluxo adequado, respeitando as especificidades de gestão de cada tipo de resíduo, a SPV exclui do âmbito do contrato de transferência de responsabilidades que celebra com os seus aderentes todas as embalagens geridas através de outros sistemas previstos na lei, e devidamente autorizados pelas entidades competentes, como é o caso do SIGREM.

Assim, as empresas responsáveis pela colocação de medicamentos no mercado nacional que contactem a SPV, são encaminhadas para a adesão ao sistema gerido pela VALORMED.

COMUNICAÇÃO

10. COMUNICAÇÃO

10.1 COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO

10.1.1. Festas Cidade Lisboa/ Eco eventos

Em junho, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, Valorsul e EGEAC a Sociedade Ponto Verde apoiou algumas festas da cidade com materiais de comunicação em intervenções que pretendiam torná-las mais sustentáveis na gestão dos resíduos produzidos.

Este projeto teve por objetivo garantir que os resíduos de embalagem produzidos durante os grandes eventos tivessem o encaminhamento adequado.



Para além da instalação de equipamento destinado a esse fim, em paralelo estiveram a operar equipas que apoiaram na recolha das embalagens que não foram depositadas nos contentores colocados nos recintos para o efeito.

No final de cada evento estes resíduos foram pesados para quantificar as vantagens ambientais e foi possível recolher cerca de 16 toneladas de resíduos dos quais 45% eram recicláveis. A operação esteve presente nos arraiais Navegantes no Parque das Nações, Campolide, Santo Amaro e no concerto Deixem o Pimba em Paz, Marchas de Lisboa e Alameda Pop.



10.1.2. Eventos Desportivos

Em 2016 os equipamentos para eventos desportivos foram melhorados em resposta a algumas dificuldades sentidas em eventos anteriores.

Na meia maratona de Lisboa foram recolhidas e valorizadas 5 toneladas de embalagens num evento de cerca de 37.000 participantes.



10.2 REVISTA RECICLA

Em 2016 manteve-se a aposta na Revista Recicla, ocupando o espaço de temas como reciclagem, ambiente e sustentabilidade na mente dos consumidores e *stakeholders* mais importantes. A revista impressa é encartada com as revistas Activa e a Caras e a digital com as versões digitais da Visão, Caras e Expresso mas foi pontualmente editada em 2016 com outras publicações, nomeadamente a edição #FaceForGreen com o Blitz e a de 20 anos com a Visão.



10.3 ZOO

Foram desenvolvidas novas ativações no Zoo capitalizando o material produzido no ano anterior pelo que as crianças que se deslocassem à área do Bosque Encantado voltaram a ter a oportunidade de decorar o seu próprio *ecobag* e a competir entre eles para ver quem mais depressa separava as embalagens no painel criado para o efeito.



10.4 RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

10.4.1. Relações de Imprensa

No ano de 2016 foram publicadas nos órgãos de comunicação social 1.007 notícias referentes à Sociedade Ponto Verde. Os meios online continuam a ser os que veiculam o maior número de notícias (558), tendo o Net AVE registado um valor de 1.251.856€, com a televisão a voltar a alcançar o melhor desempenho. Este indicador representa o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela de publicidade sendo um importante indicador da relevância dos meios em que o nome da empresa aparece destacado.

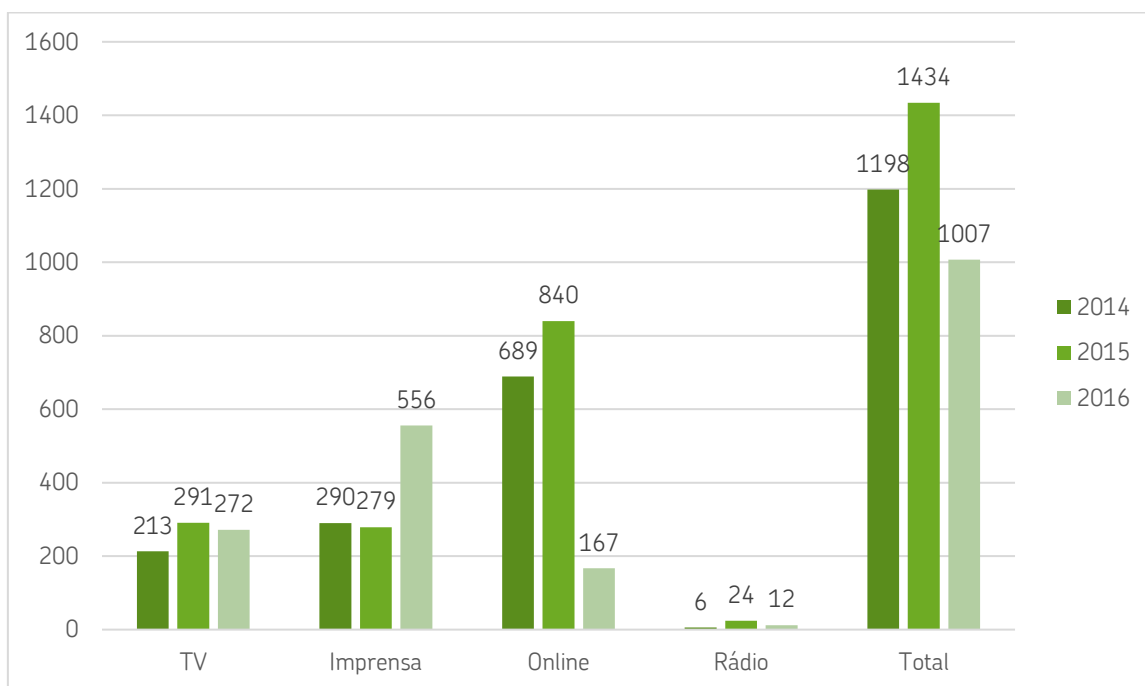


Figura 70. Número de notícias por tipologia dos meios

Em 2016 destacaram-se temas como o Guia Boa Cama Boa Mesa e os resultados da reciclagem (retomas) bem como temas de carácter institucional (ex. Ponto Verde Open Innovation, novo licenciamento, conferência economia circular, entre outros).

10.4.2. Redes Sociais

No Facebook, a Sociedade Ponto Verde contava no final de 2016 com cerca de 132 mil seguidores. Foram publicados 414 posts e respondidos 480 comentários. Em 2016, cerca de 60 mil pessoas clicaram nos nossos conteúdos. É a marca portuguesa ligada ao ambiente com maior número de seguidores nesta rede social. O canal no Youtube continua a ser alimentado com todos os vídeos relacionados com a atividade da SPV. Foi ainda criada uma conta de Instagram para completar a presença nas redes sociais e chegar a um target mais jovem.

Através dos meios digitais, a SPV chega diariamente a milhares de cidadãos e interage diretamente respondendo às suas dúvidas e questões sobre reciclagem. A dinâmica dos meios digitais é fundamental para esclarecer todos os que querem reciclar mas têm ainda dúvidas sobre como fazê-lo.

10.4.3. Site SPV

O site manteve a sua função de agregador de toda informação sobre a atividade da empresa, funcionando também como complemento às redes sociais.



10.5.4. Institucional

Festivais

O movimento Face for Green foi a forma como a SPV marcou presença em vários festivais de Verão do país com o mote de dar a cara por festivais mais verdes. Os participantes eram convidados a pintar a cara de verde e partilhar uma foto nas redes sociais, para mostrarem que se aliavam ao movimento com o objetivo de passar a mensagem de que existe uma cada vez maior exigência por um melhor desempenho ambiental das organizações destes eventos.



Rock in Rio, Nos Alive, Meo Marés Vivas, Sol da Caparica, Musa Cascais, Sumol Summer Fest, Super Bock Super Rock, Ocean Spirit e Meo Sw foram o palco para pintar 37.000 caras.

Com uma forte presença nos meios de comunicação e apoio de celebridades portuguesas foi possível dar expressão ao movimento que esteve presente no Verão dos jovens portugueses.

No festival Nos Alive foram ainda colocadas 42 mesas fabricadas pela Extruplãs, representativas das quantidades de embalagens recolhidas no ano anterior.



Harmonizar sinalética com os SMAUT

No final de 2016 parte da Valorsul, Algar, Resinorte, Suldouro, Valorminho, Lipor, Amarsul, S. Roque do Pico, Ecoleziria, AMCAL, e Gesamb receberam e colocaram a nova sinalética.



Jogo Majora

A Sociedade Ponto Verde (SPV) foi parceira da Majora no desenvolvimento do jogo ECOHERO. Trata-se de um novo jogo de reciclagem que contou com o apoio da SPV na elaboração dos seus conteúdos e informação sobre reciclagem garantindo que a mesma é a mais adequada.

Guia Boa cama Boa Mesa

Em 2016 o guia Boa Cama Boa Mesa contou com um indicador ambiental resultante da parceria da Impresa com a Sociedade Ponto Verde.



Patrocínios

A Sociedade Ponto Verde apoiou vários eventos em 2016 estreitando relações com parceiros:

Green Business Week

Decorreu de 1 a 3 de março no Centro de Congressos de Lisboa e a SPV marcou presença com a slot machine que entregou *ecobags* e brindes a vários jovens que por lá passaram.

8º Seminário de Fund Raising

Decorreu no dia 10 de março na Fundação Calouste Gulbenkian. A SPV disponibilizou material informativo e comunicou junto das IPSS o lançamento do seu prémio de Inovação Social integrado nos Green Project Awards.

10º Fórum Nacional dos Resíduos

Em abril teve lugar o 10º Fórum Nacional de Resíduos, onde a SPV marcou presença.

O tema foi “O impacto da Economia Circular no Sector Nacional dos Resíduos” com uma agenda pautada pela urgência em atingir as metas definidas para 2020 através dos grandes investimentos já definidos para a recolha e tratamento de resíduos que dinamizam todo o setor.



Prémios AHRESP



A Sociedade Ponto Verde voltou a apoiar os Prémios AHRESP com a entrega do prémio de “Sustentabilidade Ambiental”, que visa premiar o melhor projeto do ano ao nível da implementação organizacional de políticas de eficiência e poupança energética ou sistemas de reciclagem e foi entregue ao Hotel Porto Bay Liberdade.

VI Congresso APED

Em maio no Museu do Oriente decorreu o VI Congresso da APED com o tema “Crescer com o consumidor” que entre outros contou com a presença do prémio Nobel da Economia Paul Krugman. O apoio da SPV permitiu uma aproximação aos seus clientes na vertente de sustentabilidade.

Outros apoios:

- Greenfest – decorreu como habitual no Centro de Congressos do Estoril. Uma mostra alargada de várias soluções na área da sustentabilidade ambiental.
- Apemeta – apoio às conferências:
 - Gestão de Resíduos Urbanos e Industriais – 15 de março 2016 Lisboa
 - VI Encontro Nacional: Gestão de Resíduos – 13 de dezembro 2016 Lisboa
- Workshop “Materiais Ecoeficientes e Reciclagem” – evento da Faculdade de Engenharia do Porto.

Conferência Financiamento da Economia Circular

Em abril teve lugar no CCB a conferência Financiamento da Economia Circular, uma iniciativa do Ministério do Ambiente em estreita parceria com a Sociedade Ponto Verde.

A iniciativa visou promover um debate alargado na sociedade portuguesa sobre as oportunidades e desafios associados à economia circular, envolvendo o poder local e os setores público, privado, não-governamental e científico.

Atendendo ao contributo que os mecanismos financeiros poderão desempenhar para a execução desta visão, esta conferência pretendeu igualmente contribuir para a divulgação de informação sobre oportunidades de financiamento e fundos estruturais disponíveis ao nível europeu e nacional.



Parceria Unilever

A Unilever desenvolve anualmente um projeto de parceria com marcas de eletrodomésticos em que disponibiliza promotoras que visitam os lares de quem adquiriu máquinas de roupa e loiça para melhor explicar o funcionamento e potencialidades do equipamento aproveitando para divulgar os produtos de limpeza e lavagem da insígnia.

Em 2016 a SPV aproveitou esta presença nos lares em contacto direto com as donas de casa para entregar *ecobags* aos lares identificados como não separadores. Durante o ano foi possível comunicar com 5.000 consumidores.

Financiamento e apoio aos SMAUT

Em 2016 a SPV financiou as ações de comunicação dos SMAUT em cerca de 220.000€.

A Lipor pode ainda contar com o apoio da SPV em seminários e na Universidade de Verão.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

11. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Investigação e Desenvolvimento é um pilar fundamental de desenvolvimento do SIGRE, sendo que a Sociedade Ponto Verde, ao longo de todos os anos de atividade, tem vindo a promover o financiamento de projetos junto dos seus diversos parceiros do Sistema Integrado.

No ano de 2016 a Sociedade Ponto Verde deu seguimento ao projeto “Ponto Verde Open Innovation”, <http://pontoverdeopeninnovation.com>. Esta iniciativa pretende estimular a Investigação e Desenvolvimento e a Inovação no setor dos resíduos e da economia circular.



O programa contou, nesta sua 1ª edição com 44 candidaturas, vindas de empresas, entre as quais *startups* com menos de 3 anos de existência, pessoas em nome individual, universidades e institutos do sistema científico nacional bem como centros tecnológicos.

Ao longo do ano desenrolaram-se as várias fases contempladas no programa e dos 44 projetos iniciais foram selecionados pelo *Advisory Board*, composto por personalidades de reconhecido mérito no setor, 14 candidaturas para a última etapa do Ponto Verde Open Innovation.

No final de 2016, estava em fase final de análise e decisão, quais das 14 candidaturas finalistas seriam objeto de financiamento por parte da Sociedade Ponto Verde, por estarem alinhadas com os objetivos estratégicos do SIGRE.

Este programa conta também com parceiros, que podem vir a ter interesse em enquadrar os candidatos nos seus programas de financiamento, incubação ou mentoria. O Ponto Verde Open Innovation conta atualmente com as seguintes entidades parceiras: AEP - Câmara de Comércio e Indústria, AEPSA, Building Global Innovators, Capital Criativo, Caixa Capital, Centro para a Valorização de Resíduos, Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, Fundação AIP, IAPMEI, Instituto Superior Técnico, Millennium bcp Capital, Nova SBE, Porto Business School, Portugal Ventures, Startup Lisboa, The Lisbon MBA, Universidade do Minho, Universidade do Porto e a VDA.

Em 2016, foram concluídos os projetos Ecoacoustic - Desenvolvimento de produtos de segurança rodoviária com base no aproveitamento de plásticos mistos e Benchmarking de diferentes sistemas de recolha de RSU.

AÇÕES PLANEADAS PARA 2017

12. AÇÕES PLANEADAS PARA 2017

A publicação da nova Licença, em 25 de novembro, atribuída à Sociedade Ponto Verde para a gestão do Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos de Embalagens, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2017, apresenta-se como um novo desafio e traduz uma mudança de paradigma, cujo alcance é de momento difícil de equacionar.

Não tendo havido um período transitório que permitisse uma adaptação sustentável à nova realidade, decorrente do conteúdo da Licença, é expectável que aquele decorra durante o ano de 2017 em simultâneo com a implementação desta.

O âmbito da nova Licença, em termos das embalagens e dos resíduos a que dão origem, foi significativamente reduzido, embora o mesmo venha a ser gerido em clima de concorrência. Por este fato são perspetivadas alterações significativas, necessariamente a decorrer em 2017, com implicações significativas na operacionalização do SIGRE e que nomeadamente passam por:

- estabelecer contratos com os *stakeholders* do SIGRE;
- elaborar os Planos de Comunicação, Sensibilização e Educação, de I&D e de Prevenção
- desenvolver, aplicar e monitorizar as Especificações Técnicas para retoma
- aplicar o procedimento de retoma em regime de concorrência;
- participar na implementação do mecanismo de alocação e do mecanismo de compensação de retomas;
- adequar os processos concursais, a partir de 1 de janeiro de 2017 em regime de concorrência;
- acompanhar no âmbito da CAGER as matérias que decorrem das suas atribuições e em particular as obrigações de monitorização e auditoria das várias componentes do SIGRE, com especial incidência nas origens dos resíduos e na segregação de fluxos, o cumprimento das especificações técnicas para retoma e a aplicação do mecanismo de alocação e compensação.

No âmbito da nova Licença, não existindo uma obrigação legal para alcançar uma meta específica de adesão no VERDORECA, o modelo de gestão do VERDORECA irá ser revisto por forma a ser adaptado às novas condições de licenciamento, no âmbito do SIGRE.

A elaboração do Plano de Prevenção, do Plano de Sensibilização, Comunicação & Educação e do Plano de Investigação e Desenvolvimento para o período de 2017-2021 definidos na licença vai condicionar o plano de ação para os próximos anos, pelo que só após a aprovação destes Planos pela Tutela será possível programar para o segundo semestre de 2017, as ações que vierem a ser contempladas.

DESEMPENHO AMBIENTAL

13. DESEMPENHO AMBIENTAL

A atividade da Sociedade Ponto Verde, só por si resulta em preocupações óbvias de desempenho na área ambiental. Para além do desempenho decorrente dos objetivos específicos da sua atividade, o encaminhamento para reciclagem de resíduos de embalagem, e seu consequente desvio de aterro, a organização identificou um conjunto de aspetos ambientais com impactos diretos e indiretos, que acompanha e monitoriza, estabelecendo metas e medidas minimizadoras ou potenciadores.

O desempenho ambiental da Sociedade Ponto Verde tem especial expressão na influência e alteração de comportamentos dos seus parceiros, partes interessadas e população em geral, para além da monitorização e aplicação de boas práticas ambientais na sua atividade diária de escritório.

Durante o ano de 2016, a SPV implementou as medidas decorrentes do Programa de Gestão Ambiental definido. O reforço na divulgação de boas práticas levou a bons resultados nos indicadores ambientais monitorizados, sendo que, excluindo o consumo de água, em todos os outros indicadores existiram reduções significativas.

13.1 SISTEMA INTEGRADO DE QUALIDADE E AMBIENTE

Com a publicação dos novos referenciais ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015, em 2015, foi dada às empresas a possibilidade de até 2018 realizarem a transição para os mesmos. Em 2016, a Sociedade Ponto Verde deu início ao 4º ciclo de certificação do Sistema Integrado de Qualidade e Ambiente, da Sociedade Ponto Verde. E por essa razão tomou a decisão de desde logo realizá-lo mediante os novos referenciais.

Assim, foi atribuída, pela SGS, por mais um ciclo de 3 anos a certificação pela atividade de “Gestão administrativa do sistema integrado de gestão de embalagens e resíduos de embalagens” segundo os referenciais ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015.

A Sociedade ponto Verde é assim a 1ª entidade gestora nacional a realizar esta transição reforçando o seu compromisso de melhoria contínua e de um serviço de confiança para os nossos clientes.



Figura 71. Certificado NP EN ISO9001:2015 e Certificado NP EN ISO14001:2015

13.2 CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO

No âmbito do Sistema Integrado de Qualidade e Ambiente é feito o acompanhamento da legislação relevante e a sua avaliação periódica de conformidade, de modo a permitir que a organização se adapte rapidamente a novas exigências legislativas. Esta atuação permite, não só o cumprimento da organização em termos legislativos, mas também favorece a relação de proximidade e apoio técnico prestado pela Sociedade Ponto Verde aos seus parceiros, através do envio de alertas e análise de implicações para os parceiros, sempre que considerado relevante.

13.3 INDICADORES AMBIENTAIS

13.3.1. Materiais

A Sociedade Ponto Verde tem a preocupação de adquirir papel branco produzido com a incorporação de fibras recicladas. Atualmente utiliza papel com 30% de fibra reciclada e 70% de fibra virgem, contribuindo assim para a reutilização de recursos, mas também para a contínua plantação de novas árvores, pela incorporação de fibras virgens. O Papel consumido possui também certificação ISO 9001 e ISO 14001 e certificação FSC (*Forest Stewardship Council*) e EU *Ecolabel*, garantindo desta forma que as florestas são geridas de forma responsável do ponto de vista ambiental, económico e social, e obedecendo a critérios rigorosos e internacionalmente reconhecidos.

13.3.2. Energia

O consumo total de energia elétrica em 2016 foi de 160.172 kwh, correspondendo a um consumo por colaborador de 267,0 kwh/mês/por colaborador, considerando uma média de 50 colaboradores, de forma a incluir as presenças esporádicas de prestadores de serviço, tendo sido atingido o objetivo interno de consumo por colaborador estabelecido e existindo uma redução de cerca de 15% relativamente ao ano anterior.

Em termos globais o consumo da SPV foi de 44,67 TEP (Toneladas equivalentes de petróleo), logo não se encontra abrangida pelo regime geral de consumo de energia, regulado pelo decreto-lei n.º 71/2008, de 15 de abril, e despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho.

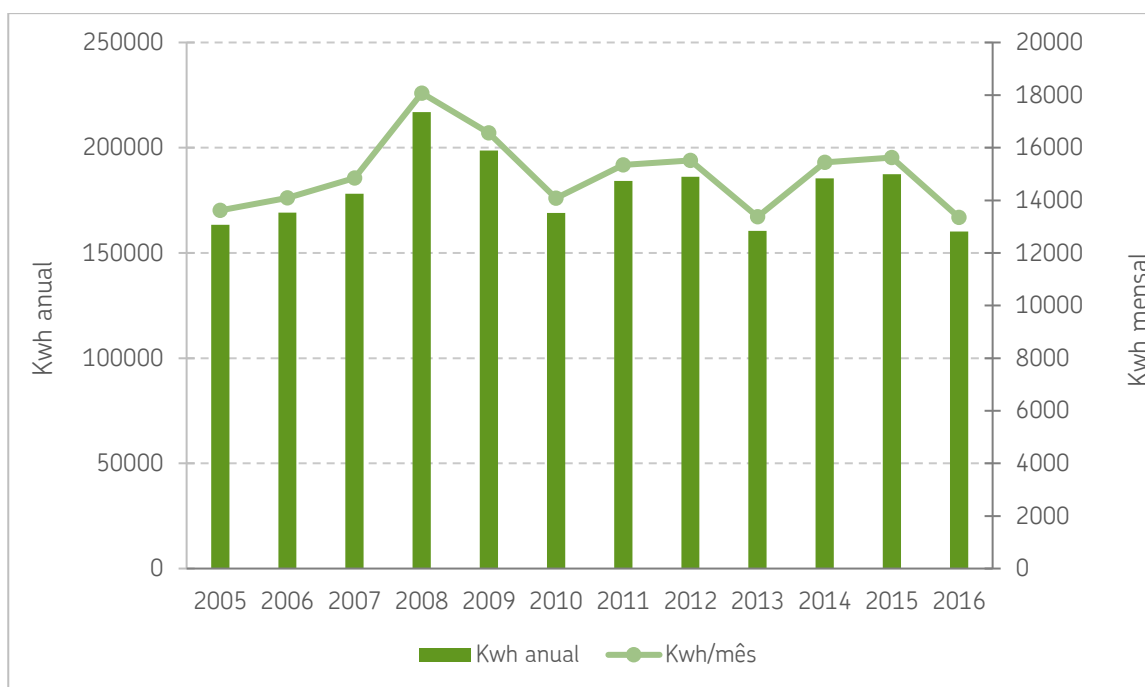


Figura 72. Consumo de eletricidade nas instalações da SPV, total e mensal, desde 2005

Com base na informação disponibilizada na fatura de eletricidade foi possível efetuar uma avaliação das emissões de CO₂ associadas ao consumo energético da SPV, para um total de emissões de 67.205,08 kg que representa uma emissão mensal de aproximadamente 5.600,42 kg.

Com base na informação disponibilizada pelo operador de eletricidade, é possível analisar o mix. médio das fontes de energia, dados do ano de 2016. A energia proveniente de fontes renováveis, hídrica e eólica, representou em 2016 cerca de 30% do total da energia consumida.

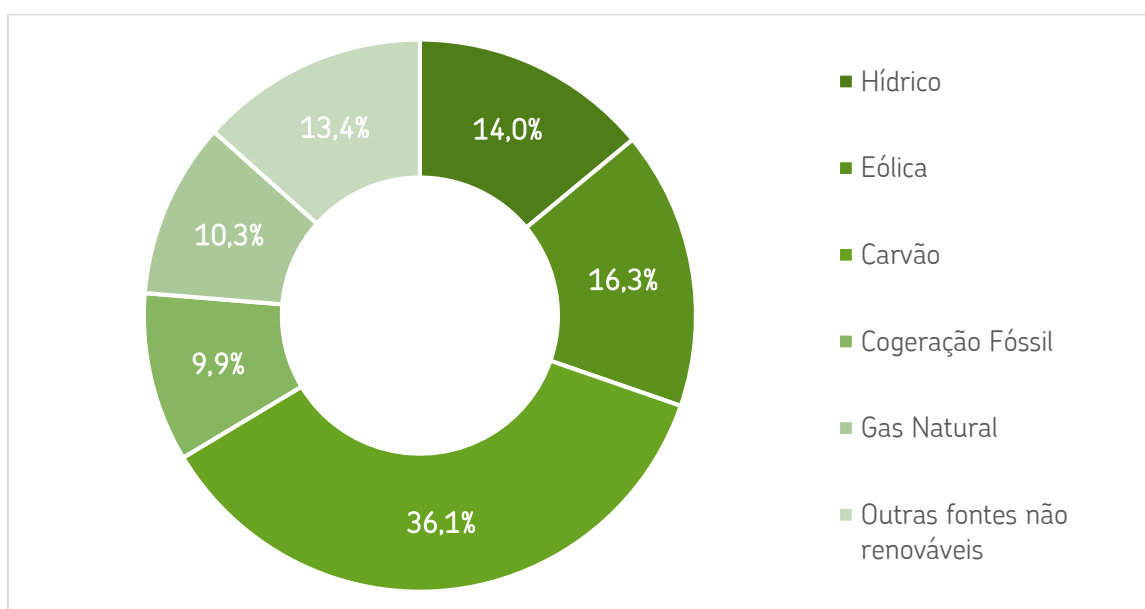


Figura 73. Mix médio de fontes de energia (dados de dezembro de 2016)

13.3.3. Água

A monitorização dos consumos de água nas instalações da Sociedade Ponto Verde ocorre desde 2005, tendo sido o consumo anual, em 2016, de 348 m³, correspondendo a um consumo mensal de 29 m³, o que correspondente a 0,58 m³/mês, por colaborador. Este valor representa um valor equivalente ao verificado em 2015.



Figura 74. Consumo de água nas instalações da SPV, total e mensal, de 2005 a 2016

13.3.4. Biodiversidade

O tipo de atividade desenvolvida pela Sociedade Ponto Verde, de caráter administrativo e com localização geográfica numa malha urbana, leva a que não esteja integrado em nenhum local de elevado índice de biodiversidade, pelo que a sua atividade não tem impacto direto sobre a biodiversidade.

Esta só por si não afeta o meio envolvente de forma direta, no entanto tendo consciência da importância que cada um de nós pode ter na promoção de boas práticas com impactos diretos e indiretos no meio envolvente, a Sociedade Ponto Verde implementa e promove ações de conservação da biodiversidade, nomeadamente através da compensação de emissões produzidas com a organização de eventos efetuados pela empresa.

A Sociedade Ponto Verde realiza o cálculo das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) geradas pela sua atividade, no âmbito do programa Carbono Zero Premium.

Foi adicionalmente realizado o cálculo das emissões geradas pelos eventos promovidos pela SPV fora das suas instalações: respetivamente, as Jornadas Técnicas 2016, realizadas a 21 e 28 de janeiro, em Lisboa e no Porto e a publicação da revista RECICLA

Os GEE inventariados nestes projetos serão sequestrados em CO₂e por uma área de floresta nacional.

13.3.5. Resíduos

Para além dos resíduos recolhidos seletivamente pelos serviços da autarquia local, dada a produção diária da empresa inferior a 1.100 litros, e portanto, o seu enquadramento em resíduos equiparados a domésticos, são também recolhidos seletivamente os seguintes resíduos de escritório: *tonners* e

tinteiros e REEE em fim de vida (produção esporádica). No caso dos primeiros estão a ser encaminhados através de uma empresa especializada e a contribuir para uma campanha de cariz social, no caso dos REEE os mesmos são encaminhados para um destino adequado, definido em função do tipo de resíduo e da sua produção.

No ano de 2016 procedeu-se, entre o dia 21 e o dia 28 de nov., a mais uma caracterização física de resíduos produzidos nas instalações da SPV, sendo que a evolução encontra-se no gráfico abaixo.

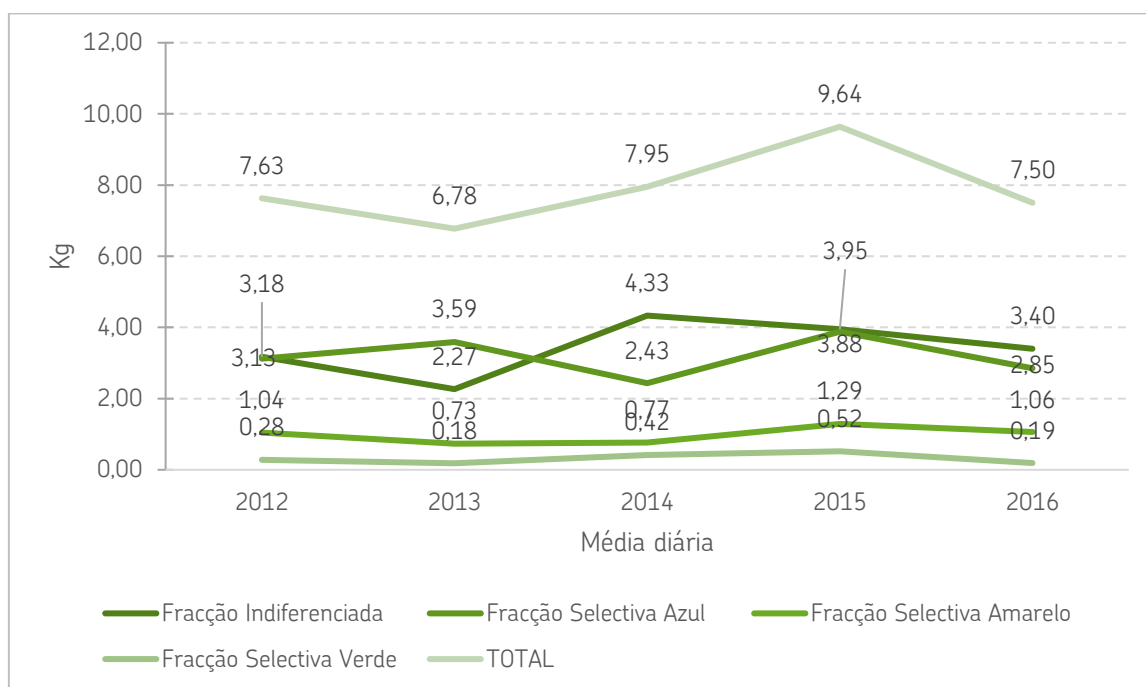


Figura 75. Evolução da produção diária de resíduos, para cada fração.

DESEMPENHO SOCIAL

14. DESEMPENHO SOCIAL

14.1 RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2016 o número de trabalhadores a cargo era de 40, resultado da entrada de 2 colaboradores no primeiro semestre e da saída de outros 2 no segundo semestre do ano. O efetivo médio foi de 40,9 trabalhadores, mais 0,2 devido ao período semestral, relativamente ao ano anterior.

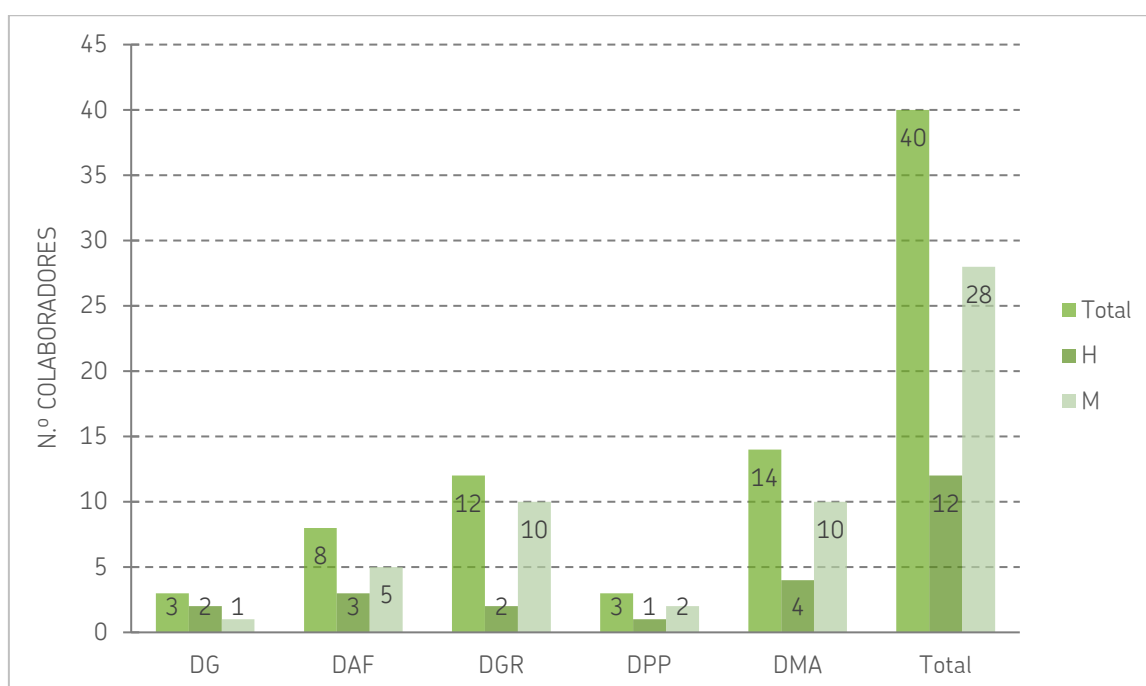


Figura 76. Distribuição dos colaboradores da SPV por área funcional e por gênero

A idade e antiguidade média situaram-se, em dezembro, nos 43 e 13 anos, respetivamente.

A nível da estrutura de qualificações, em 31 de dezembro de 2016, 61% dos colaboradores tem uma licenciatura, e os restantes 39% completaram o 12º ano do ensino secundário.

14.1.1. Saúde, Higiene e Segurança no trabalho

A Sociedade Ponto Verde dispõe de uma prestação de serviços na área da Saúde, Higiene e Segurança no trabalho que compreende as medidas previstas legalmente para uma organização com a dimensão da SPV.

Anualmente, realiza-se uma auditoria de acompanhamento às instalações com o objetivo de identificar os perigos, avaliar e controlar os riscos profissionais dos trabalhadores, que desenvolvem a sua atividade nas instalações da SPV.

A metodologia utilizada pela empresa é o “Método de estimativa semi-quantitativa do risco” resultante da adaptação do Modelo Sistémico de Avaliação dos Riscos. Este método permite quantificar o nível dos

riscos existentes (NR) e, em função destes níveis, hierarquizar a prioridade de intervenção para eliminar ou minimizar os riscos a que os trabalhadores estão expostos.

São também planeados e realizados simulacros, que permitem testar e formar a equipa de emergência existente e testar a seu desempenho, na simulação de situações de emergência, na organização.

Os colaboradores da Sociedade Ponto Verde estão também cobertos pela medicina no trabalho, sendo realizados exames periódicos e de admissão. Assim, todos os colaboradores com idades inferiores a 18 anos e superiores a 50 anos realizam exames anualmente e os colaboradores com idades entre os 18 e os 50 realizam exames bienais.

Em termos de sinistralidade, durante o ano de 2016, não se registou nenhum acidente de trabalho, nem nenhuma situação de doença profissional.

14.1.2. Formação de colaboradores

A aposta contínua da Sociedade Ponto Verde em formação e no desenvolvimento pessoal dos colaboradores, tirando o máximo partido do *Coaching*, da partilha do elevado *know how* existente dentro da organização tem ao longo dos anos garantido uma equipa coesa e de elevado conhecimento.



Figura 77. Horas de formação

Acesso à informação

Os colaboradores dispõem de ferramentas de informação e trabalho que permitem um conhecimento global da atividade desenvolvida pela empresa e dos objetivos internos traçados para cada ano, bem como fontes de conhecimento técnico e científico na área do ambiente.

De entre a informação produzida e disponibilizada a toda a equipa, destacamos os seguintes meios de informação:

- *Clipping* de imprensa, diário;
- Publicações técnicas, com carácter semanal, mensal e trimestral, com origem nacional e estrangeira;

- Publicações periódicas da especialidade;
- Ferramentas informáticas de informação desenvolvidas internamente;
- Participação em seminários, congressos e sessões técnicas;
- PONTO VERDE INSIDE, a *newsletter* interna da Sociedade Ponto Verde, editada mensalmente e distribuída por todos os colaboradores, dando conta das atividades da empresa e referenciando boas práticas a implementar.
- RECICLA, revista da SPV, de edição trimestral, com conteúdos de ambiente.

14.1.3. Ações Empresa

A Sociedade Ponto Verde promove regularmente a realização de ações de empresa, para reforçar o valor da marca da Empresa para os colaboradores, desenvolver as relações humanas e fortalecer os laços entre todos, para além de desenvolver competências de grupo, tais como o espírito de equipa, a tolerância, a criatividade, a inovação e o pensamento divergente.

ANEXOS

GLOSSÁRIO

Certificado Ponto Verde de Embalador/Importador - É o documento que é emitido anualmente pela Sociedade Ponto Verde em nome de uma empresa que tenha cumprido todas as condições necessárias à adesão ao Sistema Integrado gerido pela SPV

Compostagem - reciclagem orgânica dos resíduos de embalagens, nas instalações de Tratamento Mecânico-Biológico dos SGRU.

Custo de transporte - Custo incorrido pela Sociedade Ponto Verde com o transporte de alguns resíduos de embalagens entre as instalações dos SGRU e as instalações dos retomadores (aplicável por exemplo no caso do material EPS).

Embalador/importador - empresas responsáveis pela colocação de produtos embalados no mercado nacional que efetuaram um contrato de transferência de responsabilidade da gestão de resíduos de embalagens para a SPV

Embalagem não Reutilizável - As embalagens que não se enquadram na definição anterior e que, portanto, fazem apenas um percurso até o utilizador do produto e não voltam a ser cheias.

Embalagem Reutilizável - É a embalagem que foi concebida e projetada para cumprir, durante o seu ciclo de vida, um número mínimo de viagens ou rotações, sendo cheia de novo, com ou sem apoio de produtos auxiliares presentes no mercado que permitam o seu reenchimento, ou reutilizada para o mesmo fim para o qual foi concebida. As embalagens reutilizadas passarão a resíduos de embalagens quando deixarem de ser reutilizadas.

Embalagens Primárias (ou embalagens de venda) - Qualquer embalagem concebida de modo a constituir uma unidade de venda para o utilizador final ou consumidor no ponto de compra.

Embalagens Secundárias (ou embalagens de grupagem) - Qualquer embalagem concebida de modo a constituir, no ponto de compra, uma grupagem de determinado número de unidades de venda, quer estas sejam vendidas como tal ao utilizador ou consumidor final, quer sejam apenas utilizadas como meio de reaprovisionamento do ponto de venda. Este tipo de embalagem pode ser retirado do produto sem afetar as suas características.

Embalagens Serviço - são as embalagens “cheias” e/ou “executadas” no ponto de venda (saco de compras, sacos para fruta e legumes, caixa para bolos, saco de pão, embalagem para comida pronta, etc.).

Embalagens Terciárias (ou embalagens de transporte) - Qualquer embalagem concebida de modo a facilitar a movimentação e o transporte de uma série de unidades de venda ou embalagens grupadas, a fim de evitar danos físicos durante a movimentação e o transporte; a embalagem de transporte não inclui os contentores para transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo.

Fornecedor de Embalagens de Serviço Acreditado (FESA) - Empresas ou empresários em nome individual com domicílio estável no território nacional ou em qualquer país da União Europeia, e que mantêm um contrato com a SPV, através do qual estão autorizados a vender Embalagens de Serviço com a Contribuição Ponto Verde incluída aos seus clientes.

Fluxo não urbanos - Circuito dos resíduos não urbanos, desde a sua produção até ao destino final adequado dos mesmos. Neste circuito incluem-se os resíduos da recolha seletiva não urbana, havendo apenas lugar a pagamento de VIM, não havendo recebimento de VRL.

Fornecedores de Marca Própria ou Insígnia (FMPI) - Clientes que aceitaram a obrigação de entrega da declaração anual e do pagamento da contribuição financeira em nome de um ou mais distribuidores.

Incineração - recuperação de resíduos de embalagens após terem passado por um processo de queima com recuperação de Energia. Atualmente aplica-se ao Aço (Escórias Ferrosas) e ao Alumínio (Escórias Não Ferrosas).

Operador de Gestão de Resíduos (OGR) - os operadores económicos, devidamente licenciados, que procedam à recolha seletiva, transporte, armazenagem, triagem e/ou reciclagem dos resíduos de embalagens e que tenham contrato com a SPV para o fluxo não urbano. Tanto podem ser Operadores Privados, como SGRU.

Operadores de recolha - Operadores económicos, devidamente licenciados, que venham a proceder à recolha seletiva, transporte, armazenagem e/ou triagem dos resíduos das embalagens.

Pré-Tratamento de Compostagem - Recuperação de resíduos de embalagens através da triagem dos resíduos indiferenciados (Tratamento Mecânico) antes de entrarem num processo de Tratamento Biológico.

Produtor de Resíduos - Qualquer pessoa, singular ou coletiva, cuja atividade produza resíduos ou que efetue operações de tratamento, de mistura ou outras que alterem a natureza ou composição de resíduos.

Produtos de Grande Consumo (PGC) - Produtos destinados ao cliente final (consumidor).

Quantidades Retomadas - Quantidades de resíduos de embalagens, por fluxo, por origem e por tipo de material, geridos pela SPV para um dado ano.

Reciclagem - Reprocessamento dos resíduos de embalagem num novo processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, incluindo a reciclagem económica, mas não a valorização energética.

Resíduos de embalagem - Qualquer embalagem ou material de embalagem abrangido pela definição de resíduo adotada pela legislação em vigor aplicável nesta matéria, excluindo os resíduos de produção.

Resíduos urbanos - Os resíduos domésticos ou outros resíduos semelhantes, em razão da sua natureza ou composição, nomeadamente provenientes do setor de serviços ou de estabelecimentos comerciais ou industriais e de unidades prestadoras de cuidados de saúde, desde que, em qualquer dos casos, a produção diária não exceda 1100 litros por produtor.

Retoma - A aceitação por qualquer retomador, de resíduos de embalagem resultantes de recolha seletiva ou incineração que se encontrem de acordo com as especificações técnicas de retoma indicadas pela SPV.

Retomador - Operador económico devidamente autorizado para as atividades de recolha, armazenagem e preparação para reciclagem e/ou para as atividades de reciclagem dos materiais de resíduos de embalagens.

SGRU - Operador de recolha e/ou triagem para os resíduos sólidos urbanos onde os Municípios detêm parte do capital acionista. Os municípios podem ser maioritários no capital ou não. Os SGRU em que a Empresa Geral de Fomento participa na estrutura acionista são designados por Multimunicipais, todos os outros são Intermunicipais.

Valor de Contrapartida (VC) - Corresponde à compensação financeira devida aos SGRU, com base num modelo de cálculo que assenta na eficiência dos sistemas e no seu potencial de captação.

Valor de Informação Complementar (VIC) - Contrapartida financeira paga aos SGRU e operadores de recolha, e fixada pela APA, para custear o reporte de informação relativo ao encaminhamento para reciclagem dos resíduos urbanos de embalagens com recolha complementar à recolha seletiva, ou que provenham de recolha seletiva mas relativamente aos quais não tenhamos prestado a garantia de retoma.

Valor de Informação e Motivação (VIM) - Contrapartida financeira paga aos OGR, e fixada pela APA, para custear o reporte de informação relativo ao encaminhamento para reciclagem dos resíduos não urbanos de embalagens.

Valor Ponto Verde (VPV) - Montante a pagar à Sociedade Ponto Verde por unidade de peso de material de embalagem colocado no mercado nacional.

Valorização - Qualquer das seguintes operações, aplicadas sobre resíduos de embalagem: reciclagem, valorização energética e reciclagem orgânica.

ABREVIATURAS

APA – Agência Portuguesa do Ambiente
C&S – Comércio e Serviços
CO2e – Dióxido de Carbono equivalente
ECAL – Embalagens de Cartão para Alimentos Líquidos
EPS – Poliestireno Expandido
FESA – Fornecedor de Embalagens de Serviço
I&D – Investigação e Desenvolvimento
MPI – Marcas Próprias ou Insígnias
NR – Nível de Risco
OGR – Operador de Gestão de Resíduos
PAP – Porta a Porta
PEAD – Polietileno de Alta Densidade
PET – Politereftalato de etileno
REEE – Resíduos elétricos e eletrónicos
SIGRE – Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens
SGRU – Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos Multimunicipal ou Intermunicipal
SPV – Sociedade Ponto Verde
TEP – tonelada Equivalente de Petróleo
TMB – Tratamento Mecânico e Biológico
VC – Valores de contrapartida
VCC – Verificação do comprimento do contrato
VIC – Valor de Informação Complementar
VIM – Valor de Informação e Motivação
VPV – Valor Ponto Verde

QUADRO CORRESPONDÊNCIA¹

Conteúdos	Cap./pág.
Situação da Empresa: evolução do capital e da estrutura acionista, balanço social	Cap. 1
Situação dos contratos celebrados com as autarquias locais ou com as empresas gestoras dos sistemas multimunicipais e intermunicipais, ou concessionários de operações de recolha e triagem: número e identificação das autarquias contratantes, população total servida, soluções de valorização aplicáveis, com um balanço preciso da consideração da valorização energética, resultados obtidos	Cap. 5, Cap. 6, Cap. 7
Contribuições recebidas dos embaladores e demais agentes económicos envolvidos nos pagamentos e que tenham celebrado contratos, distribuição por setores de produção, distribuição segundo os materiais aproveitados (aço, alumínio, papel/cartão, plástico, vidro e outros materiais)	Cap. 3, Cap. 9
Situação dos contratos celebrados com as fileiras: número de contratos, estado dos dispositivos preexistentes de retoma, gestão das contas por material	Cap. 5
Situação dos acordos estabelecidos com as empresas de reciclagem ou valorização	Cap. 6, Cap. 7
Enunciado financeiro das despesas realizadas: montante global, discriminação por rubricas essenciais (apoio às autarquias, a sistemas e às empresas concessionárias, comunicação e investigação, funcionamento interno)	Cap. 3
Situação do sistema de marcação e sua evolução	Cap.9
Quantidades retomadas e valorizadas por cada material (aço, alumínio, papel/cartão, plástico, vidro e outros materiais)	Cap. 6, Cap.7
Objetivos plurianuais	Cap. 12
Progresso da atividade realizada em relação aos objetivos propostos e às ações inseridas no caderno de encargos e no programa proposto no ano anterior	Cap. 3, Cap. 6, Cap. 7, Cap. 9

1 Este quadro resume a correspondência do presente relatório ao disposto no despacho conjunto n.º 316/99, de 15 de abril de 1999

Principais parâmetros financeiros do sistema de gestão (tabela de valores de contribuições, das contrapartidas e dos apoios às autarquias	Cap. 4
Soluções técnicas e programas postos em prática, seja em relação a soluções de valorização, à comunicação desenvolvida ou a programas de investigação e desenvolvimento	Cap.6, Cap.7 Cap.10, Cap. 11
Funcionamento de estruturas de concertação implementadas pelas entidades gestoras	Cap. 9

ANEXOS

Anexo I – Métodos de cálculo dos indicadores

Anexo II – Equipamentos e Infraestruturas dos SGRU aderentes ao Sistema Ponto Verde

Anexo III – Quantitativos de Resíduos de embalagens encaminhados para reciclagem, em 2016, por material e por SGRU

Anexo IV – Lista dos OGR aderentes ao Sistema Ponto Verde

Anexo V – Listagem de Estabelecimentos VERDORECA Aderentes a 31-12-2015

Anexo VI – Listagem de Embaladores/importadores a 31-12-2016